

# “Alemanha Aquém da Guerra: 1919-1939”

Dissertação de Mestrado

José Pedro Soares de Freitas

Mestrado em

**Relações Internacionais: o Espaço Euro-Atlântico**



Ponta Delgada  
2022

# “Alemanha Aquém da Guerra: 1919-1939”

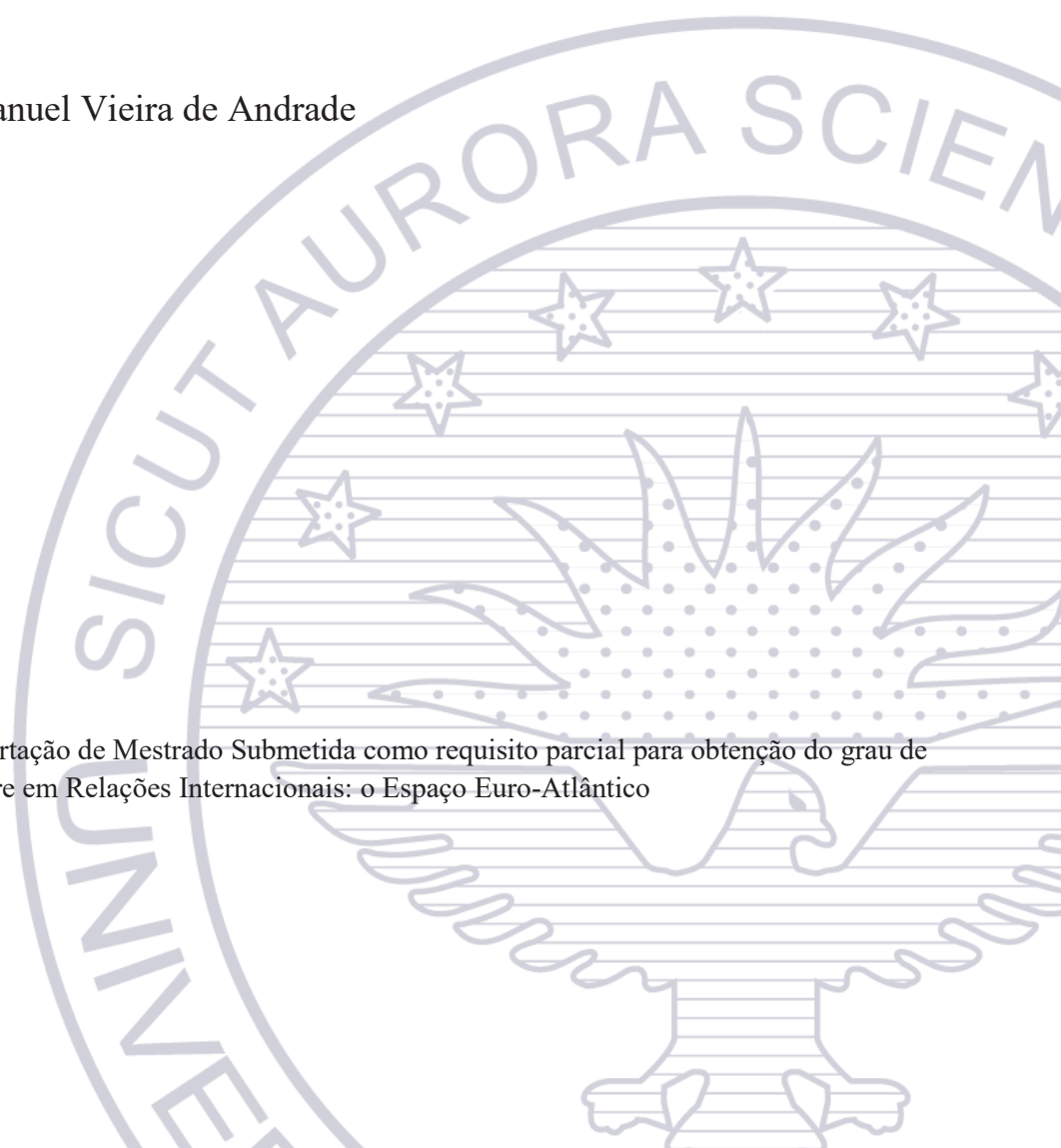
Dissertação de Mestrado

José Pedro Soares de Freitas

## **Orientador**

Prof. Doutor Luís Manuel Vieira de Andrade

Dissertação de Mestrado Submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais: o Espaço Euro-Atlântico



## Resumo

Alemanha Aquém da Guerra: 1919-1939

José Pedro Soares de Freitas

Esta dissertação tem como principal objetivo compreender como é que a Alemanha se rearmou, cresceu e aglutinou uma enorme quantidade de território, cidadãos e recursos, à margem do Tratado de Versailles, sem iniciar um conflito.

A escolha deste tema prende-se com a gravidade das consequências da ascensão ao poder do partido Nacional-Socialista, numa sociedade moderna e avançada como a Alemanha. De modo a ter um panorama da época, foram utilizadas fontes bibliográficas impressas e *online* que abordassem a situação internacional e a situação interna da Alemanha entre a Grande Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial. A situação interna da Alemanha proporcionou terreno fértil para os nazis eventualmente subirem ao poder, com o apoio de uma porção considerável da população. No entanto, a paralisia das democracias europeias, vencedoras da Grande Guerra, perante as violações do Tratado de Versailles, juntamente com a sua hesitação em assegurar uma aliança militar com a URSS, foi um dos episódios mais lamentáveis da diplomacia das democracias europeias levando a que apenas reagissem quando a Alemanha nazi invadiu a Polónia, e despoletou a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-Chave: Hitler; Segunda Guerra Mundial; Diplomacia; Alemanha Nazi; Poder.

## Abstract

Germany Short of War: 1919-1939

José Pedro Soares de Freitas

The main objective of this dissertation is to understand how Germany rearmed, grew, and amassed a huge amount of territory, citizens, and resources, whilst breaking the Treaty of Versailles, without starting a conflict. Due to the seriousness of the consequences of the rise to power of the National Socialist party in a modern and advanced society like Germany, this theme remains relevant. In order to get an overview of the time, print and online bibliographic sources were used that addressed the international situation and the internal situation of Germany between the Great World War and the Second World War. Germany's internal situation provided fertile ground for the Nazis to eventually rise to power, with the support of a considerable portion of the population. However, the paralysis of the war-winning European democracies in the face of the violations of the Treaty of Versailles, together with their hesitation to secure a military alliance with the USSR, was one of the most regrettable episodes in the diplomacy of the European democracies, who only reacted when Nazi Germany invaded Poland and triggered the Second World War.

Keywords: Hitler; World War II; Diplomacy; Nazi Germany; Power.

## Índice

Introdução .....	7
I. Objetivos e Metodologia .....	8
II. As consequências políticas da Grande Guerra Mundial .....	11
1. A Conferência de Paris, o Tratado de Versailles e Sociedade das Nações.....	11
2. A Criação da República de Weimar .....	15
3. O Cabo e o Partido.....	19
4. As Crises dos Anos 20 e o Fim da República de Weimar .....	26
III- A Nova Alemanha .....	41
5. A Transformação das Instituições e da Sociedade.....	41
6. O Início de uma política externa.....	50
7. A Diplomacia e a Expansão Territorial .....	55
Conclusões .....	71
Bibliografia .....	81

## Abreviaturas

SdN-Sociedade das Nações

CPM-Comissão Permanente de Mandatos

OS-Organização de Saúde

SPD-Partido Social-Democrata da Alemanha

USPD- Socialistas Independentes

DDP- Partido Democrático Alemão

DVP-Partido Popular Alemão

KDP-Partido Comunista Alemão

DNVP-Partido Popular Nacional Alemão

DAP-Partido Operário Alemão

NSDAP- Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães

S.A.-Batalhão de Assalto

S.S.-Tropa de Proteção

KdF- Organização “Força pela Alegria”

OKW-Alto Comando das Forças Armadas Alemãs

URSS-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Introdução

No ano de 1939, havia mais europeus sob o jugo de uma ditadura que a viver em democracia. As ditaduras são um reflexo do seu ditador, personificadas na sua cara e na sua voz, mas não só. Tecglen apresenta uma definição de ditadura, de acordo com Jean-Noel Aquistapace, que indica que a ditadura é o regime político da confusão de poderes, sob o domínio de um homem ou classe. Sobre o poder, por exemplo, Max Weber define-o como a possibilidade de alguém impor a sua a sua vontade no comportamento de terceiros que, por sua vez, acabam por aceitar e, assim legitimar a dominação sobre eles. Este poder é exercido sobre a base da hierarquia, essencialmente as “massas”, que estão sempre prontas para rejeitar a razão e precisam, portanto, de ser domesticadas pela mão dura do “homem fundamental”. Ainda nesta linha, Tecglen menciona Gustav de Bom, quando adiciona que o chefe goza do prestígio inerente ao seu cargo e granjeia um fascínio pela pessoa que, em última instância, bloqueia o sentido crítico. À semelhança de Weber, mas com foco nas relações internacionais, o conceito de poder é definido por Chas Freeman como sendo a capacidade que um tem de influenciar a ação do outro. O professor Adriano Moreira apresenta uma definição na mesma linha, mas adiciona que *o poder é uma relação*, pois é medido através de métodos quantitativos, cujos resultados definem a relação entre os estados em questão. Ambos, Moreira e Freeman, indicam que o poder vem do poder material, ou da força, e da determinação, ou vontade, mas Moreira indica que, sem determinação ou vontade, o poder existe, sem credibilidade. Interpretando a natureza dos estados, Freeman indica que estes existem para servir os interesses de quem os cria e que a manipulação cuidadosa do poder, o *Estadismo* ou *Statecraft*, transforma os interesses em objetivos. O *Estadismo* é, portanto, a estratégia do poder, e os militares são os seus punhos (Moreira, 2014, p. 108-110; Freeman, 2002, p. 3; Kershaw, 2016, p. 318; Silva & Neto, 2012, p. 24; Tecglen 1976, p. 7-22).

Como vários países europeus durante as décadas de vinte e trinta, a Alemanha entrou num regime ditatorial, cujas verdadeiras raízes estão no período que antecede o nacional-socialismo. Então, partindo da Revolução alemã de 1918, este texto procura explorar a situação vivida na Alemanha e eventual ascensão de Hitler, bem como o período em que o partido nazi esteve no poder antes de iniciar a Segunda guerra mundial, relacionando com o contexto internacional da época.

## I. Objetivos e Metodologia

Como objetivo geral para esta dissertação, procura-se explorar e investigar a situação vivida na Alemanha que levou à eventual tomada de poder pelo partido nazi, bem como as manobras diplomáticas do governo Nacional-Socialista, no período que antecedeu a guerra, partindo das convulsões internas que se deram na Alemanha, a partir de 1918. Noutras palavras, tenciona-se compreender o caminho que os alemães levaram entre o armistício de 1918 e a invasão da Polónia, tanto numa perspetiva das relações internacionais, como numa perspetiva histórica. Deste modo, identifica-se a questão principal para esta investigação: como é que a Alemanha se rearmou, cresceu e aglutinou uma enorme quantidade de território, cidadãos e recursos, à margem do Tratado de Versailles, sem iniciar um conflito?

Os objetivos específicos prendem-se com a clarificação da ascensão política e geográfica da Alemanha na década de trinta, considerando todo o contexto criado pela Grande Guerra, apresentando a resposta à questão que se prende nesta investigação. Os objetivos específicos, fundamentados pela pesquisa bibliográfica, procuram dar uma noção do contexto internacional, após a Primeira Guerra Mundial: entender o que levou à criação da República de Weimar, como foi a sua evolução e como se deu a sua substituição; compreender as consequências da incapacidade das principais democracias europeias em manterem um bloco coeso contra a expansão alemã; estudar as manobras diplomáticas durante os primeiros anos do governo nacional-socialista; por fim, condensar o mais relevante de toda esta matéria num texto pequeno e sintético, que possa servir como introdução a este assunto extremamente complexo.

Para a elaboração deste trabalho, recorreu-se principalmente a análise bibliográfica, documentos *online* e a artigos científicos, criteriosamente escolhidos, com base na reputação da fonte. Todas as informações neste texto foram recolhidas ao longo do percurso académico do autor e consolidadas com a leitura de bibliografia que aborda a primeira trágica metade do Século XX. A seleção da bibliografia para este trabalho teve em conta a data de publicação e o nível de detalhe estas que publicações proporcionavam, bem como a própria reputação dos autores. O mesmo pode ser dito em relação aos documentos *online*, cuja preocupação com a sua veracidade limitou, mas não a descartou por completo a utilização daquelas fontes, mantendo-se um critério rigoroso. Procurando condensar a informação de uma forma sintética e de simples leitura, este trabalho está dividido em dois capítulos,

abordando a Alemanha antes e após a tomada de poder absoluto de Adolf Hitler, com a morte de Hindenburg. Nestes dois capítulos, encontram-se os subcapítulos que procuram dividir e apresentar a informação de uma forma mais sintética. Sendo assim, o primeiro capítulo trata do impacto da Grande Guerra, abordando temas como a Conferência de Paris, a revolução alemã e a consequente criação da República de Weimar, as várias crises da década de 1920, o tratado de Versailles e a Sociedade das Nações. Relacionando a informação, o primeiro capítulo procura ainda apresentar uma breve revisão da vida de Hitler e do ambiente político da República de Weimar, de modo explorar como estes dois aspetos se cruzaram, incluindo aqui o primeiro ano de governo nazi.

O segundo capítulo incide a partir de 1934, procurando retratar a modelagem da vida quotidiana da população, por um lado, e a quebra do Tratado de Versailles e a expansão das fronteiras, sem despoletar uma guerra europeia imediatamente. Nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, os nacionais-socialistas assinaram vários acordos, concordatas, pactos e tratados, muitos dos quais eventualmente quebraram. No entanto, os exemplos mais graves do sucesso da diplomacia alemã foram celebrados com os países que eram suposto conter o nacional-socialismo nas suas fronteiras. Com a sua conivência, ou com a sua participação, as potências que tinham a capacidade para intervir falharam em conter a expansão nazi em todas as suas fases.

O enquadramento teórico deste trabalho parte da Conferência de Paris, que resultou, principalmente, na criação da Sociedade das Nações e nos tratados que dividiram a Alemanha e as potências centrais, nomeadamente os tratados de Trianon, Sèvres, Saint-Germain-en-Laye e o Tratado de Versailles, o mais importante para este trabalho. Estas alterações geopolíticas no mapa europeu, após a Primeira Guerra Mundial, trouxeram o fim de grandes impérios e o surgimento de pequenos novos países, alguns dos quais viriam a ser alvos da expansão nacional-socialista.

A visão do mundo de Hitler, “*weltanschauung*”, descrita no *Mein Kampf*, tornava claro o rumo que a Alemanha viria a tomar sob a sua liderança. Na sua perspetiva, o objetivo de Versailles era conduzir o povo alemão à submissão. A sua implementação tinha forçado a população alemã a viver numa área desproporcional à sua dimensão, pelo que a expansão para leste seria a solução. Então, Hitler tornou relevante um termo originalmente cunhado por Friedrich Ratzel, *Lebensraum*, ou espaço vital, argumentando que a Alemanha não ocupava um espaço proporcional às suas necessidades, tornando-se necessário obter mais território, particularmente a Leste:

“The Foreign policy of the folkish state must safeguard (...) the race embodied in the state, by creating a healthy, viable, natural relation between the nation’s population and growth (...) and the quantity and quality of its soil. (...) Only an adequately large space on this earth assures a nation of freedom of existence. (...) Never forget that the rulers of present-day Russia are common blood-stained criminals; (...) Furthermore, do not forget that these rulers belong to a race (...) which today more than ever is conscious of a mission to impose its bloody oppression on the whole world. (...) The fight against Jewish world Bolshevization requires a clear attitude towards Soviet Russia” (Hitler *in* Tuathail, Dalby & Routledge, 1998, p. 36-38).

O período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial foi marcado pela dramatização da diplomacia e pelo uso da força. Desde a retirada da conferência de desarmamento às primeiras horas de setembro de 1939, as democracias não foram capazes de conter Hitler dentro das fronteiras de 1919, o que foi uma das maiores derrotas e demonstrações de ineptidão das democracias ocidentais. Para além desta falta de reação aos acontecimentos, as hesitações, os interesses e a aparente falta de verdadeira vontade em estabelecer uma ligação militar com os soviéticos criaram as condições para que os alemães se aproximassem destes. Em contraste, os alemães rejubilaram em explorar esta brecha (Brunet & Launay, 1999, p. 268-269; Shirer, 1983, p. 687; Kershaw, 2016, p. 357).

Esta falta de compromisso e concertação entre os países interessados na contenção da Alemanha possibilitou o espaço cronológico de que necessitava, tanto para se rearmar, como para romper com o Tratado de Versailles e se firmar no palco internacional como uma potência com alianças políticas e interesses expansionistas. Neste sentido, a hipótese que se pretende validar é de que foram os vitoriosos da Grande Guerra que permitiram que a Alemanha abandonasse o Tratado de Versailles, construísse uma política externa agressiva e usurpasse territórios, sem consequência apenas reagindo, quando o poderio militar alemão já era praticamente imparável.

## II. As consequências políticas da Grande Guerra Mundial

### 1. A Conferência de Paris, o Tratado de Versailles e Sociedade das Nações

A 11 de novembro de 1918, numa carruagem no norte de França, as hostilidades foram encerradas com a assinatura do Armistício de Compiègne e, a partir de janeiro de 1919, deu-se a Conferência de Paris, na qual os grandes vitoriosos foram confrontados com o desafio de reconfigurar a Europa, de modo que a guerra não se repetisse. Os Catorze Pontos de Wilson, apresentados num discurso perante o Congresso, em janeiro de 1918, advogavam um mundo transparente, livre, assente na autodeterminação e mais democrático. Afinal, “to make the world safe for democracy” (Grant, 2014, p. 216-217) era o motivo pelo qual o presidente tinha assumido um papel beligerante numa guerra estrangeira (Kershaw, 2016, p. 152; Grant, 2014, p. 216-217; Brunet & Launay, 1999, p. 47).

Uma das ideias centrais de Wilson, a autodeterminação, o direito de um povo ter o seu próprio Estado, no qual a governação deriva da soberania popular, revelou-se sensível, não só para os derrotados, como para os vitoriosos. Tornou-se óbvio que a composição étnica da Europa central e leste tornaria difícil a criação de novos Estados, sendo quase impossível evitar artificialidade nas fronteiras (Kershaw, 2016, p. 152-155).

Com a guerra a terminar, sem exércitos inimigos no seu solo, os alemães ainda mantinham a expectativa de um acordo de paz relativamente favorável, pelo que as cláusulas do Tratado de Versailles foram chocantes e humilhantes. Estas foram tornadas públicas a 7 de maio e o tratado foi assinado a 28 de junho de 1919. Os vitoriosos foram unânimes em responsabilizar a Alemanha, baseados no facto de ser a segunda vez que os alemães invadiam a França em 40 anos e na violação da neutralidade da Bélgica. Para prevenir que os ataques militares se repetissem, entenderam ser vital subjugar e limitar a indústria e a capacidade militar alemãs. No entanto, foi tido em conta que aniquilar completamente as instituições do estado alemão poderia abrir a porta para a propagação do bolchevismo (Kershaw, 2016, p. 156; Evans, 2019, p. 101-102).

A delegação alemã em Paris protestou em vão contra os aliados intransigentes. O surgimento da Polónia e a criação do Corredor de Danzig significou a separação da Prússia do restante território alemão, deixando mais de um milhão de habitantes em território polaco.

O Sarre, apesar de legalmente gerido pela Liga das Nações, viu os seus recursos naturais e económicos explorados pelos franceses. O Anschluss (união da Áustria à Alemanha) estava expressamente proibido e a Renânia foi completamente desmilitarizada e ocupada pela França. O exército foi forçado a prescindir do serviço militar obrigatório e sofreu uma redução de quatro milhões a cem mil elementos. A força aérea foi dissolvida e os aparelhos foram desmantelados, bem como a marinha, reduzida a uma ínfima parte do que fora. O artigo. 231º, a “cláusula da culpa da guerra”, era particularmente difícil de aceitar e criou a base jurídica para impor o pagamento das reparações de guerra, fixando-se o valor de cento e trinta e dois mil milhões de marcos de ouro. No entanto, impor inúmeras condições aos alemães e exigir a restituição de perdas não era o único objetivo da Conferência de Paris (Shirer 1983, p. 90; Thoene 2014, p. 44, 45; Kershaw, 2016, p. 155-158; Evans, 2019, p. 101-107; Yale Law School-Lillian Goldman Law Library, 2008).

O desarmamento da Alemanha e a criação de um organismo intergovernamental, para regular as relações internacionais, eram a meta dos vitoriosos europeus, que viam assim uma garantia para o seu futuro. Com a introdução de Versailles, parecia que se tinha alcançado este objetivo ambicioso: um parlamento para as nações, o derradeiro ponto de resolução de disputas entre governos ou, até, o fim da guerra como se conhecia.

O décimo quarto ponto de Wilson advogava uma organização internacional, cujo propósito seria a manutenção da paz, mostrando a vontade do presidente americano em criar uma estrutura, na qual se pudesse recorrer ao diálogo, para resolver disputas entre países. Esta proposta de organização integrou a primeira parte do Tratado de Versailles, que continha o Pacto da Sociedade das Nações<sup>1</sup>. Revelava-se promissora e aparentava ser o órgão que asseguraria que a Grande Guerra havia sido a última guerra da Humanidade. Mas, a verdade é que foi uma instituição criada pelos vencedores da guerra e permitiu-lhes, através do sistema de mandatos, de certo modo, aumentar a sua dimensão ultramarina. O artigo 22º do Pacto da Sociedade das Nações tratava de redefinir as esferas coloniais dos vencidos e indicava que as “nações avançadas”, que estivessem dispostas a aceitar a responsabilidade de tutelar estes povos, exerceriam o seu poder, através de mandatos, sob a SdN. Este artigo introduziu o sistema de mandatos, segundo o qual os ex-territórios coloniais ou imperiais dos derrotados da Grande Guerra seriam, agora, tutelados pelos vencedores, na suposta perspectiva de vir a alcançar a independência. No papel, o artigo estipulava também que cada

---

<sup>1</sup> “*The Covenant of the League of Nations*” (Yale Law School- Lillian Goldman Law Library, 2008).

mandatário deveria expor ao Conselho o grau de autoridade e controlo a aplicar em cada território. Neste sentido, deveria ser estabelecida uma comissão permanente, à qual as potências a cumprir mandatos submeteriam um relatório anual acerca dos progressos e das dificuldades em cumprir os seus objetivos. Teoricamente, este sistema procurava preparar os povos para terem o seu próprio Estado, mas não se referiu aos territórios coloniais controlados pelos vencedores, antes da guerra, aparentando tratar-se de expropriar os derrotados. A ideia central da autodeterminação acabou por não ser aplicada fora da Europa, tendo as potências imperiais vencedoras mantido todo território colonial que detinham antes. Além disso, nenhum detalhe indicava por quanto tempo deveria durar esta tutela, ou qual o procedimento para a terminar. Os territórios em questão estavam simultaneamente sob controlo do estado tutor e sob controlo internacional, uma meia solução entre o imperialismo europeu e o idealismo de Wilson. A rejeição do Tratado de Versailes pelo Senado americano fez questionar o sistema de mandatos, bem como a própria SdN, pois a ausência dos Estados Unidos e de Wilson punham em causa a credibilidade desta organização. Os mandatários revelaram-se relutantes e sem celeridade para negociar os termos da sua autoridade e tornou-se evidente que, qualquer que fosse o objetivo deste sistema, a autodeterminação não aparentava ser um deles, reforçando a ideia da subserviência da SdN aos vencedores da guerra (Pedersen, 2015, p. 2-4).

Com o agravamento das relações internacionais na década de 1930, a Alemanha, o Japão e a Itália acabaram por abandonar a SdN. Em outubro de 1933, de forma abrupta, Hitler anunciou o abandono da Conferência de Desarmamento e a retirada imediata da SdN, na qual a Alemanha tinha sido admitida apenas sete anos antes. A saída do Japão foi mais demorada. No início da Primeira Guerra Mundial, a marinha japonesa ocupou as ilhas alemãs no Pacífico, ficando estas sob controlo militar. Em 1921, sob as orientações da Sociedade das Nações, o governo japonês inaugurou a administração mandatária do território e, em 1922, a administração militar foi substituída por uma administração civil, através da criação do *South Seas Bureau*. Neste seguimento, o Japão queria ver a sua hegemonia no Pacífico reconhecida e equiparada à ação europeia no Médio Oriente e em África. Em 1931, aquando da invasão japonesa da Manchúria, a China tentou protestar perante a SdN, mas esta nunca teve meios para agir, limitando-se a uma repreensão moral. Em 1932, após a Assembleia da SdN se mostrar favorável ao caso chinês contra as ações japonesas, a delegação nipónica abandonou a sessão e em março de 1933, o Japão oficializou a sua saída; contudo, continuou a participar em outros órgãos, como a Comissão Permanente

de Mandatos (CPM) e a Organização de Saúde (OS), apenas terminando completamente a sua participação em 1938, já depois de invadir o restante território chinês (Seleções do Reader's Digest, 1978, p. 15-16; Pedersen, 2015, p. 290; Vaz-Pinto, 2010, 2015, p. 171; Japanese Government, 1925).

Quando as hostilidades rebentaram na Europa em 1914, a Itália, aliada da Alemanha e da Áustria-Hungria desde 1882, declarou a sua neutralidade e rapidamente as forças da *Entente* aliciaram a Itália para o seu lado do conflito. Em março de 1915, o primeiro-ministro italiano, Sonnino, preparou uma lista de exigências aos aliados e em abril, foi assinado o Tratado de Londres. Contra algumas das exigências italianas, os ingleses e os franceses dividiram o território do império otomano através do acordo Sykes-Picot, em maio de 1916, caso o império caísse, deixando-os de fora da partilha do território. A indignação italiana levou ao acordo de St. Jean de Maurienne, em abril de 1917, mas acabou por não receber todos os territórios que pretendia. Com estas frustrações e outras desilusões, relativamente à distribuição dos espólios de guerra, cunhou-se a expressão de “Vitória Mutilada”, para descrever as condições da vitória italiana (Marcuzzi, 2019, p. 2-3; Brunet & Launay, 1999, p. 66).

No entanto, a Itália era uma das potências vencedoras da guerra e um diplomata italiano, Theodoli, foi presidente da CPM, mas a invasão da Abissínia comprometeu a sua posição. Com a guerra já em curso, este foi reeleito presidente da comissão, mas, por esta altura, as relações da SdN com a Itália já estavam difíceis, considerando as sanções e o ambiente internacional causados pela invasão. Estas sanções foram o primeiro teste de uma abordagem multilateral, através de sanções, para suprimir uma campanha militar, sendo que o fraco impacto destas no esforço de guerra italiano pôs em causa a estratégia da SdN. Os franceses e os ingleses, numa posição ambígua, não imputaram sanções verdadeiramente danosas, sendo que, com a participação dos Estados Unidos na SdN, fica no ar a hipótese de que a aplicação das sanções poderia ter tido consequências diferentes. Theodoli nunca se demitiu e, em 1937, a Itália anunciou a sua retirada da SdN (Pedersen, 2015, p. 291-292; Ristuccia, 2021, p. 3-4).

Durante a década de 20, a SdN teve alguns sucessos, nomeadamente com o auxílio a refugiados da Europa de Leste, no combate a epidemias e ao tráfico humano. Ainda para mais, alguns países usufruíram do auxílio económico da Liga no período da hiperinflação. Apesar destes êxitos, na década de 30, as grandes questões ficaram por resolver. O facto de a organização carecer, de alguma forma, de defender e impor a paz, bem como a sua

subordinação aos interesses nacionais das democracias ocidentais foram das principais causas da sua incapacidade de contrariar as posturas alemã e italiana (Kershaw, 2016, p. 304-305).

No entanto, o falhanço da Sociedade das Nações, apesar de poder ser apontado como umas das causas da Segunda Guerra Mundial, não foi necessariamente a causa da ascensão do nazismo na Alemanha. Os ódios, já bem presentes na sociedade alemã, cresceram com a procura de bodes expiatórios. Agora, aos olhos dos alemães, especialmente os conservadores, a situação tinha-se agravado devido à revolução de 1918, por obra do novo governo, que tinha terminado a guerra e permitido que o país fosse humilhado, através do Tratado de Versailles. De mãos dadas com esta noção vem o velho mito da “Punhalada nas costas” que, essencialmente, negava a derrota do exército alemão, sendo de mencionar uma declaração de Friedrich Ebert, a 10 de dezembro de 1918, em que indicou que o exército alemão não tinha sido militarmente derrotado (Brunet & Launay, 1999, p. 94).

## 2. A Criação da República de Weimar

Na Alemanha, perto do final da 1ª guerra, a política encontrava-se polarizada, embora dissimulada, sob a autoridade do Kaiser Guilherme II. O Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) era o maior partido político alemão em membros e detinha a maior influência sobre sindicatos, cooperativas e associações culturais. Em janeiro de 1917, uma ala radical separou-se deste partido e criou o USPD, os Socialistas Independentes. Este grupo estava fraturado desde o início e a sua principal base de acordo era a luta contra a continuação da guerra. Neste novo partido, foram incluídos os que viriam a ser chamados “Espartaquistas”<sup>2</sup>, reunidos em torno de Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin. Em janeiro de 1919, finda a guerra, separaram-se dos socialistas e fundaram o KDP, o Partido Comunista da Alemanha (Brunet & Launay, 1999, p. 92-93). Ambos o SPD e o USPD rejeitavam a perspectiva de continuar a guerra, mas os primeiros davam preferência a uma reforma democrática, em detrimento da revolução socialista, preconizada pelos

---

<sup>2</sup> Os Espartaquistas- Eram comunistas liderados por Karl Liebknecht, mas inseridos na estrutura do SPD ainda durante o governo do Kaiser Guilherme II. A 2 de dezembro de 1914 recusaram aceitar os créditos de guerra e foram, por isso, expulsos do SPD. Aquando do cisma que criou o USPD, estes integraram o novo partido e mais tarde, somando Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin, abandonaram os socialistas para fundarem o KDP, o partido comunista alemão. (Brunet & Launay, 1999, p. 96).

segundos. Em julho de 1917, o SPD, junto com os Progressistas<sup>3</sup> e o Zentrum, apelou em favor da paz, mas viram-se confrontados com a direita conservadora, apoiante da liderança do Kaiser, da continuidade da guerra e da expansão territorial. Note-se que, na Alemanha Imperial, os partidos eram representados, mas não controlavam as tomadas de decisões, estando estas reservadas para o Kaiser e para os líderes militares e ministros por ele apontados (Kershaw, 2016, p. 116-117).

À medida que o fim da guerra se aproximava, a continuidade da monarquia foi sendo posta em causa e, pelo início de 1918, o descontentamento da população era palpável, o que se agravou pela perspectiva real de perder a guerra. Por outubro de 1918, a guerra estava perdida na mente do recém apontado Chanceler, Maximiliano de Baden, que apelou aos Estados Unidos por um armistício relativamente favorável para a Alemanha, mas não viu o seu pedido atendido (Brunet & Launay, 1999, p. 46; Kershaw, 2016, p. 118-119).

Pelo fim do verão de 1918, a Alemanha via-se sozinha, numa situação militar desesperada. Ludendorff, como outras figuras proeminentes no alto comando militar alemão, pretendia a continuação da guerra, mas acabou por se afastar a 26 de outubro. Entre 3 e 4 de novembro, deu-se o motim de marinheiros em Kiel: desobedeceram a ordens para enfrentar a marinha inglesa, numa batalha suicida que, independentemente do resultado, não teria impacto no desfecho da guerra. Outros motins multiplicaram-se e vários conselhos de soldados e operários surgiram por todo o país e, na Baviera, Kurt Eisner proclamou uma república socialista, que duraria apenas uns meses. As chefias militares deixaram claro ao Kaiser que este teria que se afastar, o que fez a 9 de novembro de 1918, no mesmo dia em que foi proclamada a República Alemã. Neste período, o SPD era a escolha mais óbvia, devido à sua popularidade e à capacidade que tinha de fazer frente à ameaça bolchevique e, a 9 de novembro, os Sociais-Democratas foram convocados pelo chanceler Maximiliano de Baden, de modo a que Ebert, o líder do partido, fosse nomeado chanceler, sem que houvesse qualquer base legal. Ebert mantinha a ideia de que algum dos filhos do Kaiser pudesse sucedê-lo e estabelecer uma monarquia constitucional. Por outro lado, os Espartaquistas continuavam a ameaçar proclamar uma república soviética. Inquieto com as reivindicações dos comunistas e preocupado que estes se antecipassem, Scheidemann (que acompanhava o líder do SPD) dirigiu-se à varanda do Reichstag e proclamou a

---

<sup>3</sup> Partido Popular Progressista- Foi dissolvido em 1918.

república, nascendo, assim, de forma peculiar e numa situação conturbada, a democracia na Alemanha (Brunet & Launay, 1999, p. 92; Kershaw, 2016, p. 118-119).

Os Espartaquistas ainda mantinham a esperança de conseguir despoletar motins e manifestações, que depois transformariam em revolução. Entre 6 e 13 de janeiro de 1919, deu-se a primeira “semana sangrenta”, em Berlim, devido à destituição de um membro socialista da direção da polícia da cidade. Deu-se uma greve geral, surgiu um comité revolucionário e rapidamente começaram os confrontos armados. O exército interveio e abafou o movimento com uma repressão brutal e poucos dias mais tarde, Rosa Luxemburgo e Liebknecht foram detidos e assassinados. Como consequência desta insurreição, as eleições para a constituinte foram antecipadas de fevereiro para janeiro de 1919. Estas traduziram para as urnas o resultado dos combates nas ruas da capital, demonstrando o apoio aos sociais-democratas, aos democratas do DDP<sup>4</sup> e aos católicos do Zentrum<sup>5</sup>, com 37,9%, 18,6% e 19,7%, respetivamente. Estes são essencialmente os partidos centristas que, desde o início, entenderam que a democracia era a melhor opção para o futuro da Alemanha e que formaram a Coligação de Weimar. A 6 de fevereiro de 1919, nesta pequena cidade, os SPD, o DDP e o Zentrum formaram governo, com Ebert como presidente e Scheidemann como chefe de governo. O UDP, com perto de 8% de votos, rejeitou o convite e ficou de fora da coligação por considerar este governo um recuo na revolução. É também importante notar que a direita ainda tinha a sua representação partidária, nomeadamente os populistas do DVP<sup>6</sup> e os nacionalistas do DNVP<sup>7</sup>, que juntos granjearam apenas 14,7% dos votos (Brunet & Launay, 1999, p. 94-97).

Os resultados destas eleições demonstraram a aparente incapacidade da direita em manter a sua assertividade e representação, conseguindo menos de 15% dos votos entre os dois partidos. A esquerda, fraturada, pouco ou nada avançou neste processo democrático. O KDP, o Partido Comunista Alemão, só passou a existir a partir de janeiro de 1919 e o UDP não traduziu um décimo dos votos. Surgiram, então, os partidos da Coligação de Weimar,

---

<sup>4</sup> *Deutsche Demokratische Partei* (DDP)- Era essencialmente o partido da pequena e média burguesia (Brunet & Launay, 1999, p. 97).

<sup>5</sup> *Zentrum*- Era essencialmente católico, mas um pouco heterogéneo, aglomerando algum eleitorado entre latifundiários e operários católicos (Brunet & Launay, 1999, p. 96).

<sup>6</sup> *Deutsche Volkspartei* (DVP)- Era o partido populista das altas finanças da indústria. Apesar de ter resultados baixo em 1919, mais tarde chegarão a fazer parte do governo durante a República de Weimar (Brunet & Launay, 1999, p. 96).

<sup>7</sup> *Deutschnationale Volkspartei* (DNVP)- Era o partido nacionalista alemão, largamente monárquico e conservador. Aglomerava eleitorado como os *Junkers* (grandes latifundiários), oficiais e ainda pequenas partes da burguesia (Brunet & Launay, 1999, p. 96)

com mais de 75% de votos. Os sociais-democratas eram os mais populares, com quase 40%, e o Zentrum e o DDP alcançaram ambos quase 20% da votação. As eleições de fevereiro demonstraram que a direita recuou e que a esquerda não teve popularidade suficiente, deixando os partidos mais moderados no poder.

Em março do mesmo ano, inspirados pela Internacional Comunista, os Espartaquistas tentaram, mais uma vez, iniciar uma revolução e começaram por tomar pontos estratégicos, um pouco por todo o país. Infelizmente para eles, o exército interveio prontamente e, entre 4 e 13 de março, deu-se a segunda “semana sangrenta”, em Berlim, que resultou em mais de um milhão de mortes. Na Baviera, Eisner foi assassinado, pouco antes em fevereiro, e nos finais de abril, um grande assalto dos Corpos Livres em Munique acabou com a república socialista, instaurada desde meados de novembro (Brunet & Launay, 1999, pp. 95).

Os militares necessitavam de uma forma para manter a sua estrutura e posição no domínio interno. Nesse contexto, na mesma noite da proclamação da república, o General Wilhelm Groener, que sucedeu Ludendorff no cargo de Quartel Mestre Geral, formulou com Ebert um pacto no qual o governo se comprometia a suprimir o bolchevismo e a manter o exército nos seus moldes. Em troca, o exército manteria a sua lealdade e disponibilizar-lhe-ia todos os seus meios para suprimir os comunistas. Apesar de toda a pompa deste acordo, a Reichswehr nunca foi completamente leal à república e acabou por ser um dos catalisadores da ascensão de Adolf Hitler. Apesar de não serem apoiantes do republicanismo, o exército e os conservadores preferiram que o novo governo acarretasse com o fardo de terminar a guerra e lidar com os acordos de paz que daí viessem, arcando com a culpa de todas as dificuldades que o povo viesse a sofrer, efetivamente condenando a república recém-criada. Para que a República pudesse sobreviver, os seus governantes teriam de ter levado a cabo uma espécie de purga, que não fizeram, nas forças ainda leais à velha ordem, como os conservadores, os grandes proprietários, os magnatas industriais, os detentores do poder judicial, as chefias de polícia e o comando do exército, que, apesar de ter sido obrigado a reduzir o seu tamanho, os seus costumes e, mais importante, o tipo de personalidades no seu comando, permaneceram essencialmente os mesmos. O resultado foi que o exército alemão tornou-se mais *Junker* e, conseqüentemente mais “prussiano” do que antes da guerra. Também foi uma figura celebrada do antigo exército imperial, Paul von Hindenburg, que como presidente da Alemanha, cedeu e nomeou Hitler chanceler. (Brunet & Launay, 1999, p. 105-106, Shirer 1983, p. 83-86; Dawes, 2019, p. 194-200; Evans, 2019, p. 124).

### 3. O Cabo e o Partido

Foi para este ambiente de revolução política e social que Hitler, veterano e sem grandes perspectivas de vida fora do exército, regressou à Alemanha. Antes da guerra, este deixou Linz e mudou-se para Viena, para integrar a escola de Belas Artes em setembro de 1907, onde não entrou e, sem nunca ter arranjado um emprego, eventualmente começou a ter de dormir em acomodações baratas, albergues para sem-abrigo ou na rua. Durante uns meses, manteve uma relação de negócios com um outro residente dos abrigos e começaram a trabalhar juntos, com Hitler a pintar postais e o parceiro a vender pelas ruas, partilhando os lucros. Em abril de 1913 alcançou a idade requerida para ter acesso à última parte da herança do pai e partiu para Munique, ainda acalentando esperanças de vir a estudar arte na academia (Kershaw, 2009a, p. 64-97; Kershaw, 2009a, p.98-119; Evans, 2019, p.213-218).

Contudo, surgiu um problema grave para Hitler: este não cumpriu o serviço militar no seu país de origem e, em agosto de 1913, era procurado pela polícia de Linz. Em janeiro de 1914, foi dado como inapto para o serviço e não sofreu quaisquer consequências. No final de junho desse ano, deu-se o assassinato do príncipe herdeiro do trono Austro-Húngaro e a febre de guerra assolou a Europa, e como muitos outros, Hitler sentiu o desejo de se alistar no exército e partir para a frente. Mas sendo estrangeiro, é quase certo que foi aceite no exército alemão por erro burocrático, no meio da azáfama da mobilização. Depois de um curto período de treino e do seu estabelecimento no “Regimento List”, foi enviado para a frente de combate e cedo teve o seu batismo de fogo. Em 1914, foi promovido a cabo e destacado para integrar num grupo de estafetas, facto que é frequentemente ignorado, no âmbito da sua participação na Grande Guerra, mantendo-se a ideia que Hitler permaneceu sempre nas trincheiras, na linha da frente. A sua função centrava-se em transportar mensagens entre o quartel-general e a linha da frente. Apesar de ser uma função com os seus perigos, as hipóteses de sobrevivência eram melhores que as de um soldado comum (Kershaw, 2009a, p.121-126; Evans, 2019, p.219).

Após ser condecorado com a Cruz de Ferro de Segunda, e mais tarde, primeira Classe, em outubro de 1918 foi ferido num ataque com gás, que o deixou parcialmente cego. Foi transferido para um hospital, onde soube da derrota e da revolução em Berlim. O exército havia sido a sua casa e o seu emprego mais regular. A guerra havia-lhe dado o sentido de

causa, pertença e camaradagem, mas, agora, a perspectiva de voltar à sua velha vida não era do seu agrado (Kershaw, 2009a, p. 127-141).

Já com perto de 30 anos e sem algum tipo de qualificação académica ou experiência real de trabalho, a sua melhor opção era continuar inserido no exército. Quando voltou para a Baviera, mal reconhecia o sítio, por estar sob a república socialista de Eisner. Este período de cerca de seis meses ficou na memória coletiva como um período de grave escassez de alimentos, por um lado, e de grande açambarcamento, por outro; também pela falta de liberdade e pela censura da imprensa. Disto beneficiou a direita conservadora e, a partir deste período, a Baviera tornou-se terreno fértil para o extremismo da ala direita. Pouco depois do regresso a Munique, Hitler foi mencionado como representante de uma companhia cuja função era a divulgação de “material educacional” entre as tropas, material esse de cariz de esquerda, devido à situação política na Baviera (Kershaw, 2009b, p. 15).

Em maio de 1919, finda a república socialista, foi criado o *Gruppenkommando 4*, abreviadamente *Gruko*, da guarnição Bávara, que assumiu funções na vigilância e na doutrinação política das tropas, segundo princípios nacionalistas e anticomunistas, uma total inversão do conteúdo apresentado anteriormente. Para isto, foram concebidos cursos de oratória, para formar personalidades que persuadissem e apelassem às tropas, de modo que fossem bons agentes de propaganda. Aqui, surge uma figura fundamental para o início do viria a ser a carreira política de Hitler, Karl Mayr, recém apontado comandante da Divisão de Informações, que o selecionou para os primeiros cursos lecionados na Universidade de Munique, em junho desse ano. A partir daí, Mayr interessou-se por Hitler e incumbiu-o, juntamente com outros participantes dos cursos, de cimentarem valores nacionalistas em tropas consideradas indisciplinadas (Kershaw, 2009b, p. 18-21; Evans, 2019, p.221).

Por esta altura, já fazia grandes tiradas contra os judeus, chegando mesmo a ser-lhe pedido que se contivesse nas palavras, após abordar a “Questão Judaica”, numa palestra. Contudo, o seu antissemitismo não se destacava do que já era comum entre a sociedade alemã, havendo até uma larga faixa de ouvintes concordantes. Foram pedidos esclarecimentos a Mayr, relativamente ao conteúdo da palestra acerca da “Questão Judaica”, via carta, em setembro de 1919. O capitão passou a carta a Hitler, para que este respondesse, resposta esta que merece mencionar, pois regista publica e concisamente a sua visão acerca das comunidades judaicas, antes de escrever o *Mein Kampf*. Hitler respondeu que o antissemitismo não deveria ser baseado na emoção, mas na lógica. A primeira forma de antissemitismo, emocional, resultaria em perseguições desorganizadas. Já a segunda, a

lógica, basear-se-ia na alienação dos direitos dos judeus, de modo a proceder à sua remoção. Os judeus eram interpretados como sendo uma raça e não um povo. Na totalidade da resposta, Hitler transmitiu a concepção de antissemitismo, através do conceito de raça e um nacionalismo apontado a repelir o poder do judeu. Então, basicamente, o antissemitismo lógico seria praticado legalmente pelo Estado, de forma sistemática, organizada e eficiente, com vista à total aniquilação do judeu (Kershaw, 2009b, p.22).

Outra função da divisão de Mayr era a monitorização de partidos políticos e outras organizações em Munique. Também em setembro, Hitler foi enviado para observar um comício do Partido Operário Alemão (DAP), um dos mais de 70 grupos do mesmo género na Alemanha, na altura. As origens, mais ou menos diretas, deste partido remetem para a Sociedade Thule, um grupo nacionalista, fundado em 1917, composto essencialmente por indivíduos conservadores abastados. Esta sociedade era um ramo de uma outra organização, a Ordem Germânica, fundada em 1912, com o objetivo de aglutinar outros movimentos antissemitas. Perto do final da guerra, a Sociedade Thule tomou a iniciativa de tentar influenciar a classe operária ao afastá-la do bolchevismo, dando representação política, mas mantendo e exigindo valores nacionalistas. Para isto, contataram Anton Drexler, serralheiro e ex-militante do efémero partido da Terra Pátria, que formou uma “Comissão de Operários”, em março de 1918, sendo esta um ramo de outra organização maior conhecida como “Associação para a Promoção da Paz dos Trabalhadores”. Contudo, Drexler nunca conseguiu granjear um número aceitável de membros e, mais tarde, fundiu a sua comissão com o Círculo Político Operário, liderado por Harrer, um repórter também membro da Sociedade Thule, ainda que tenham continuado com menos de uma centena de membros. Drexler não cria que estes números serviriam alguma causa e propôs a criação de um partido político para os operários alemães, que seria livre de judeus. Esta ideia foi aceite e, a 5 de janeiro de 1919, foi formado o DAP, o Partido Operário Alemão (Shirer, 1983, p.61-62; Kershaw, 2009b, p. 31-33; Evans, 2019, p. 222).

Mayr enviou Hitler a um comício deste partido, apenas para avaliação. Uma vez lá, não se conteve e interveio num debate. A sua retórica impressionou Drexler, que o convidou para o movimento. Segundo Hitler, a sua impressão inicial do partido não foi a mais positiva, mas as ideias gerais agradavam-lhe e acabou por aceitar, especulando que, mais tarde, poderia apoderar-se do partido. Isto entra em contradição com as afirmações posteriores de Mayr que, alegadamente, ordenou que Hitler se filiasse no DAP, chegando mesmo a ser financiado para o efeito. Mas o importante, foi que Hitler se filiou e se tornou no sétimo

membro do comité permanente do partido. Volta-se a sublinhar que foi o capitão Mayr que providenciou todas estas oportunidades e que empurrou Hitler para a vida política. Geralmente, os informadores que se filiavam em partidos tinham de deixar as forças armadas, mas tal não aconteceu, pois recebia o seu salário e honorários de orador até março de 1920, quando foi desmobilizado. Foi também pelo início de 1920 que Hitler ficou encarregue da propaganda do partido, algo que ele considerava vital desde os seus dias em Viena (Shirer, 1983, p. 64-66; Kershaw, 2009b, p.14-15; Kershaw, 2009b, p. 25).

O primeiro comício de massas do partido, e o primeiro evento organizado por Hitler, decorreu a 24 de fevereiro de 1920. Não houve qualquer menção do nome deste na publicidade e tão pouco se mencionou a apresentação do programa do partido, que continha as 25 teses do nacional-socialismo, cuja autoria foi atribuída a Drexler e a Hitler. Nesse dia, compareceram cerca de duas mil pessoas, mas, apesar do relativo sucesso, a imprensa pouco ou nada o mencionou. Pouco tempo depois, a partir de abril de 1920, o partido adotou o nome NSDAP, ou Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores, conforme as teses que tinham apresentado em fevereiro (Kershaw, 2009b, p.30-40).

As suas tiradas antisemitas, numa fase inicial, tinham um cariz anticapitalista, associando os judeus aos que enriqueceram com o esforço de guerra, não havendo ainda um elo entre o judeu e o bolchevique. Foi apenas em julho de 1920 que esta associação foi feita. A brutalidade da guerra civil russa e as histórias das atrocidades cometidas pelos vermelhos já ecoavam por toda a Europa e é muito provável que conhecesse a conspiração conhecida por “Protocolos dos Anciãos de Sião”, que se tratava de um plano para a dominação global dos judeus. Este suposto plano circulava amplamente pelos países do velho continente e foi, mais tarde provado que se tratava de uma falsificação. Estes dois fatores podem ter influenciado Hitler a considerar os acontecimentos na Rússia como obra dos judeus, formando a imagem do judeu bolchevique e tornando estas ideias indissociáveis (Kershaw, 2009b, p.47; Evans, 2019, p.226-227).

Algo que se tornou comum na Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial foi a criação de múltiplos grupos paramilitares, associados a qualquer tipo de organização, mas com especial ênfase nos grupos pertencentes ou associados a partidos políticos. O NSDAP não era exceção. Por 1920, foi criado o *Ordnerttruppe*, para a vigilância e segurança dos comícios, que, em agosto de 1921, foi camuflado com o nome de “Secção de Ginástica e

Desportos”. A partir de outubro, adotaram o nome de *Sturmabteilung*<sup>8</sup>, ou S.A. Estes eram os infames camisas castanhas, que deixaram de apenas garantir a segurança nos comícios nazis para interromper e evitar que outros partidos organizassem eventos semelhantes (Shirer, 1983, p.70). À força física, era necessário associar uma simbologia forte ao partido. Surgiu, então, o pano vermelho com o disco branco e a cruz suástica a negro no centro. A cruz *-hakenkreuz-* já era um símbolo muito antigo e pode ser encontrada, por exemplo, em templos na Índia. Quanto às cores, Hitler rejeitava as envergadas pela república, mas também não optou pela bandeira imperial, apenas decidindo manter a sua paleta. Segundo ele, o vermelho simbolizava o aspeto social do movimento, o branco os princípios nacionalistas e a suástica, a perseguição da vitória do homem ariano. As braçadeiras foram rapidamente adotadas pelas S.A. e por todo o restante partido e, poucos anos mais tarde, criou os estandartes, utilizados em desfiles e eventos, esses inspirados no Império Romano. Foi graças ao perfil público, que Hitler conseguiu adquirir, que a filiação no partido aumentou exponencialmente, contando com cerca de três milhares de pessoas no final do verão de 1921, tornando-se cada vez mais óbvio que Adolf Hitler era indispensável para o NSDAP (Shirer, 1983, p. 71-72; Kershaw, 2009b, p.42).

Pouco ou nada se falava do nome de Drexler, o real presidente do partido. Este oferecera a presidência a Hitler múltiplas vezes, mas a oferta foi sempre rejeitada, pois implicava responsabilidade e organização. Pelo verão de 1921, Hitler deslocou-se a Berlim, para estabelecer contatos com outros grupos nacionalistas do Norte e, talvez, angariar fundos para salvar o jornal do partido *Völkischer Beobachter*. Enquanto esteve fora, os restantes membros do comité do partido entenderam que era oportuno quebrar a influência de Hitler, através da fusão com outro grupo semelhante. O doutor Otto Dickel, que fundou, no início de março, uma organização populista, a *Deutsche Werkgemeinschaft*, ou Comunidade de Trabalho Alemã, não era do agrado de Hitler, presumivelmente, porque ambos partilhavam uma série de características. Revoltado com a possibilidade de fusão com a Comunidade de Trabalho, Hitler demitiu-se do partido, a 11 de julho. Contudo, os membros do NSDAP consideravam que Hitler era uma das principais estrelas do partido e era ele que trazia uma porção considerável dos fundos. Os restantes membros do comité não aceitaram a sua demissão e Drexler tratou de saber as exigências de Hitler para voltar. Exigia a liderança do partido, a abolição do próprio comité, a atribuição de poderes ditatoriais e o fim de todas as intenções de fusões com outros partidos. Isto era demais para alguns, como Drexler, mas as

---

<sup>8</sup> *Batalhão de Assalto*, traduzido literalmente para português.

exigências foram correspondidas com a introdução do “Principio da Liderança”, no fim de julho de 1921, dando-lhe controlo total do partido (Kershaw, 2009b, p.50-73; Shirer, 1983, p. 72-74).

No início de outubro, Hitler recebeu uma carta de Julius Streicher, o dirigente da secção da Comunidade de Trabalho de Nuremberga, que se ofereceu para se afiliar, juntamente com a sua enorme base de apoio, ao movimento nazi. A crescer a este aumento de afiliados, Streicher trazia ainda um novo jornal, o *Deutscher Volkswille*. Assim, tão rápido, o partido passou a contar com mais de vinte mil membros, face aos cerca de seis mil, no início desse ano de 1922. O *Völkischer Beobachter* tornou-se um quotidiano, de modo a espalhar a propaganda do partido, o que exigiu um maior investimento no jornal. Neste contexto, Hitler granjeou alguns contatos como Ernst Hanfstaengl, referido como Putzi, cuja família, consideravelmente abastada, trabalhava no ramo de publicação de arte. Os Hanfstaengl foram a primeira família rica a abrir as suas portas a Hitler e chegaram mesmo a emprestar somas avultadas ao jornal (Shirer, 1983, p,75-76).

Apesar de ser líder do partido, isto não significava diretamente que seria também o líder da Alemanha. A sua função era a agitação política das massas, pelo que, alegadamente, disse, numa entrevista em maio de 1921 (note-se, antes de ser líder do partido), que não era o homem que guiaria o país pelas suas amarguras. Até aqui, a própria palavra “führer” não tinha uma conotação de culto, estando o seu significado associado ao conceito de líder, chefe, dirigente, etc. Drexler, por exemplo, também era chamado führer. Mas, o triunfo de Mussolini mostrou que havia uma abertura generalizada aos “homens fortes”, que viriam salvar os respetivos países, sendo que esta visão rapidamente começou a ser projetada em Hitler. Foi de fora da Alemanha que veio uma fonte de inspiração, um modelo a seguir, com a “Marcha Sobre Roma”, no final de outubro de 1922, acontecimento que ecoou forte no seio partido. Menos de uma semana depois, num discurso habitual, numa cervejaria, foi dito que o Mussolini alemão chamava-se Adolf Hitler. Mas, ao longo de 1923, aquele estava mais preocupado em definir que características considerava que o líder deveria ter, baseando-se em grandes personalidades do passado, como Frederico o Grande ou Bismarck (Kershaw, 2009b, p. 63-73; Evans, 2019, p.237-238).

As crises que o país atravessava, tal como a inflação, ou a invasão do Ruhr, em janeiro de 1923, eram a base da sua propaganda inflamatória, mas era difícil passar de palavras a ações. Quando a moeda colapsou, em 1923, as consequências para o cidadão comum foram devastadoras e, por isso, não é de surpreender que a política se tenha

radicalizado, em ambos os polos políticos. Isto era favorável ao movimento, mas, ao mesmo tempo, punha-o sob pressão para agir. Para tal, Hitler necessitava da capitulação ou da colaboração de três figuras dominantes no aparelho público bávaro. Necessitava de von Kahr, o comissário do Estado, Seisser, o comandante da polícia, e Lossow, o comandante da guarnição bávara. Sem estes e sem as forças por eles comandadas, qualquer tentativa contra o governo central era vã e, por mais que tentasse, não era capaz de trazer estas três figuras para a sua conspiração. No início de novembro de 1923, Seeckt, o chefe da *Reichswehr*, apontou que não avançaria contra a república. Mas Hitler queria marchar com o exército e não contra ele. Contudo, ficou decidido que agiriam na noite de 8 de novembro, a fim de se apoderarem do controlo de uma cervejaria, a Bürgerbräukeller, onde Kahr, Seisser e Lossow, estariam presentes. O objetivo era forçá-los a formar um governo provisório nacional e a avançar contra Berlim (Kershaw, 2009b, p.91-101).

Nessa noite, os camisas castanhas entraram na sala da cervejaria com uma metralhadora e Hitler anunciou que a revolução nacional estava em marcha e que o edifício estava cercado por homens armados, pelo que ninguém sairia sem a sua autorização. O governo bávaro estava deposto e iriam proceder à formação de um governo nacional provisório. Hitler ordenou a Kahr, Seisser e Lossow que o acompanhassem a uma sala adjacente, onde explicou com mais detalhe: ele próprio chefiaria o governo e Ludendorff que, entretanto, chegara atrasado, comandaria o exército. Hitler ofereceu aos três cargos importantes no governo, caso o apoiassem. Pressionado por Hitler, Kahr confirmou que aderira ao golpe, tal como Seisser e Lossow. Até aqui, parecia estar a correr relativamente bem, estando a cervejaria controlada e as três figuras chave convertidas (Kershaw, 2009b, p.101-102; Evans, 2019, p.247-248)

O plano de ação do Putsch não estava limitado a este local. Os nazis começaram a perder controlo de outros pontos estratégicos e isto fez Hitler abandonar a cervejaria, deixando Ludendorff como responsável desta. Foi este que permitiu que Kahr, Seisser e Lossow abandonassem o edifício, o que se provou ser um erro grave, pois estes podiam, agora, repelir as propostas aceites e as promessas feitas a Hitler, o que prontamente fizeram. Os sucessos do início da noite começaram a sofrer uma reviravolta e tornava-se cada vez mais claro que a polícia e o exército não iam aderir (Kershaw, 2009b, p. 103-104; Evans, 2019, p. 248).

Já pela manhã, Ludendorff teve a ideia de uma marcha pela cidade, para tentar mobilizar as massas e para que isso, juntamente com a associação da sua figura, causasse

uma mudança de ideias no exército. Ao início da tarde, cerca de dois mil homens armados marcharam atrás de Hitler e Ludendorff, decididos a dirigirem-se ao Ministério da Guerra. Eventualmente, depararam-se com um cordão policial armado, que abriu fogo sobre eles. Alguns nazis dispersaram, e outros foram presos imediatamente. Ludendorff entregou-se, mas acabou por não sofrer qualquer consequência. Já Hitler havia conseguido retirar-se do meio da ação para um carro que o levou para a casa de Putzi Hanfstaengl, onde foi detido, dois dias mais tarde. Todo o resto do Putsch fracassou e Hitler foi preso. Entretanto, as políticas económicas estabelecidas pelo governo, em Berlim, estabilizaram a moeda e a Baviera regressou a um certo estado de calma. O partido nazi foi ilegalizado e Hitler foi proibido de falar em público até 1927, ou 1928, no caso da Prússia (Kershaw 2009b, p. 105-107; Evans, 2019, p. 248; Evans, 2019, p. 253-254).

Prestes a ser julgado, gozou do apoio disfarçado das forças invisíveis que o tinham empurrado para a cena política. Apesar de Ludendorff ser a personagem mais conhecida, a atenção do Putsch recaiu toda em Hitler. Em abril de 1924, foi lido o veredicto, que o condenava a cinco anos de prisão pelo crime de alta traição, dos quais viria apenas a cumprir cerca de oito meses. A sua estadia na prisão de Landsberg em pouco se assemelhou a encarceramento. O Putsch, apesar de falhado, em conjugação com o julgamento, conferiu-lhe notoriedade nacional e levou-o a reconsiderar o seu trajeto político, após a pena de prisão. Era cada vez mais óbvio para ele que o seu destino era o de ser o líder da Alemanha (Shirer, 1983, p. 114-119; Brunet & Launay, 1999, p. 109; Kershaw, 2009b, p.109-115; Evans, 2019, p.249-250).

#### 4. As Crises dos Anos 20 e o Fim da República de Weimar

Em janeiro de 1919, os partidos da Coligação de Weimar tinham ganhado confortavelmente a maioria, com mais de 70%, mas em junho de 1920, apenas acumularam 47,8 % dos votos. Então, formou-se um governo à direita, congregando ministros do Zentrum, DDP e DVP. Os três governos seguintes, dois gabinetes de Wirth, do Zentrum (1921-22), e um terceiro de Cuno, do DNVP (1922-23), confirmaram a recuperação das forças da direita (Brunet & Launay, 1999, p. 107; Evans, 2019, p. 132).

A hiperinflação vivida entre 1921 e 1923 destruiu o padrão de vida para milhões de pessoas, especialmente, nos países derrotados. A Alemanha tinha-se endividado perante o povo, planeando devolver o investimento com os espólios da vitória. Portanto, a República

de Weimar respirou as suas primeiras lufadas de ar com uma dívida de quase 200% do seu PIB. A somar, ainda teria de pagar as indemnizações exigidas pelos aliados. Mas, o pior desta crise, foi a ocupação francesa e belga do Ruhr, em janeiro de 1923, para impor o pagamento de indemnizações que a Alemanha não tinha cumprido, através da confiscação da produção. O governo alemão incentivou a uma greve, ou resistência pacífica, associou-lhe uma conotação patriótica, e comprometeu-se a pagar os salários dos grevistas, que se traduziu na emissão de mais papel-moeda, que desvalorizava por essa mesma razão, formando-se um ciclo catastrófico de inflação. Os franceses foram forçados a enviar os próprios técnicos e trabalhadores para retomar a produção e, além disso, a sua coexistência com a população local foi conturbada. Esta ocupação foi controversa para os próprios franceses, que a empreenderam sem a concordância dos ingleses, cuja posição, face aos alemães, se tinha vindo a alterar desde o fim da guerra. Também o próprio franco desvalorizou, o que obrigou a França a contrair um empréstimo americano, sob a condição de abandonar o Ruhr (Hawes, 2019, p. 201-202; Brunet & Launay, 1999, p. 168-169).

O chanceler Stresemann procurou o apoio do exército e proclamou o estado de sítio, no final de setembro, bem como o fim da resistência pacífica. Após o Putsch de Munique de Hitler, a instabilidade política amainou e a economia começou a recuperar. Entre 1924 e 1929, os ministérios de Stresemann e Marx apoiaram-se em duas figuras de relevância para a economia nacional: o Dr. Luther e o Dr. Schacht. A forma que encontraram para travar a inflação centrou-se na criação de uma nova moeda, o “Rentenmark”, que não era garantido por reservas de metal (ouro, prata), mas, sim, por uma hipoteca sobre a indústria e a agricultura alemãs. Esta moeda era emitida por um novo banco, criado para o efeito, o “Rentenbank”, e era uma transição entre o marco de papel, desvalorizado, e um novo marco que fosse já assegurado por reservas de metal precioso. O Dr. Luther também aplicou uma política de extrema deflação, restringindo todos os créditos, subsídios (incluindo o de desemprego), reduzindo os quadros públicos e subindo impostos. Estas medidas, apesar de duras, deram resultado e criaram as condições para se reorganizar o Reichsbank, em relação ao padrão do ouro, ao mesmo tempo que era aceite o plano Dawes, que providenciava um grande empréstimo para estimular a economia e reestruturando os pagamentos das reparações de guerra, e definindo valores, que aumentariam à medida que a economia alemã recuperasse, muito para descontentamento da França. Após a situação económica estabilizar, os capitais estrangeiros, particularmente americanos, começaram a revitalizar a economia. Este investimento estrangeiro trouxe um certo nível de prosperidade, o que camuflou a

fragilidade deste sistema, baseado em empréstimos. No plano industrial, a deflação introduzida por Luther levou à formação de grandes grupos industriais e financeiros, com o objetivo último de lucro e produtividade, inspirando-se nos métodos americanos, através de novas técnicas, da utilização da eletricidade e do trabalho em cadeia. Também a investigação científica viu um grande investimento, levando a desenvolvimentos na eletrotécnica, ótica, indústrias mecânicas, entre outros, que, por esta altura, empurravam a Alemanha para vanguarda da produção mundial (Brunet & Launay, 1999, p. 107-112).

Contudo, e mais uma vez, apenas o constante fluxo de capitais estrangeiros fazia a economia realmente crescer e, ao mínimo sinal de problemas, tudo podia terminar. A política também não era um ponto estável. No Reichstag, não havia uma maioria clara e, no rescaldo da estabilização e as eleições em maio de 1924, mostrou-se que os extremos ganharam força. O KPD passou, notavelmente, de cerca de 2% para 12% e o DNVP alcançou os 19,5%. O SPD apareceu com cerca de 20,5% dos votos, demonstrando a tendência para a direita, na política alemã, nestas primeiras eleições. Foi, também, nestas eleições para o Reichstag que o NSDAP apareceu pela primeira vez, alcançando 6% dos votos. Estas eleições agravaram a questão de não existir nenhuma maioria clara, repetindo-se a dissolução e a eleição de uma nova assembleia. As eleições de 7 de dezembro de 1924, já num período de recuperação económica, penderam a favor do centro, em detrimento dos extremos, conseguindo o SPD alcançar 26% dos votos. A eleição de Paul von Hindenburg, em 1925, pode ser considerada como um dos fatores mais controversos, pois este era uma figura celebrada nos círculos conservadores e tinha uma forte ligação com o passado imperial, mas recusou-se a apoiar abertamente os nacionalistas, interessados no derrube da república e, no geral, acabou por respeitar o seu juramento à constituição, mantendo-se, na medida do possível, desassociado das lutas partidárias. A postura e atitude de Hindenburg lembravam um kaiser, com a introdução do chamado “Sistema Presidencial”, que se baseava na utilização frequente dos poderes extraordinários, conferidos pela constituição ao presidente. Com este sistema, os gabinetes seriam formados por personalidades que governariam com a confiança do presidente, sem estarem necessariamente ligados aos grupos partidários. O objetivo deste sistema era providenciar uma liderança forte, para compensar as dificuldades parlamentares e evitar a tomada de poder de extremistas, como lição dos primeiros anos de Weimar. O presidente invocaria o artigo 48º da constituição, que indicava que este poderia tomar as medidas consideradas necessárias, quando a ordem pública estivesse seriamente ameaçada. Contudo, o parlamento teria autoridade para rescindir qualquer decreto de emergência e a

constituição teria de ser plenamente reaplicada, após a ameaça ser considerada controlada (Brunet & Launay, 1999, p. 115-116)( Bendersky, 2014, p .14; Bendersky, 2014, p. 62-63).

A relação entre os franceses e os alemães era naturalmente pautada pelo ressentimento, tendo a França e a Bélgica envergado por uma postura dura, ao passo que os ingleses, menos afetados pela guerra, começaram a desconfiar mais da hegemonia francesa na Europa que do ressurgimento da Alemanha. Mas, foi da própria Alemanha, em fevereiro de 1925, que partiu o primeiro esforço para se firmar um acordo, a formalizar, mais uma vez, as fronteiras entre os franceses e os alemães, pós-Versailles. Para a França, acima de tudo, seria o reconhecimento definitivo da posse da Alsácia-Lorena. Para Alemanha, este acordo implicava que a França garantiria a fronteira entre os dois países, tornando, assim, diplomática e politicamente impossível que uma incursão, como a do Ruhr, se repetisse. Em segundo lugar, se os franceses ficassem satisfeitos com a segurança da sua fronteira oriental, talvez se deixassem de interessar pelos novos estados a leste da Alemanha e facilitassem, no futuro, uma revisão das fronteiras orientais. A resposta francesa chegou em abril e estes exigiam a inclusão da Bélgica nas negociações e que a Alemanha afirmasse a sua boa-fé no cumprimento de Versailles, por escrito. Para o governo alemão, era mais fácil manter o tratado de Versailles, como algo imposto e que tinha de ser forçosamente cumprido, do que publicamente reconhecê-lo como legítimo. Reconhecer o tratado seria aceitar plenamente pontos como a responsabilidade da guerra e as fronteiras orientais, em especial. A França também entendia que se deveria estender a garantia central das fronteiras aos países a leste da Alemanha, num esforço para conter a Alemanha.

Apesar dos vários pontos de fricção, cinco países reuniram-se em Locarno, em outubro de 1925, indo à mesa a França, a Alemanha, o Reino Unido, a Itália e a Bélgica. De lá, saíram uma série de acordos que pareciam estabilizar situação internacional e incluir a Alemanha no processo de reconstrução da comunidade internacional. O pacto renano cimentou as fronteiras francesas e belgas, em relação às alemãs, e vice-versa, ficando o Reino Unido e a Itália como garantes, tendo a Alemanha reafirmado a desmilitarização da Renânia. No fundo, as fronteiras ocidentais da Alemanha ficaram garantidas internacionalmente, ao contrário das orientais, onde acabou por estalar a Segunda Guerra Mundial. Após Locarno, a Alemanha entrou para a Sociedade das Nações, em setembro de 1926, num período apelidado de “Era Briand-Stresemann”, entre 1926 e 1929. O problema da França acerca dos acordos do final de guerra era a manutenção da sua segurança futura relativamente aos alemães, daí as pesadas reparações e o desarmamento, ou a ocupação da

Renânia. Mas Briand, à semelhança de Stresemann, estava mais interessado em promover uma política pacífica. Ao melhorar as relações entre os velhos inimigos e ao permitir o regresso da Alemanha à comunidade internacional, parecia ter-se dado um importante passo diplomático para garantir a segurança francesa. Contudo, toda esta diplomacia executada em tempo de recuperação económica, não estava preparada para suportar as consequências de uma crise financeira, como viria a acontecer (Brunet & Launay, 1999, pp. 165-175; Bendersky, 2014, p. 14).

As consequências da crise de 1929 foram catastróficas e facilitaram o aparecimento de várias formas de autoritarismo e acentuaram as fraturas políticas e económicas do continente. O crash da bolsa de Nova York acabou com a prosperidade da economia alemã e os bancos americanos retiraram os seus fundos, na altura em que a sua economia mais necessitava de ser relançada, sendo que, por exemplo, a produção industrial reduziu 40% em 1932, comparando com 1929. Com a progressiva falência de bancos mais pequenos, a pressão nos bancos centrais aumentou. Tal como as grandes cidades padeciam de números enormes de desempregados, assim também se encontravam as áreas mais rurais. Com o mercado de produtos alimentares extremamente afetado pela falta de poder de compra, os próprios camponeses começaram a ter enormes dificuldades em pagar as suas dívidas e viram as suas terras frequentemente hipotecadas. Para além da classe trabalhadora, a crise conseguia permear outras camadas da sociedade, nomeadamente a classe média, associada à função pública. À semelhança da estabilização de 1923, grandes cortes foram feitos em vista a reduzir as despesas do aparelho público alemão, empreendendo-se a uma enorme vaga de despedimentos e uma redução salarial de quase 25%. Com o rebentar desta crise, os estados envergaram por várias medidas, tais como a implementação de barreiras aduaneiras e a restrições nas importações. Para absorver parte do desemprego, recorreu-se a grandes obras públicas e na Alemanha, como na Itália, deu-se uma recuperação na indústria do armamento. As indústrias também se *cartelizam*, construindo grandes blocos económicos que, pelo final da crise, apontavam resultados diferentes, consoante o país. Os países totalitários mostravam uma recuperação e até aumento considerável da produção, face à situação inversa no ocidente democrático (Kershaw, 2016, p. 247-255; Evans, 2019, p. 294-304; Brunet & Launay, 1999, p. 191-197).

Em plena crise, o gabinete Brüning, o primeiro do sistema presidencial do presidente Hindenburg, em março de 1930, tornou claro que estava disposto a trabalhar com o parlamento, mas que se encontrava acima das picardias políticas dos partidos. Brüning

apresentou ao presidente uma proposta de revisão constitucional com tons autoritários, na qual, sucintamente, procurava limitar os poderes do Reichstag. Hindenburg não aceitou esta proposta, mas o precedente foi aberto. O chanceler também reprimiu uma série de direitos e liberdades, por exemplo, na imprensa, com grandes ataques à liberdade de expressão, particularmente, quando se tratava de conteúdo de esquerda, sendo este o gabinete que iniciou o processo de destituição das liberdades democráticas. Para combater a crise, Brüning orientou a sua política em direção à deflação, mais uma vez, através de cortes orçamentais, reduções nos ordenados, subsídios, pensões e do aumento de impostos, bem como a imposição de barreiras aduaneiras e restrições. Por outro lado, favoreceu os grandes proprietários e industriais, mas não os tornou apoiantes de um regime republicano, ao mesmo tempo que se alienou da população, dando espaço para que os extremos, minoritários nos últimos cinco anos, ressurgissem. Brüning instituiu a maioria das suas políticas utilizando o artigo 48º para impor o estado de emergência, contornar o parlamento e forçar a aplicação das medidas. Por sua vez, o parlamento cessava a vigência do estado de emergência e o ciclo recomeçava. Em qualquer outro caso, este governo cairia, mas por se tratar do sistema presidencial, em vez de pedir a demissão, Brüning conseguiu que o presidente convocasse novas eleições para setembro de 1930, o que se provou um erro. (Evans, 2019, p. 310-312; Brunet & Launay, 1999, p. 201-202; Bendersky, 2014, p. 64-65).

Apesar do partido ter sido restituído em fevereiro de 1925, em parte por obra dos contactos de Hitler, os anos até 1929 foram um período particularmente difícil para os nazis pois a conjuntura económica, em geral, parecia estar a melhorar. Aquando das eleições de 1928, os nazis formularam uma aliança com o DNVP, o partido da alta finança então dirigido por Hugenberg. Os números de votantes neste ano não chegaram a um milhão e o partido apenas obteve 12 assentos. A crise económica e social causada pelo crash da bolsa e pelas medidas económicas mostrou o seu impacto nas eleições de setembro de 1930, com o aumento de votantes do partido nazi para cerca de seis milhões e meio (18,3%) e 107 assentos. Considerando que uma boa porção do crescimento do partido nazi se centrou na captura de votos dos outros partidos tradicionais da direita, os nazis emergiram como a maior força política do seu campo (Brunet & Launay, 1999, p. 207; Dawes, 2019, p. 212-213; Bendersky, 2014, p. 67).

Este crescimento pode ser explicado, em parte, pelo roubo de votos das classes trabalhadoras, tanto a partidos da esquerda como a outros da própria direita, mas também pelo apoio da pequena burguesia e alguns industriais. Outro fator foram os novos votantes e

o decréscimo dos abstencionistas. Com o clima de crise vivido em 1930, verificou-se que parte do operariado temia pelo seu emprego virou-se para os nazis para se proteger da ameaça de um movimento comunista. Outros grupos que parecem ter tido alguma relevância no eleitorado nazi foram os funcionários ou ex-funcionários públicos, e também os agricultores protestantes. O partido nazi apresentava-se para todos e aparecia como uma forma de protesto contra os problemas da Alemanha, conseguindo, assim, apresentar uma frente de ação capaz e decidida, centrada na figura de Hitler (Evans, 2019, p. 323-327; Bendersky, 2014, p. 65).

As sessões no parlamento tornaram-se difíceis e indisciplinadas, caindo para metade por volta de 1931, comparativamente aos últimos anos. Esta situação empurrou o poder para o presidente, para o chanceler, e para o exército, através do general Kurt von Schleicher, um homem intriguista, que agia como agente de ligação entre o círculo íntimo de poder de Hindenburg e as chefias militares, através do “Departamento Ministerial”, criado para lidar com os assuntos políticos do exército (Evans, 2019, p. 339-340).

Em outubro de 1931, mais uma vez, o governo encontrava-se sob ataque das direitas, agora unidas, através da “Frente de Harzburgo”, criada pelo dirigente do DNVP. Esta reclamava a destituição de Brüning, bem como uma nova dissolução do Reichstag e levaria a cabo o seu plano, principalmente através da candidatura única de Hitler como representante da direita, para as eleições presidenciais de 1932. Nestas eleições, Hindenburg foi o candidato que defendeu a democracia e, apesar de ter ganhado, esse resultado só foi confirmado por uma segunda volta, em abril, na qual Hindenburg registou 53% (19,3 milhões) dos votos, face a 37% (13,4 milhões) dos votos alcançados por Hitler (Brunet & Launay, 1999, p. 207).

Este último não foi eleito, mas tal resultado não podia estar mais longe de uma derrota. Hindenburg ficou descontente por ter perdido os votos nacionalistas e por ter sido essencialmente o “candidato da esquerda e dos padres”, sendo que dependeu largamente dos votos dos sociais-democratas e dos católicos do partido do centro (Evans, 2019, p. 346).

O crescimento exponencial na popularidade de Hitler pode-se explicar parcialmente por não haver oposição capaz de apresentar uma frente coesa. Os partidos do centro e os partidos conservadores estavam a perder a popularidade e a esquerda continuou dividida. Outra questão que inflamou a popularidade do mesmo foi o facto de não estar, pelo menos, aparentemente, associado aos grandes proprietários e aos grandes industriais, aquando do

rebetamento da crise. Por outro lado, a liderança nazi também conseguiu atrair os *Junkers* e os grandes industriais, que beneficiariam de um governo forte, que estabilizasse a situação e relançasse a economia. Os magnatas entendiam que se providenciassem somas avultadas o suficiente para auxiliar o partido, mais tarde poderiam controlar Hitler. Antes de 1929, poucos industrialistas apoiavam o partido nazi, pois a alta finança depositava as suas esperanças nos nacionalistas do DNVP. Hugenberg, líder do DNVP, considerava os nazis como congêneres muito menos refinados. Contudo, poderiam ser úteis a ganhar o poder, através da sua base de apoiantes, deixando, depois, os nacionalistas com os principais ministérios. Isto alterou-se quando o partido foi ultrapassado pelos nazis no plano eleitoral. Os magnatas do carvão e do aço foram os principais patrocinadores do partido nazi, como Emil Kirdor (carvão) e Fritz Thyssen (Aço). Alguns fundos também vieram de instituições bancárias, como o Deutsche Bank, Commerz und Privat Bank e a grande seguradora, Allianz. É difícil estimar quanto é que os nazis receberam no período entre 1930 e 1933, mas declarações mais tarde prestadas em Nuremberga apontam para a casa do milhões anuais (Dawes, 2019, p. 213; Shirer, 1983, p. 201-204; Brunet & Launay, 1999, p. 204-206).

Devido às medidas para combater a crise, Brüning era veemente rejeitado pelos círculos conservadores e pelo exército, descontentes com a ilegalização dos S.A. e pelo impacto da crise na indústria bélica. Outra figura do governo que estava isolada era Groener, a quem fora entregue a pasta do interior pelo chanceler. O general já tinha o seu nome associado à revolução alemã, pelo acordo feito com os sociais-democratas, a fim de defender a recém-criada república. Num cenário político progressivamente mais à direita, as intrigas de Schleicher conseguiram que Groener optasse pela demissão, a 11 de maio de 1932, seguido da demissão de Brüning, a 30 do mesmo mês. (Evans, 2019, p. 346-366).

Hindenburg nomeou o conservador Franz von Papen chanceler do Reich. Fora deputado pelo partido do centro e, durante a primeira guerra mundial, serviu como adido militar na embaixada alemã nos Estados Unidos, de onde foi expulso por espionagem e, mais tarde, sob Hitler, voltou a exercer funções consulares. Era também casado com a filha de um grande industrial, o que lhe providenciava contatos na alta finança. Papen parecia então uma figura mais adequada ao sabor da época (Evans, 2019, p. 347).

O problema espinhoso das reparações continuava tão grave como sempre fora, mesmo com as renegociações do Plano Dawes, em 1924, e do Plano Young, em 1929. Qualquer governo que se comprometesse a pagar as reparações era visto como traidor da pátria por todas as forças conservadoras. Após a moratória Hoover, em junho de 1931, ainda

com o gabinete Brüning, o gabinete Papen concluiu as negociações, que vieram garantir o que essencialmente significou o fim do pagamento das reparações, na Conferência de Lausanne, entre junho e julho de 1932 (Evans, 2019, p. 340).

No gabinete Papen, Schleicher ficou encarregue da pasta da defesa, no que ficou conhecido como “Gabinete dos Barões”, por ser constituído por aristocratas. O novo chanceler aprofundou a censura à imprensa, mas a verdadeira fonte de preocupação era a crescente força do movimento de Hitler. A ideia de que se poderia convidar os nazis para o governo e, assim, acalmar a situação já vinha, pelo menos desde as vésperas da demissão de Brüning, pois a participação destes, e em particular a conivência da sua base de apoio, na abolição das liberdades democráticas seria decisiva. Papen e Schleicher entraram em acordo com Hindenburg para dissolver o parlamento e convocar novas eleições para o fim de julho de 1932. O governo também aceitou o levantamento da proibição das S.A., imposto por Brüning, na expectativa de reduzir a violência do batalhão e torná-lo numa força auxiliar ao exército, contornando as provisões de Versailles.

Depois de uma altercação entre nazis e comunistas, em julho de 1932, no que ficou conhecido como o Domingo Sangrento de Altona, Papen optou por depor o governo estadual da Prússia, liderado pelos sociais-democratas, sob justificação de que estes não eram capazes de manter a ordem e, com a bênção do presidente, garantiu uma posição de comissário do Reich, para governar na Prússia, enquanto os sociais-democratas, limitados pelo seu legalismo zeloso, apenas protestaram e a tentaram reverter a situação pela via judicial. Esta atitude, visivelmente centralizadora, foi fatal para a continuidade do aspeto federal da República de Weimar.

Nas fatídicas eleições de julho de 1932, os nazis alcançaram 13,8 milhões de votos (37%) e tornaram-se o maior partido do parlamento, com duzentos e trinta deputados, sendo que os motivos deste resultado prendem-se, essencialmente, com os mesmos do sucesso de 1930. Contudo, Hitler exigia a chancelaria, pois havia obtido o maior número de deputados. Muitos nazis sentiam que lhes estava a ser negado o direito de formar governo e começaram a ponderar sobre a tomada pela força. Contudo, isto não demoveu Hitler de perseguir a via legal. Dada a instabilidade do impasse parlamentar e a violência política perpetrada pelos grupos paramilitares, Papen promulgou, em agosto, um decreto, impondo a pena de morte para assassinatos políticos, apontando esta política subrepticamente aos comunistas. Na madrugada seguinte, um grupo de membros das S.A. espancaram até à morte um simpatizante comunista, sendo detidos e condenados à pena capital. Aquando do anúncio do

veredito, os camisas castanhas encheram as ruas de Beuthen (o local do homicídio) e vandalizaram lojas de judeus e instalações de jornais de esquerda. Hitler utilizou esta situação para as negociações com Papen e Hindenburg, que ainda estavam relutantes com a perspectiva de lhe entregar, o poder devido à excessividade das S.A. Para além disso, dar o poder ao partido eleito era um regresso à democracia parlamentar (Evans, 2019, p.348-359).

Papen pretendia dissolver o parlamento na sua primeira sessão, antes que o governo fosse alvo de uma moção de censura por parte dos comunistas e dos nazis. A 12 de setembro, foi precisamente o que aconteceu. Papen declarou o parlamento dissolvido, mas foi interrompido por uma tentativa de uma moção de censura pelos comunistas e nazis, que argumentaram que este já não tinha autoridade legal. Resignados, os partidos radicais aceitaram a dissolução e novas eleições, para 6 de novembro de 1932.

Apesar de, no passado, a principal estratégia de Hitler passar pelas eleições e pela maioria parlamentar, agora o partido já não se mostrava tão entusiasmado em relação a mais uma campanha. Os métodos de propaganda já não eram completamente novos e os cofres do partido estavam a começar a ressentir-se do esforço de três campanhas eleitorais consecutivas. Apesar de continuarem a ser o maior partido do parlamento, perderam cerca de dois milhões de votos e 34 assentos, particularmente a favor dos comunistas, que chegaram aos 100 deputados, contra os 89 do primeiro escrutínio, em julho. Isto confirmou o medo das chefias de que o partido havia alcançado o seu pico de popularidade e que teriam de repensar a estratégia da maioria parlamentar. Gregor Strasser, irmão de Otto Strasser, cujas visões socialistas fizeram-no abandonar o partido anos antes, mantinha que os nazis deveriam considerar entrar num governo de coligação, ao contrário da vontade de Hitler, que acalentava o objetivo de governar por maioria. Por uma última vez, Papen tentou introduzir o que apelava de “Estado Novo”, que procuraria limitar a influência, ou mesmo eliminar, os partidos políticos e instalar um novo governo. Proceder-se-ia à dissolução do parlamento por um período indefinido e a uma revisão constitucional que criasse um novo estado autoritário. Schleicher, que não acreditava na viabilidade destes esquemas de Papen, opôs-se, para evitar pôr o exército numa posição em que teria de defender estas manobras inconstitucionais, no caso de uma possível guerra civil. E foi então que, após vários anos nos bastidores da política, o general propôs-se a substituir Papen e a tomar as rédeas do governo, com uma nova estratégia de pacificação e compromisso, através de programas de reforma económica e social, grandes obras públicas e a aposta na divisão do partido nazi, através da sua ala esquerda, nomeadamente via Strasser, o que resultou na saída deste último do partido, em

dezembro de 1932. O risco de cisão no partido por esta altura foi grave, tendo Hitler feito um esforço para cimentar a sua autoridade e proceder à purga dos apoiantes de Strasser. Apontado chanceler pela mesma altura, também em dezembro, Schleicher gradualmente adquiriu a noção de que o seu plano provavelmente falharia, pois, os sindicatos revelaram-se difíceis de lidar, o partido nazi continuava sob a liderança de Hitler e a direita conservadora mostrava-se insatisfeita com a introdução dos vários programas sociais. Embora Papen já não tivesse nenhum cargo, este era pessoalmente próximo a Hindenburg e continuou politicamente ativo, revitalizando a velha aliança entre os conservadores e os nazis. Para a alta finança, a postura nazi era preferível às políticas de Schleicher. Os conservadores estavam cada vez mais inquietos com algumas iniciativas inesperadas do próprio Schleicher, como a possibilidade da nacionalização da indústria do aço e do levantamento dos cortes salariais, ou até um projeto de reforma agrária, o qual recuperava a redistribuição de explorações falidas. Estas possibilidades preocupavam o sector empresarial e os latifundiários, levando a que se formasse um círculo próximo do presidente, com foco em Papen, com o objetivo de derrubar o chanceler. Começaram, então, as negociações informais para dar a chancelaria a Hitler, mas rodeá-lo de outros conservadores não nazis, de modo a controlá-lo. Papen, por sua vez, usufruía do seu acesso ao presidente para o convencer gradualmente de que conseguia controlar Hitler. A 28 de janeiro, perante uma situação desfavorável, Schleicher apresentou a sua demissão (Evans, 2019, p. 360-373; Shirer, 1983, p. 254; Brunet & Launay, 1999, p. 208; Benderky, 2014, p.77-82).

Confrontado com a demissão do general e com a pressão para instalar um novo governo, a 30 de janeiro de 1933, Hitler foi apontado por Hindenburg como chanceler da Alemanha. Curiosamente, ser apontado chanceler sendo líder do maior partido do parlamento tem um toque democrático, comparado com as anteriores personalidades que haviam ocupado o seu cargo. De qualquer forma, e tal como planeado pelo presidente e Papen, o governo tecnicamente tinha apenas dois nazis: o próprio Hitler e Frick, ministro do interior. Göring foi nomeado ministro do reich, sem pasta, à espera da criação de uma indústria aérea. Não menos importante foi a nomeação do mesmo como ministro do interior da Prússia, ficando com o controlo policial da maior região alemã. Este governo foi concebido pelas intrigas de Papen, que ocupou o cargo de vice-chanceler. Para ficar numa posição supostamente superior à de Göring, Papen manteve o estatuto de comissário do Reich na Prússia. Com este plano, estabeleceu-se a ideia de que seria fácil controlar os nazis dali em diante (Evans, 2019, p.371-373; Shirer, 1983, p.258).

Mas foi precisamente neste período que se iniciou a *Nazificação* da Alemanha, que consistia na intromissão, por parte do Estado, em todos os aspetos da vida dos cidadãos e das instituições, controlando-os. Apesar da capacidade de o parlamento já ser limitada por esta altura, este ainda era uma fonte de inquietação. Dos 583 lugares do Reichstag, os nazis e os nacionalistas apenas detinham 247, necessitando dos 70 lugares do Zentrum. O líder destes, Kas, elaborou uma lista de concessões e Hitler argumentou que não havia acordo possível, forçando Hindenburg a dissolver o parlamento e a convocar novas eleições, para o dia 5 de março de 1933, mas não antes de uma garantia por parte de Hitler de que o gabinete permaneceria inalterado. Os conservadores preferiam a manutenção do sistema presidencial, no qual a autoridade de Hindenburg não seria contestada. No entanto, as eleições eram grande parte da estratégia nazi, pois poder-lhe-iam conferir maioria no parlamento e legitimidade popular, de modo a estarem menos dependentes do presidente e dos conservadores. Hitler estava tão confiante no resultado das futuras eleições que, a 20 de fevereiro de 1933, numa reunião entre uma série de magnatas e a liderança nazi, Hitler afirmou que esta era absolutamente a última eleição, indicando-lhes que não sairia do poder, independentemente do resultado (Shirer, 1983, p. 265; Bendersky, 2014, p. 85).

Durante a campanha eleitoral de fevereiro de 1933, a posição de Göring como ministro do interior da Prússia mostrou o seu valor após nomear nazis para os cargos importantes no seio da polícia e constituir uma força auxiliar de cerca de 50 000 homens, quase todos recrutados dos camisas castanhas. Estes levaram a cabo uma campanha de intimidação, com perseguições aos vários adversários políticos. Mesmo com toda a provocação, não conseguiram despoletar uma reação violenta da esquerda - mas podiam inventá-la. Uma semana antes das eleições, na noite de 27 de fevereiro de 1933, o Reichstag foi incendiado pelos próprios nazis, mas a culpa foi imputada a um comunista holandês, que, por coincidência, também tentou incendiar uma série de edifícios públicos, bem como ao próprio Reichstag. Hitler aproveitou a confusão e, no dia seguinte, proclamou o decreto “Para a proteção do povo e do Estado”, suspendendo as partes da constituição que garantiam as liberdades individuais. Ainda para mais, o decreto permitia ao governo central exercer controlo sobre os estados individuais em situações que o primeiro considerasse apropriadas. Com este golpe, tornou-se possível a Hitler encarcerar os seus adversários e atropelar o princípio federal, mas igualmente relevante foi a capacidade de fabricar uma grande ameaça bolchevique e instaurar o medo, que influenciou milhões, de acordo com os boletins de voto. No dia seguinte ao incêndio, com um bode expiatório já preso, o partido comunista foi

ilegalizado, e após as eleições, foi banido (Brunet & Launay, 1999, pp. 209; Shirer, 1983, p. 266-271; Evans, 2019, p.406; Bendersky, 2014, p.86).

Nas eleições de 5 de março de 1933, o partido nazi obteve 44% (17,3 milhões de votos), preenchendo 288 assentos. Apesar de ser um crescimento de cerca de 3 milhões de votantes, mostrava que a maioria dos alemães ainda rejeitava o nacional-socialismo. O facto de os nazis necessitarem do apoio parlamentar dos 52 assentos dos conservadores convenceu os últimos de que ainda conseguiam controlar Hitler. O passo crucial para destruir a República de Weimar veio de seguida. O “Acto de Habilitação”, de 24 de março de 1933, conferia ao chanceler poderes mais abrangentes que os anteriormente providenciados ao presidente pelo artigo 48º da constituição. No entanto, era necessária a aprovação de 2/3 do parlamento, por se tratar de uma alteração constitucional. Para apalpar terreno, Hitler reabriu o Reichstag na Igreja da Guarnição, um local de significância para os círculos conservadores, no aniversário da primeira sessão do parlamento sob Bismarck, a 21 de março 1871. Isto comoveu o presidente, mas mais importante, ligou permanentemente os nomes dos dois, perante toda a imprensa, cuidadosamente colocada por Goebbels, ministro da propaganda desde 13 de março. Hitler teve o apoio imediato dos conservadores, que preferiam um sistema autoritário, mas foi necessário coagir e pressionar os católicos do centro. Estes, por sua vez, assumiram a derrota e entenderam ser tempo de proteger as instituições católicas de um destino semelhante aos comunistas. O ato de habilitação providenciou a base legal para o estabelecimento da ditadura nazi, com 441 votos a favor e apenas 81, todos os membros do SPD, contra. Esta lei foi renovada por mais duas vezes, em 1937 e 1939 e tornada definitiva em 1943. Sucintamente, este ato entregava o poder legislativo, os negócios estrangeiros e a capacidade de iniciar qualquer revisão constitucional ao chanceler e, ao mesmo tempo, advertia a possibilidade de certas leis deste novo gabinete desviarem-se da constituição. Apenas os poderes do velho presidente permaneciam inalterados. A partir deste ponto, a democracia parlamentar morreu oficialmente na Alemanha e, pelo fim de março de 1933, apenas restavam o velho presidente e o exército no seu caminho (Shirer, 1983, p. 273-278; Brunet & Launay, 1999, p. 209; Evans, 2019, p.421-426).

Rapidamente, os nazis procederam a uma grande centralização do poder através do princípio da *Gleichschaltung*, ou “Coordenação”, cujo objetivo era forçar as instituições a submeterem-se e a eliminar qualquer foco de resistência. Rapidamente, introduziram novas leis, permitindo a expulsão de judeus e outros indesejáveis das suas posições na burocracia e, sobretudo, na educação, considerando que muitos consentiram ou até realinharam o seu

suposto pensamento político, para não perderem os empregos, ou mesmo a vida. A 31 de março, utilizando pela primeira vez o ato, ordenou a dissolução de todos os parlamentos estaduais e a sua reconstituição de acordo com os resultados das últimas eleições para o parlamento nacional, assegurando que o partido nazi era o maior em todas as dietas. Dias mais tarde, reforçou o controlo sob os estados, promulgando uma lei que criava o cargo de Governadores do Reich, subalternos ao governo central, que teriam competência para destituir os governos estaduais, dissolver os parlamentos e apontar os juizes e nomear personalidades para cargos oficiais (Shirer, 1983, p. 273-274; Brunet & Launay, 1999, p. 209-210; Bendersky, 2014, p. 88-89; Herf, 2008, p. 18).

Para ludibriar os líderes sindicais, o Dia do Trabalhador, 1º de maio, foi elevado a feriado nacional e celebrado, o que não acontecera nos anos anteriores. Mas, no dia seguinte, os seus líderes foram presos, as sedes sindicais foram ocupadas e, com a lei de 10 de maio, dissolvia os sindicatos e absorvia as respetivas estruturas na “Frente de Trabalho”, uma ferramenta para controlar e endoutrinar os trabalhadores. Ao longo de junho e de julho, os restantes partidos foram dissolvidos, elevando-se o NSDAP a partido único, através da lei de 14 de julho. Em janeiro de 1934, foi introduzida a lei para “A reconstrução do Reich”, a qual abolia qualquer forma de assembleia local, bem como transferia as poucas competências que restavam aos estados para o governo do Reich, reduzindo estes a, essencialmente, unidades administrativas. Pela primeira vez, o Reich estava verdadeiramente unificado, através da destruição do sistema federal (Shirer, 1983, p. 279-282; Brunet & Launay, 1999, p. 209-210; Evans, 2019, p. 428-429).

Alguns nazis mais dedicados à componente socialista do programa, como Röhm, o líder das S.A., preconizavam, agora, o início da “segunda revolução”, e consideravam que os círculos conservadores também seriam aniquilados e que os camisas castanhas substituiriam o exército. Para Hitler, agora era tempo de consolidação e apaziguamento das forças da direita, que o tinham apoiado financeiramente. De forma semelhante, o exército também era preferível ao corpo das S.A. que, sob o controlo de Röhm, seria difícil de controlar. Estas visões eram irreconciliáveis e Hitler apercebeu-se que teria, de alguma forma, dominar os camisas castanhas. Para ganhar tempo, em dezembro nomeou Röhm para o seu gabinete, mas isto não apaziguou a relação entre os dois (Shirer, 1983, p. 285-289; Dawes, 2019, p. 223; Bendersky, 2014, p. 93-94).

Ao mesmo tempo que tinha de lidar com questões internas ao partido, Hitler ponderava sobre a sucessão de Hindenburg, cujo estado de saúde se agravava diariamente.

Se Hitler queria consolidar o seu poder, era vital garantir o apoio do exército e ao longo de abril de 1934, sugeriu às chefias militares que ele mesmo tomasse as rédeas. Hitler oferecia-se para controlar as S.A. e garantir a posição das forças armadas no país, bem como apoiaria os esforços de expansão das mesmas. Em troca, o exército apoiá-lo-ia na hora de acumular todos os poderes do presidente moribundo. O general von Blomberg, ministro da defesa e afincadamente nazi, aceitou a proposta. Depois de abater o parlamento, Hitler conseguiu o apoio do exército e estava mais perto do controlo absoluto sobre o país. A “Noite das facas longas”, a 30 de junho de 1934, resultou na morte de cerca de 200 pessoas, da esquerda à direita, politicamente ativas, ou não. Esta lista incluiu Röhm e outros chefes das S.A., Gregor Strasser, von Khar e até o General von Schleicher, muito para a satisfação do presidente e do exército, que prontamente ignoraram esta série de homicídios. Dias depois, Hitler justificou o sucedido com a lei de 3 de julho e um subsequente discurso, alegando a necessidade de defender o Estado contra uma revolta (Shirer, 1983, p. 297-314; Brunet & Launay, 1999, p. 210; Dawes, 2019, p. 223; Bendersky, 2014, p. 94-95).

Com o exército satisfeito com a consolidação da sua posição, depois da “Noite das Facas Longas”, o último grande obstáculo era o presidente, cuja saúde foi-se deteriorando ao longo do verão de 1934. Com a noção do estado crítico de Hindenburg, a 1 de agosto, o gabinete promulgou uma lei, na qual os cargos de chanceler e presidente eram combinados, que o título de presidente fora abolido e que Adolf Hitler acumulara todos os poderes, efetivamente, usurpando o presidente antes da sua morte. Paul von Hindenburg faleceu no dia seguinte, 2 de agosto de 1934. Daqui em diante, Hitler foi o Führer para toda a nação. Uma obra interessante do general von Blomberg, ministro da defesa desde janeiro de 1933, e uma personalidade importante na coordenação inicial do exército, foi a introdução de um juramento, no qual os militares prometiam lealdade, não à Alemanha, mas ao Führer, reconhecendo-o como a mais alta autoridade. Todo este poder foi tomado sem qualquer consulta popular, por pouco que importasse. Num esforço para legitimar o seu regime, foi agendado um plebiscito para 19 de agosto de 1934, com 90% de votos recetivos à sua usurpação de poder, no que não passou de uma mera formalidade. A lei que lhe dera todos os poderes, promulgada na iminência da morte de Hindenburg, era completamente inconstitucional e violava o próprio ato de habilitação, apesar de isto ser irrelevante às forças que tinham capacidade para intervir. Depois de derrotar estes três focos iniciais de resistência, agora era tempo de transformar a sociedade alemã (Shirer, 1983, p. 314-319; Dawes, 2019, p. 224; Bendersky, 2014, p. 95-96).

---

---

### III- A Nova Alemanha

#### 5. A Transformação das Instituições e da Sociedade

“Um Povo, Um Reich, Um Führer” foi o slogan que mais ecoou em inúmeras transmissões, publicações e discursos durante os anos nacionais-socialistas. Apelava a um estado totalitário, cuja intervenção se estenderia a todos os níveis da esfera pública e privada, de modo a destruir ou nazificar qualquer forma de organização. Bendersky refere que a nazificação da Alemanha criou uma sensação de normalidade misturada com medo e incerteza, ou coerção e consentimento. Mas, por muito profunda que fosse a nazificação da sociedade alemã, várias instituições, bem como tradições e valores, coexistiram com o nazismo, por vezes sendo a sua fonte de autoridade e de poder e, por outras, um obstáculo a ser eventualmente removido. No final, nenhuma instituição ficou incólume e os nazis exerciam controlo absoluto sobre a vida de todos os cidadãos (Bendersky, 2014, p. 99-100; Bendersky, 2014, p. 130).

Tal como o presidente, a República de Weimar morreu no início de agosto de 1934. Apesar disto, a sua constituição nunca foi abrogada ou substituída, pelo contrário, esta foi a fonte do legalismo nazi, durante o seu governo, e nela assentaram os pilares iniciais do poder de Hitler, nomeadamente o decreto presidencial “Para a Proteção do Povo e do Estado”, assinado aquando do incêndio do Reichstag, e o “Ato de Habilitação”, de 24 de março de 1933. Estes decretos permitiam a Hitler manter uma espécie de lei marcial e conferiam-lhe o poder legislativo, respetivamente. O 3º Reich era um regime policrático, partindo do princípio da liderança. Além de Hitler, não havia uma autoridade central que administrasse. Em vez disso, através de favoritismos, delegava estas funções a personalidades com capacidades técnicas ou a partidários nazis. À burocracia do regime anterior foi adicionada a burocracia do partido, que tornou o sistema lento e confuso, sem esferas de ação definidas para cada gabinete. Esta confusão era propositada, pois a criação de uma estrutura rígida prejudicaria a ditadura personalizada de Hitler, que não se queria ver amarrado por regras, nem mesmo as que o próprio criasse (Shirer, 1983, p. 378-381; Bendersky, 2014, p. 100-101).

Com a ascensão do nazismo, o antissemitismo foi transformado em política de estado. Em 1933, começaram os boicotes aos estabelecimentos de judeus e foram introduzidas as leis que os expulsavam do funcionalismo público e de várias profissões qualificadas. Em setembro de 1935, foram aprovadas as Leis de Nuremberga, que retiravam a cidadania aos judeus e proibiam o casamento com alemães. A partir de novembro de 1938, as perseguições agravaram-se e culminaram na *Reichkristallnacht*, ou “Noite de Cristal”, numa onda de vandalismo por todo o país. Outras minorias, como ciganos, homossexuais, criminosos e até deficientes mentais sofreram o mesmo tratamento que os judeus e, pelo final da guerra, o número de mortes destas minorias era comparável ao número de mortes do Holocausto. No entanto, por muita revolta que as leis raciais causassem no exterior, a curiosidade era mais forte, o que permitiu ao setor turístico alemão crescer. O melhor exemplo pode ser os Jogos Olímpicos de 1936. Durante estes dias do evento, as perseguições aos judeus e aos outros indesejáveis foram restringidas e o país apresentou o seu melhor comportamento. E para os nazis, os Jogos Olímpicos foram a oportunidade perfeita para mostrar o esplendor do 3º Reich, considerando a pompa e circunstância com que foram organizados (Shirer 1983, p. 320-324; Hawes, 2019, p. 227; Kershaw, 2016, p. 346-347)

As instituições religiosas cristãs foram rapidamente coordenadas pelos nazis. Os protestantes alemães não eram um grupo coeso, o que se agravou com o crescimento do nacional-socialismo. Ainda em 1932, foi criado o movimento dos “Cristãos Alemães”, que apoiavam as teorias de raça e liderança, apregoadas pelos nazis, e pretendiam que fosse criada uma igreja nacional que aglomerasse todos os protestantes. Oposto a estes, estava a “Igreja Confessional”, que recusava o alinhamento da religião à política, mas tratava-se de uma minoria. A 14 de julho de 1933, o parlamento reconheceu a constituição da “Igreja do Reich” e, através de intimidação e supressão, um capelão nazi proveniente dos “Cristãos Alemães”, Mueller, ocupasse o cargo de direção da nova igreja. Em novembro de 1934, a “Igreja Confessional” respondeu, proclamando-se como a igreja legítima da Alemanha, o que resultou na prisão de centenas de apoiantes da igreja e na demissão do próprio capelão Mueller, pelo fim de 1935. Em maio de 1936, a igreja dirigiu um memorando a Hitler, denunciando as atitudes antissemitas e anticristãs do governo, o que resultou na prisão ou no assassinato de vários dos seus membros e na confiscação dos seus fundos. Em maio de 1937, o líder da “Igreja Confessional” foi encarcerado e sujeito a julgamento num “Tribunal Especial”, que ordenou a sua libertação, apenas para ser novamente preso pela Gestapo e

enviado para um campo de concentração, onde ficou até ao fim da guerra (Shirer, 1983, p.324-333)

Os católicos alemães constituíam cerca de um terço da população alemã, no entanto, a influência da Santa Sé na Europa e no mundo justificava uma normalização das relações entre a igreja e o Reich. O Vaticano simpatizava com as posições antiliberais e anticomunistas do nazismo e procurava proteger as suas instituições e organizações, bem como a liberdade de culto católico na Alemanha, uma vez confrontado com a crescente opressão nazi. A *Reichskonkordat*, ou Concordata do Reich, foi assinada a 20 de julho de 1933 e em troca das garantias de proteção dadas pelos alemães, a igreja renunciava a toda a atividade e influência política que tinha naquele país. Do ponto de vista internacional, conferiu um certo grau de respeitabilidade ao recém apontado chanceler e parecia ser um sinal de moderação deste partido radical. Contudo, nos anos seguintes, as cláusulas desse acordo foram violadas, particularmente através da dissolução da juventude católica alemã, da supressão das publicações católicas e com a perseguição e prisão do clero católico. Em 1937, o Papa Pio XI emitiu uma encíclica, *Mit Brennender Sorge* [Com preocupação ardente], na qual acusava Hitler e o seu regime de falharem para com a concordata e de semearem o ódio e a discórdia contra a Igreja Católica. Não obstante, um dos propósitos desta concordata foi alcançado, pois a submissão da Santa Sé ao nazismo significou o fim de toda a oposição política católica e, de uma forma geral, a vasta maioria da população não se preocupou com esta intervenção do governo no domínio religioso, preferindo concentrar-se nos aspetos positivos da prosperidade da nova época alemã (Bendersky, 2014, p. 92-93; Shirer, 1983, p.324-333)

Os nazis optaram por manter uma grande parte das estruturas judiciais do regime anterior, mas o sistema judicial sofreu grandes interferências e os magistrados viram-se forçados a facilitar a ingerência partidária em assuntos que, outrora, apenas competiam à magistratura. Sob a república, os juizes estavam protegidos de serem arbitrariamente removidos e estavam apenas sujeitos à lei. A introdução da lei da Restauração do Serviço Público nacional, de abril de 1933, “limpou” o sistema judicial de todos os judeus e, apesar de não ter exonerado muitos juizes, a lei lembrava-lhes de onde emanava a autoridade. Uma nova lei, sobre o mesmo assunto, foi promulgada em janeiro de 1937 e permitia a exoneração de todos associados à justiça, incluindo juizes, com base na sua inviabilidade política (Shirer, 1983, p. 369-378; Bendersky, 2014, p. 102-103).

Em abril de 1934, o direito de julgar os casos de alta traição foi retirado ao supremo tribunal e passou a estar sob a alçada do *Volksgerichtshof*, ou “Tribunal do Povo”, cujas sessões eram utilizadas para propaganda e as sentenças resultavam habitualmente na morte do réu. A *Geheime Staatspolizei*, mais conhecida por Gestapo, foi inicialmente constituída por Göring, na Prússia, em abril de 1933, para prender e assediar opositores do regime e um ano mais tarde, foi incorporada nas S.S. As suas ações eram baseadas na lei de fevereiro de 1933, que suspendia as liberdades individuais consagradas na constituição e, em fevereiro de 1936, as suas atividades foram consideradas acima da lei. Habitualmente, os detidos eram colocados sob o que era apelidado de custódia protetora, o que significava que eram enviados para campos de concentração, campos estes que se tornaram mais comuns à medida que os anos sob o nacional-socialismo passavam, e surtiam o duplo efeito de castigar quem era para lá enviado e aterrorizar a população perante o conhecimento da sua mera existência. (Shirer, 1983, p. 369-378; Bendersky, 2014, p. 102-103).

A recuperação económica alemã, nos primeiros anos do nacional-socialismo, era entendida quase como um milagre, considerando a redução do desemprego e a duplicação da produção nacional. Quando o nazismo se apoderou do governo, a economia já estava a entrar em fase de recuperação. O Dr. Schacht, presidente do Reichsbank e, mais tarde, ministro da economia, foi o grande responsável pela recuperação económica, recorrendo a grandes obras públicas, estimulando a iniciativa privada, dando benefícios fiscais às empresas que criassem postos de trabalho e, principalmente, investindo no rearmamento. Entre estas obras públicas estava a *Autobahn*, cuja construção, tal como muitas outras, começou ainda durante o governo de Schleicher. Com o progredir da política de isolamento, a economia alemã tornou-se conhecida por *Wehrwirtschaft*, ou economia de guerra. Para cobrir as despesas massivas com o rearmamento, Schacht recorreu aos títulos “Mefo” lançados pela *Mettalurgische Forschungsgesellschaft m.b.H.*, uma sociedade anónima composta pelos maiores industriais do país. Esta sociedade emitia os títulos que seriam aceites em todos os bancos que, por sua vez, os trocavam no banco central, tudo de acordo com um prazo estipulado, sem causar mais uma situação de inflação catastrófica. Também desta forma, por não aparecer em qualquer orçamento oficial, tornava-se difícil compreender a verdadeira extensão do rearmamento alemão, estimando-se o dispêndio de 12 biliões de marcos (Couto & Hackl, 2007, p. 331-333; Brunet & Launay, 1999, p. 212-213; Bendersky, 2014, p. 104-105).

Na continuidade da recuperação e da preparação para um eventual estado de guerra, em setembro de 1936, foi inaugurado o primeiro plano quadrienal, dirigido por Göring, com o objetivo de tornar a Alemanha autossuficiente. Deu-se um esforço para tentar se colmatar as necessidades de matérias-primas importadas com substitutos domésticos, particularmente, a borracha e o combustível sintético, à medida que a produção se afastou dos bens de consumidor, em direção ao material militar. As importações foram reduzidas e os preços, ordenados e lucros, passaram a ser controlados e limitados. Os pequenos empresários, aqueles que mais esperanças tinham no governo nacional-socialista, foram dos mais desiludidos, particularmente com uma lei de outubro de 1937, que dissolvia as empresas com capital fraco e impedia a formação de novas pequenas empresas, favorecendo assim a cartelização e os grandes industriais. Estes foram muito beneficiados, mas tornaram-se peças de um sistema muito maior e burocrático que lhes limitava a produção às necessidades da máquina de guerra, impunha cada vez mais impostos e ainda contava com contribuições especiais ao partido. No final, o recrudescimento da máquina de guerra alemã foi impressionante, mas estes nunca alcançaram a autarquia (Shirer, 1983, p. 357-362; Brunet & Launay, 1999, p. 213-214; Bendersky, 2014, p. 106-107).

O setor agrícola alemão enfrentava sérias dificuldades pela altura que os nazis tomaram o poder e o governo pretendia devolver capacidade econômica aos agricultores e alcançar a autarquia, pelo menos na produção alimentar. Os nazis lançaram propaganda direcionada a elevar o papel do camponês na sociedade moderna, com a expressão “Sangue e Solo”, e no seguimento da intervenção no setor, as Leis Hereditárias Agrícolas, de setembro de 1933, protegeram as propriedades dos pequenos agricultores, mas, ao mesmo tempo, ligavam-nos permanentemente ao terreno e ao trabalho agrícola. Na realidade, verificou-se um êxodo rural para as fábricas de armamento nos centros urbanos, que contribuiu para a continuidade das dificuldades do setor agrícola alemão, o que se agravou com o início da guerra. As propriedades até 125 hectares foram declaradas hereditárias e indivisíveis, impossíveis de serem penhoradas ou vendidas. No entanto, apenas cidadãos alemães arianos, que conseguissem provar a pureza da sua linha até ao ano de 1800, podiam gozar destas condições e viriam imensos aspetos da sua vida e trabalho controlados pela Câmara da Produção Alimentar, destinada a controlar tudo o que fosse relacionado com a produção e venda destes produtos. Inicialmente, a situação econômica dos agricultores melhorou porque os preços foram artificialmente elevados, para providenciarem lucro, pesando na carteira do consumidor comum. No entanto, a autossuficiência alimentar nunca

foi alcançada, particularmente devido ao êxodo da mão de obra para as fábricas e para a conscrição militar (Shirer. 1983, p. 354-356; Bendersky, 2014, p. 109).

A Frente de Trabalho veio substituir os sindicatos. Esta nova organização não representava os interesses dos trabalhadores, pois os delegados desta definiam os ordenados sem qualquer consulta e faziam-no de acordo com as preferências patronais. O rendimento disponível era cada vez menor, considerando o aumento no custo dos bens ao consumidor, os impostos pesados e as contribuições para as caridades nazis. O “Livro do Trabalho” foi introduzido em fevereiro de 1935 e ninguém podia estar legalmente empregado sem um, o que permitia aos empregadores prenderem os empregados aos seus postos. Mais tarde, em junho de 1938, um decreto especial estabeleceu o trabalho obrigatório para todos os cidadãos, para onde o Estado necessitasse, sujeito a multa ou pena de prisão. Por outro lado, os empregadores estavam proibidos de despedir os seus funcionários sem autorização governamental, providenciando, assim, um regime de trabalho mais estável do que durante a república. Também a necessidade e a competitividade em contratar mão de obra qualificada, para satisfazer as necessidades da indústria, levou a que houvesse uma melhoria nas condições destes postos de trabalho, bem como proporcionou oportunidades de educação providenciadas pelo estado. No geral, os trabalhadores conformaram-se com a situação, relativizando as dificuldades do passado com a aparente estabilidade laboral instituída pelo governo (Shirer, 1983, p. 362-369; Bendersky, 2014, p. 108; Bendersky, 2014, p. 127-128).

Tendo os períodos laborais dos cidadãos sob controle, o mesmo foi aplicado ao seu tempo livre, através da criação da organização *Kraft durch Freude* (KdF), ou “Força através da Alegria”, pertencente à Frente de Trabalho. Esta providenciava viagens e lazer, bem como organizava frequentemente grandes eventos desportivos, tornando-a numa das organizações mais populares do 3º Reich. Na realidade, tudo era pago indiretamente pelas contribuições financeiras dos trabalhadores à Frente de Trabalho, cujas contas nunca foram muito rigorosas ou transparentes, por serem tratadas pelo departamento financeiro do partido e não pelo Estado. Em adição, nenhuma forma de organização desportiva ou de lazer podia existir se não estivesse inserida na KdF, assegurando-se o controlo do tempo livre dos cidadãos (Shirer, 1983, p. 362-369; Bendersky, 2014, p. 108; Bendersky, 2014, p. 127-128).

O objetivo da intervenção no domínio cultural era a remoção do “bolchevismo cultural”, que pervertia o mundo artístico e apagava o espírito alemão. Logo nos primeiros meses do 3º Reich, as queimas de livros pelos estudantes e a censura tornaram-se práticas comuns. A partir de setembro de 1933, foi estabelecida a Câmara da Cultura, dirigida por

Goebbels, cujo objetivo era controlar a cultura alemã, aglomerando todas as esferas da arte em câmaras correspondentes. Naturalmente, os judeus e qualquer outro grupo não conivente com o regime estavam proibidos de publicarem, atuarem ou sequer fazer parte da plateia em qualquer esfera da arte, algo que indubitavelmente teve um impacto negativo na qualidade das obras que saíram da Alemanha durante o 3º Reich. Shirer refere que se deu um declínio geral na qualidade das obras e que isto era inevitável, devido ao teor propagandista que o regime exigia. Isto afetou particularmente a literatura que, pela sua natureza, foi sujeita a censura pelo ministério da propaganda. A música e o teatro seriam menos afetados, se se restringissem aos clássicos estabelecidos, projetando a excelência dos artistas alemães. Qualquer peça moderna era considerada como degenerada e antagónica à excelência da cultura alemã, dando-se um recrudescimento da música popular. Por consequência do ambiente cultural introduzido pelos nazis, inúmeros músicos judeus de renome viram-se forçados a abandonar o país e muitos outros, mesmo os não judeus, viam-se forçados a abandonar a sua profissão ou a serem subservientes à máquina da propaganda nazi (Evans, 2019, p. 469-481; Bendersky, 2014, p. 121)

A pintura era um assunto pessoal para Hitler, que considerava a arte moderna degenerada e decadente, resultando na destruição de milhares de peças em praça pública. Segundos os nazis, a arte tinha de refletir a alma do povo e ser-lhe igualmente compreensível. Para substituir as obras banidas, no verão de 1937, foram inauguradas uma galeria e uma exposição com arte nazi. No entanto, no seu ideal estritamente realista e neoclássica, retratando temas *völkisch* do campesinato, essa arte em nada retratava a vida cada vez mais industrializada e brutal de uma grande parte da população alemã. (Bendersky, 2014, p. 120)

No caso da imprensa, rádio e cinema, a situação era semelhante. A coordenação afetou-as, através da lei da Imprensa, de outubro de 1933, segundo a qual todos os editores tinham de ter cidadania alemã, ser arianos e não ser casados com judeus. Todos os judeus e quaisquer outros indesejáveis foram purgados das suas funções e muitos fecharam as portas ou viram-se forçados a vergarem-se. Os jornalistas apenas ousavam falar contra o regime com insinuações muito reduzidas e a sua perseguição começou ainda em fevereiro de 1933, no primeiro mês de nazis no governo. Diariamente, o Ministério da Propaganda definia o que podia ser publicado e de que forma seria anunciado, levando a uma progressiva conformidade por parte da restante imprensa por todo o país. À semelhança de outros países da Europa, a rádio era monopolizada pelo Estado e o cinema era controlado pela supramencionada Câmara da Cultura. Depois de 1933, com milhares das mentes artísticas

mais brilhantes emigradas, a vida cultural alemã empobreceu (Evans, 2019, p. 486-495; Shirer, 1983, p. 338-342; Herf, 2008, p. 18).

Surpreendentemente, cenas sexuais não desapareceram dos ecrãs nazis- mas agora tinham o cuidado de retratarem apenas as mulheres estrangeiras como promíscuas, nunca a mulher alemã, que deveria ser incorruptível. E esta representação nos ecrãs não era mais que uma adaptação da mentalidade nazi, e europeia, para com as mulheres. O ideal feminino nazi indicava que o lugar da mulher era em casa, com os filhos. Várias organizações nazis para mulheres existiam, mas estas não procuravam defender os interesses femininos na sociedade. Pelo contrário, eram mais uma câmara de eco de propaganda e encontravam-se subordinadas ao patriarcado do partido. Progressivamente, as mulheres foram afastadas de inúmeras profissões, particularmente do ensino e da medicina, especialmente se fossem casadas. A mulher no 3º Reich era a multiplicadora da raça ariana e a procriação tornou-se numa obrigação para com o país (Bendersky, 2014, p. 125-126).

A conceção nazi de educação não era baseada na excelência académica. Desde escolas primárias a universidades, a coordenação da educação resultou na reestruturação curricular e na purga do pessoal docente que não seguisse as novas diretivas. Todo o corpo docente foi obrigado a integrar a Liga Nacional-Socialista dos Professores, que assegurava a coordenação destes com o partido. Enquanto na república as escolas estavam sob a alçada das autoridades locais, agora estavam subalternas ao ministério da educação do Reich, que nomeava diretamente os reitores das universidades e os líderes das associações de estudantes. Nos seis primeiros anos de nazificação, o número de estudantes no ensino superior caiu para metade e muito intelectuais viram-se forçados a abandonar a Alemanha, entre eles alguns dos maiores nomes que trabalharam no projeto da bomba atómica, como Albert Einstein. Evans aponta os próprios estudantes como catalisadores da coordenação das universidades, perseguindo e destabilizando as aulas dos professores indesejados e a exigir interferir na seleção do corpo docente das universidades (Evans, 2019, p. 503-506; Shirer, 1983, p. 342-354).

Uma grande parte da endoutrinação era exercido através da Juventude Hitleriana, tornada a única organização de juventude, em 1936. Deste tenra idade, os jovens passavam por vários escalões até chegarem à idade adulta, quando integravam a força de trabalho ou as forças armadas, no caso dos homens. As mulheres eram inseridas numa organização homóloga, a Liga das Jovens Alemãs, e passavam por um processo semelhante. Assim, os jovens alemães recebiam a doutrina nazi tanto na escola, como nas atividades

extracurriculares obrigatórias, à semelhança da população adulta, controlada pela Frente de Trabalho e pela Força através da Alegria (Shirer, 1983, p. 333-354; Bendersky, 2014, p. 126-127).

O próprio exército, em grande parte responsável pelo estabelecimento da ditadura nazi, particularmente após a morte de Hindenburg, acabou por ser alvo de uma purga. Outras áreas, nomeadamente a economia e os negócios estrangeiros, também foram coordenadas, quando começaram a oferecer resistência. Na tarde de 5 de novembro de 1937, Hitler conferenciou com alguns dos generais mais importantes e desvendou o que foi, em grande parte, a política externa, posta em prática a partir de 1938, ao que alguns generais da velha guarda se opuseram, por considerarem que a Alemanha não estava militarmente preparada para o perigo que estas políticas trariam (Shirer, 1983, p. 417-422).

Em resultado, pelo final de 1937 e início de 1938, foram removidos vários ministros ou generais que se opunham ou não estavam entusiasmados com os planos de Hitler. Um dos primeiros foi Neurath, ministro dos negócios estrangeiros alemão, desde o gabinete Papan, que pediu a demissão, por considerar que os objetivos militares do Führer eram incompatíveis com a política externa desenvolvida por ele, nos últimos anos, sendo substituído por Ribbentrop. Schacht, presidente do Reichsbank, ministro da economia e o grande responsável pelo financiamento do rearmamento alemão, viu a sua posição dificultada pela nomeação de Göring para dirigir o plano quadrienal e pediu a sua demissão do gabinete, que foi aceite a 8 de dezembro, mas por insistência de Hitler, Schacht reteve a presidência do Reichsbank e continuou a emprestar o seu nome e reputação veneráveis ao regime. (Shirer, 1983, p. 423-426; Kershaw, 2016, p. 393; Brunet & Launay, 1999, p. 281).

Um dos generais a quem Hitler mais devia, von Bloomberg, conheceu o mesmo destino ingrato, em virtude de um escândalo, baseado no passado obscuro da sua nova esposa. Era um embaraço, tanto para os nazis, como para o corpo de oficiais e, apesar de o general oferecer-se para se divorciar, foi-lhe pedida a demissão, já no fim de janeiro de 1938 (Shirer, 1983, p. 426-430; Kershaw, 2016, p. 392; Brunet & Launay, 1999, p. 281).

O general Fritsch, comandante das forças armadas, era abertamente hostil, em relação aos nazis e às S.S., criando, assim, um círculo de inimizades à sua volta. Simultaneamente ao escândalo à volta de Bloomberg, Himmler, chefe das S.S., aproveitou a oportunidade para derrubar este adversário e falsificou provas relativas a acusações de homossexualidade contra o general, resultando na demissão deste também, no fim de janeiro

de 1938. No início de fevereiro, Hitler justificou a saída de Fritsch e Bloomberg com motivos de saúde, enquanto outros generais foram convidados a reformarem-se, ou foram relegados para posições de menor importância estratégica. Estes escândalos, por muito embaraçosos que fossem à primeira vista para os nazis, permitiram-lhes eliminar a grande maioria das personalidades em cargos de poder e responsabilidade que não alinhavam totalmente com a ideologia do partido. Por fim, em fevereiro de 1938, Hitler completou o passo final na sua conquista do poder absoluto sobre os alemães ao anunciar que tomaria o controle absoluto das forças armadas, através do estabelecimento do OKW, o alto comando das forças armadas alemãs, ao qual o exército, força aérea e marinha eram submissos (Shirer, 1983, p. 430-439; Kershaw, 2016, p. 392; Brunet & Launay, 1999, p. 281).

Daqui em diante, o controle de Hitler sobre as forças armadas é praticamente absoluto. O processo de nazificação e brutalização da sociedade alemã foi gradual, mas assestador, e quando a guerra estalou, em 1939, não restava nenhuma instituição, nem algum aspeto da vida pública ou privada, que não fosse controlado pelo Estado. Ao, inicialmente, ter-se apresentado como conservador, anticomunista e simultaneamente anticapitalista, Hitler conseguiu granjear o apoio de uma grande parte da sociedade, apesar das eleições em 1932 e 1933 terem demonstrado que a maioria da população alemã ainda rejeitava o nazismo. Na realidade, o nacional-socialismo não tinha como objetivo devolver a Alemanha ao tempo pré primeira guerra mundial. Pelo contrário, pretendia revolucionar completamente a sociedade alemã e, com grande sacrifício por parte desta, construir um império na Europa (Hawes, 2019, p. 206-207)

## 6. O Início de uma política externa

A moratória Hoover, em junho de 1931, com o gabinete Brüning, e a Conferência de Lausanne, entre junho e julho de 1932, com o gabinete Papen, vieram garantir o que essencialmente significou o fim do pagamento das reparações, ainda antes de Hitler ser nomeado chanceler. Uma vez no poder, em janeiro de 1933, Hitler tinha agora de preparar a sua máquina de guerra, para poder levar a efeito política externa preconizada no *Mein Kampf*. A posição internacional da Alemanha nesse ano era desfavorável, considerando o estado das suas forças armadas e da sua economia, bem como do seu isolamento diplomático, com a desconfiança da França e da Polónia, a hostilidade em relação à URSS e uma certa

apreensão da Itália, receosa de deixar de ser a principal potência fascista na Europa. A primeira fase da política externa nazi centrou-se em cuidadosamente quebrar ou levantar as restrições impostas por Versailles, sem causar sanções e proceder com o armamento, sem arriscar a guerra. Ao mesmo tempo, teria de encontrar uma forma de minar a diplomacia das democracias e estabelecer a sua própria esfera de influência (Shirer, 1983, p. 290-295; Evans, 2019, p. 340-341).

Mesmo com as consequências da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha continuava a ser um dos países mais populosos e industrialmente mais capazes da Europa, o que ainda proporcionava algumas oportunidades. No seu Leste, surgiram pequenos estados que dependiam da sua união ou do auxílio de terceiros, para manterem a sua independência. Além disso, a relação entre a União Soviética e as democracias ocidentais não era melhor, nunca havendo uma verdadeira aliança político-militar entre estes dois pilares da resistência ao domínio alemão. Mesmo dentro do bloco democrático, vários desentendimentos entre os ingleses e os franceses sobre a aplicação das provisões de Versailles impediram que se formasse qualquer bloqueio eficaz à Alemanha (Bendersky 2014, p. 148-154)

Um dos primeiros grandes passos na nova política externa alemã foi a assinatura da Concordata do Reich, em julho de 1933, a qual procurava proteger os interesses das instituições católicas na Alemanha em troca do fim da sua participação política. Pelo menos a curto prazo, a sua assinatura conferiu um certo prestígio e reconhecimento a Hitler, tanto num contexto interno, como perante a comunidade internacional, recetivas a qualquer sinal de moderação por parte dos nazis. Eventualmente esta concordata perdeu todo o seu valor simbólico quando as instituições católicas foram suprimidas e o Papa Pio XI emitiu a encíclica, *Mit Brennender Sorge* [Com preocupação ardente], entre outros documentos contra o nazismo e as suas práticas (Bendersky, 2014, p. 92-93) (Shirer, 1983, p. 324-333)

Com a Conferência para o Desarmamento, em atividade desde 1932, a partir da sua nomeação, Hitler pretendia a igualdade de armamento. Os aliados estavam relutantes em desarmar-se ao nível da Alemanha ou em deixá-la rearmar-se, e em resposta, a Alemanha retirou-se da conferência e da SdN, em outubro de 1933. Para procurar a legitimidade popular acerca desta decisão, convocou um referendo e eleições para o dia 12 de novembro, recebendo até o apoio público de Hindenburg, resultando em cerca de 95% de votos positivos ao governo e à saída da Alemanha da SdN, demonstrando o apoio da população ao regime. Mas, por muito simbólica que fosse esta retirada, esta não alterou a dura realidade internacional, que mantinha a Alemanha dentro das suas fronteiras. Em janeiro de 1934,

Hitler anunciou a assinatura de um Pacto de não agressão com a Polónia, esta, também, a estabelecer uma ditadura militar, para surpresa de imensos alemães e da comunidade internacional. Isto fazia parte de uma estratégia, que consistia em isolar e, depois destruir os estados mais pequenos, nos quais houvesse pretensões territoriais. Além disso, ao proceder de forma bilateral, Hitler tentou forçar a Polónia a afastar-se da França e pôr em causa a autoridade da SdN. Também a assinatura deste pacto serviu os interesses propagandísticos nazis, que, por esta altura, ainda apregoavam a igualdade internacional e a paz. Contudo, esta assinatura não destruiu por completo a relação franco-polaca, ao contrário do que Hitler esperava, e com a entrada na URSS na SdN, a situação a leste complicava-se (Shirer, 1983, p. 290-295; Brunet & Launay, 1999, p. 273; Bendersky, 2014, p. 155).

Sendo o Anschluss um dos seus objetivos, Hitler apoiou o movimento nazi austríaco, na perspectiva de este ganhar o poder pela via legal, mas o partido foi banido pelo governo austríaco, no início do verão de 1934. Os nazis responderam de forma violenta, resultando no homicídio do chanceler austríaco Dollfuss. No entanto, o governo não caiu e Mussolini enviou três divisões para a fronteira, de modo a dissuadir qualquer incursão alemã que alegasse repor a ordem. O *putsch* nazi na Áustria, em 1934, foi prematuro e demonstrou que Mussolini parecia estar disposto a fazer frente a Hitler ao assegurar a independência da Áustria, e assim assegurar as cláusulas que proibiam os Anschluss. No entanto, o futuro destes países voltaria a cruzar-se numa altura cujo ambiente internacional seria drasticamente diferente (Bendersky, 2014, p. 155-156; Brunet & Launay, 1999, p. 273)

Preocupados com o ressurgimento alemão, os ingleses, franceses e italianos reuniram-se a 11 de abril de 1935 em Stresa, norte da Itália, onde condenaram as atitudes alemãs e reiteraram o seu apoio à independência da Áustria, no que ficou conhecido como a Frente de Stresa. Além disso, os franceses assinaram um pacto de assistência mútua com a União Soviética que, por sua vez, se ligou à República Checa. Face à aparente, aparente união internacional contra o Reich, em maio, Hitler fez um discurso, no qual apelava à paz e afirmava que a Alemanha retornaria à Sdn, uma vez que houvesse verdadeira igualdade entre Estados, bem como indicou que não tencionava militarizar a Renânia, ou anexar a Áustria. Hitler também abordou as questões do armamento, particularmente propondo que a Alemanha reconstruísse a sua marinha até, no máximo, 35% da marinha inglesa. Receosos de perderem a hegemonia dos mares do Norte, os ingleses rapidamente convidaram Von Ribbentrop a Londres para conversações relativas à limitação da marinha alemã e, a 18 de junho de 1935, assinaram o Acordo Naval Anglo-Germânico, sem consultarem os seus

parceiros da Frente de Stresa, que também eram potências navais, e sem informar a Liga das Nações, que deveria assegurar os tratados de paz. Ao contrário de limitar o rearmamento alemão, os ingleses encorajaram-no, conscientemente permitindo à Alemanha quebrar o tratado de Versailles e recuperar a sua marinha, inclusive os submarinos que, mais tarde, infligiram pesadas baixas à Inglaterra e, por pouco, não lhe custou a guerra (Shirer, 1983, p. 385-399; Brunet & Launay, 1999, p. 274; Bendersky, 2014, p. 156-157).

Esta atitude teve repercussões no psicológico italiano, o que se demonstrou meses mais tarde. Em 1896, numa tentativa de estabelecer um império colonial na Abissínia, a Itália sofreu uma derrota que ainda estava presente na memória coletiva do país. Além disso, encontrava-se a perder mão de obra para a emigração, pois as suas políticas de desemprego não eram suficientes, tornando-se urgente para o governo fascista conquistar mais território e, assim, ocupar a mão de obra. Em dezembro de 1934, uma patrulha italiana foi emboscada na fronteira entre a Eritreia, então uma possessão italiana, e a Abissínia, mas a resposta de Mussolini não foi imediata. Perante a paralisação da SdN, a atitude inglesa para com os parceiros da Frente de Stresa, e a atitude, em geral, das democracias, no que dizia respeito às violações de Versailles, os italianos atacaram a Abissínia, no início de outubro de 1935, alegadamente, em resposta à escaramuça de dezembro de 1934, quase um ano antes. As sanções tímidas impostas à Itália não tiveram grande impacto no seu esforço de guerra e, pelo contrário, empurraram Mussolini na direção de Hitler, por esta altura, dos poucos ainda recetivos ao Duce. Inevitavelmente, a vitória italiana chegou em maio de 1936 e as democracias, na expectativa de manter os italianos afastados dos alemães, rapidamente reconheceram a conquista de dois terços da Abissínia. No entanto, um mês antes da vitória italiana, em março de 1936, as democracias haviam demonstrado, mais uma vez, a sua debilidade, ao permitirem a militarização da Renânia, pelo que este reconhecimento não impressionou os italianos e confirmou-se que a Itália se encontrava a gravitar em direção à Alemanha (Shirer, 1983, p. 398-399; Bendersky, 2014, p. 157; Brunet & Launay, 1999, p. 275-280; Ristuccia, 2021, p. 3-4).

O levantamento das restrições do Tratado de Versailles era um objetivo comum ao regime republicano e ao regime nazi. A grande diferença é que os nazis estavam dispostos a ir mais longe, quando se tratava de violar as cláusulas do tratado, particularmente, as militares e as territoriais. Nos primeiros meses de governo nazi, em total sigilo, o exército foi ordenado a triplicar o seu número até ao último trimestre de 1934, a marinha começou a construção de embarcações de guerra, com mais do dobro da tonelagem do que era

permitido; a aviação militar estava a ser desenvolvida pelos fabricantes e pelos clubes de aviação civis. Apesar da necessidade de manter o sigilo, pelo fim de 1934, era óbvio às democracias que o rearmamento era um facto consumado e em progresso, pelo que uma nova abordagem era necessária. Em janeiro de 1935, um referendo no Sarre, que estava sob administração internacional desde 1920, por um período de 15 anos, devolveu a região à Alemanha e Hitler aproveitou a ocasião para afirmar que não tinha mais pretensões territoriais na França, referindo-se à Alsácia-Lorena. No mês seguinte, numa nova abordagem, as democracias apresentaram aos alemães propostas concretas acerca do rearmamento e das fronteiras orientais da Alemanha. Em troca da igualdade de armamento, os ingleses e os franceses pretendiam que assinasse um Locarno do Leste, um tratado no qual a Alemanha garantisse finalmente as fronteiras com os seus vizinhos orientais. O rearmamento legítimo era aliciente, mas a assinatura de um tratado relativo aos vizinhos orientais agravar-lhe-ia a situação no futuro. Na sua resposta, a 14 de fevereiro, Hitler indicou que, por enquanto, preferia conversações bilaterais e deixou o convite aos ingleses para irem a Berlim (Brunet & Launay, 1999, p. 273) (Shirer, 1983, p. 385-399; Bendersky, 2014, p. 156).

Num discurso, em maio de 1935, Hitler tinha aludido à aliança francesa com Moscovo como uma ameaça à segurança da Alemanha e, pelo fim de novembro de 1935, os franceses estavam convencidos de que Hitler pretendia remilitarizar a Renânia. A desmilitarização desta região contribuía para a segurança francesa, em detrimento da alemã, sendo que a militarização desta região invertia a situação estratégia entre os dois países. Meses mais tarde, a 7 de março de 1936, e contra a vontade de uma boa parte do alto comando alemão, Hitler tomou um risco enorme e ordenou que o exército marchasse sobre a Renânia, a região desmilitarizada por Versailles. Meras horas depois, Hitler discursou perante o Reichstag e anunciou que a aliança entre os franceses e os soviéticos invalidara o Tratado de Locarno e, sendo assim, os alemães não observariam mais este tratado e assegurariam a sua soberania no seu território. Para legitimar o sucedido, Hitler convocou um referendo no final de março, no qual os alemães afirmaram o seu apoio. Empatadas com problemas interno e com o conflito na Abissínia, a resposta das democracias ficou-se pelos protestos. Segundo o Tratado de Locarno, a França tinha o direito de repelir as forças alemãs na Renânia e os ingleses estavam obrigados a prestar-lhe auxílio militar. As forças alemãs, a 7 de março, tinham ordens para retirar, se encontrassem alguma resistência francesa, mas estes limitaram-se a protestar e a reforçar a linha Maginot. Com estas sucessivas violações

dos tratados de paz e, em especial, com a militarização e fortificação da fronteira ocidental da Alemanha, era cada vez mais óbvio aos países a leste que uma aliança com a França já não era prática e tinha pouco valor (Bendersky, 2014, p. 157-158; Shirer, 1983, p. 399-404).

Dias depois, a 10 de março, Göring deu uma entrevista, na qual anunciou oficialmente que a Alemanha tinha uma força aérea e, a 16 de março, o serviço militar obrigatório foi reinstituído, com vista a estabelecer um exército com cerca de meio milhão de homens. Os franceses e os ingleses protestaram, mas ficaram por aí, deixando o rearmamento prosseguir desimpedido (Brunet & Launay, 1999, p. 273; Shirer, 1983, p. 385-399; Bendersky, 2014, p. 156).

Pouco depois da conquista da Abissínia, em julho de 1936 estalou a Guerra Civil Espanhola que, pelo seu carácter ideológico, rapidamente atraiu a intervenção de vários países e, desde cedo, os alemães e italianos apoiaram os nacionalistas de Franco, continuando a sua aproximação. Em grande parte, por obra de Ciano, ministro italiano dos negócios estrangeiros e genro de Mussolini, em outubro de 1936 formaram o Eixo Roma-Berlim, com a assinatura de um pacto de amizade e comunhão de interesses, particularmente em política externa. Com a assinatura deste pacto, a Frente de Stresa estava oficialmente morta e podia-se considerar a Itália como alinhada com a Alemanha. A 24 de novembro do mesmo ano, a Alemanha e o Japão assinaram o Pacto Anti-Comintern, alegadamente, para defenderem a civilização ocidental da ameaça comunista, ao qual a Itália se juntou no ano seguinte. O pacto procurava explorar a desconfiança generalizada do comunismo e continha protocolos secretos que garantiam a defesa comum no caso de um ataque pelos soviéticos, bem como proibía os signatários de firmar tratados com os mesmos, o que eventualmente foi violado pela Alemanha. Mais tarde, os alemães afirmaram aos soviéticos que este tratado era uma mera base para formar um bloco antibritânico. Já começavam a ficar delineados os blocos políticos que, dentro de poucos anos, escreveram algumas das páginas mais negras da História da Humanidade. Mas, por enquanto, para os alemães, o mais cauteloso era deixar os acontecimentos evoluírem e consolidar os ganhos (Brunet & Launay, 1999, p. 275-280; Shirer, 1983, p.409-410; Kershaw, 2016, p.389-390).

## 7. A Diplomacia e a Expansão Territorial

Para os nazis, o ano de 1937 serviu para continuar a expansão das forças armadas e para a consolidação dos seus progressos, adotando uma política evolucionista. Revelou-se um ano rico em acontecimentos que os favoreciam. Em abril de 1937, as democracias viram-se forçadas a aceitar a retirada da Bélgica do Tratado de Locarno, em consequência da remilitarização da Renânia, um ano antes. Pelo fim de maio, foi anunciado que Neville Chamberlain iria ser o primeiro-ministro inglês e, em novembro, os ingleses deram a entender que aceitavam uma alteração pacífica do estatuto da Áustria, da Checoslováquia e de Danzig, o que significava que a França, provavelmente, não cumpriria com as suas obrigações por ver a sua política externa subordinada à inglesa. Mas, o mais relevante no mês de novembro foi que os italianos juntaram-se ao Pacto Anti Comintern e mudaram de posição em relação, à independência austríaca. Após o assassinato de Dolfuss, em 1934, Kurt von Schuschnigg tornou-se chanceler da Áustria e conseguiu firmar um acordo com Hitler, em julho de 1936, pedindo o respeito pelas fronteiras e pela independência da Áustria que, em menos de dois anos, se tornou redundante. Durante 1937, Berlim financiou e apoiou uma campanha de terror, levada a cabo por nazis austríacos, resultando em violentas demonstrações e atentados um pouco por todo o país, o que enfraquecia cada vez mais a posição do governo austríaco. Em janeiro de 1938, a polícia austríaca efetuou uma busca na sede de um grupo chamado “O Comité dos Sete”, que era a sede clandestina da rede nazi austríaca. Lá, foram encontradas provas da existência de vários planos que criariam o pretexto para as tropas alemãs atravessarem a fronteira (Shirer, 1983, p. 413-416; Shirer, 1983, p. 441-442; Bendersky, 2014, p. 158-159; Brunet & Launay, 1999, p. 273; Ricchezza, 1979, p. 123; Kershaw, 2016, p. 387-389).

A 4 de fevereiro de 1938, Papen foi informado que a sua missão diplomática na Áustria havia terminado e que este havia sido exonerado, junto com outros elementos conservadores, como Neurath, Fritsch e Bloomberg que, até então, tinham sido um entrave ao nacional-socialismo. De regresso à Alemanha, a 5 de fevereiro, Papen propôs a Hitler que convidasse Schuschnigg para uma reunião e, ignorando o facto de ter dispensado Papen no dia anterior, Hitler ordenou-lhe que voltasse a Viena e preparasse a reunião. A reunião ficou marcada para o dia 12 de fevereiro, no Berghof, o retiro pessoal de Hitler. À chegada, o chanceler austríaco deparou-se com a presença de Keitel, Walter von Reichenau, e Hugo Sperrle, figuras proeminentes no alto comando alemão que, segundo Hitler, haviam visitado Berghof por mero acaso (Shirer, 1983, p. 443-444; Ricchezza, 1979, p. 124).

Após mencionar o isolamento internacional da Áustria, Hitler acusou o convidado de praticar uma política antinazi e de fortificar a fronteira, insistindo que esta era a última oportunidade de chegarem a um acordo e que apenas aguardaria até ao final daquela tarde. Pouco depois, foi apresentado a Schuschnigg um rascunho de um documento com as exigências intransigentes de Hitler. O documento conferia uma semana para entregar várias pastas do governo a determinados nazis austríacos, bem como exigia o levantamento da proibição do partido nazi e a amnistia aos presos políticos. Hitler ameaçou de que, caso as exigências não fossem aceites no espaço de três dias, o exército alemão avançaria sobre a Áustria (Shirer, 1983, p. 444-451; Ricchezza, 1979, p. 125-130; Brunet & Launay, 1999, p. 281; Bendersky, 2014, p. 159)

Na manhã seguinte, o chanceler reuniu-se com o presidente Wilhelm Miklas para discutirem as exigências alemãs. Miklas estava disposto a fazer certas concessões aos alemães, mas recusou nomear Seyss-Inquart para o ministério do interior, uma das personalidades indicadas no documento, pois isso implicava entregar o poder sobre a polícia a um nazi. Dias depois, Schuschnigg indicou a Papen que as exigências seriam cumpridas e o governo austríaco tornou pública a amnistia para os nazis enclausurados, inclusive os acusados no homicídio de Dollfuss, bem como nomeou Seyss-Inquart ministro do interior (Shirer, 1983, p. 451-452; Brunet & Launay, 1999, p. 281)

A 20 de fevereiro de 1938, Hitler fez um discurso no Reichstag, onde falou do seu “entendimento” com Schuschnigg e da “boa vontade” que havia entre as partes, a favor de uma maior união entre os dois países. Contudo, a continuação deste discurso tornou-se num aviso alarmante para os países adjacentes que tinham minorias alemãs, quando Hitler referiu que a proteção dos milhões de alemães que viviam fora das fronteiras alemãs era uma prioridade do 3º Reich. A 24 de fevereiro, Schuschnigg discursou no parlamento austríaco, sublinhando que a Áustria tinha chegado ao limite possível das suas concessões e não abdicaria voluntariamente da sua independência. A 9 de março anunciou que haveria um referendo, no dia 13 desse mês, acerca da independência do país. Receoso que o referendo resultasse em oposição à anexação, Hitler, abandonando a política evolucionista, ordenou a invasão militar do território austríaco para o dia 12, antes que o plebiscito ocorresse (Shirer, 1983, p. 453-457; Ricchezza, 1979, p. 130; Brunet & Launay, 1999, p. 281-282; Bendersky, 2014, p. 159).

Na madrugada do dia 11 de março, o chanceler austríaco foi acordado de rompante pelo chefe da polícia austríaca, alarmando-o que o tráfego ferroviário com a Alemanha fora

interrompido e que esta haviam fechado a fronteira, bem como havia tropas alemãs a acumularem-se na mesma. Na mesma manhã, Schuschnigg convocou os ministros para uma reunião o mais imediatamente possível. Ao mesmo tempo, vinham de Berlim a exigência de Hitler para cancelar o referendo. No mesmo dia, após receberem confirmação de que o plebiscito seria cancelado, os nazis exigiram a demissão de Schuschnigg e a nomeação de Seyss-Inquart como chanceler, que então enviaria um pedido de ajuda aos alemães, para repor a ordem no país. O presidente Miklas aceitou a demissão de Schuschnigg, mas recusou-se veemente em nomear Seyss-Inquart, para desagrado de Göring e Hitler, que mandaram um segundo ultimato. Se este não aceitasse a nomeação de Seyss-Inquart até às 7:30 da tarde desse dia 11, as tropas alemãs avançariam sobre a Áustria, no dia seguinte (Shirer, 1983, p. 462-463; Ricchezza, 1979, p. 134).

Então Schuschnigg discursou ao país para explicar que o governo alemão tinha feito um ultimato ao presidente Miklas, a ordenar que Seyss-Inquart fosse nomeado chanceler, sob pena de as tropas alemãs avançarem sobre a Áustria. Por não desejar um banho de sangue, o governo austríaco tinha cedido e ordenou que não se oferecesse resistência. Com as tropas alemãs a jorrar pela Áustria desde a noite de 11 para 12 de março, Hitler fez a sua aparição triunfal em Viena, anexando oficialmente o país a 13 de março, depois da receção calorosa às suas tropas, enquanto as democracias, mais uma vez, se limitaram a protestar (Shirer, 1983, p. 464-465; Ricchezza, 1979, p. 135; Kershaw, 2016, p. 393; Brunet & Launay, 1999, p. 282).

A paralisação das democracias europeias era cada vez mais clara para Hitler, particularmente com esta óbvia tentativa em curso de anexar a Áustria, tudo isto proibido na Conferência de Paris. Este era mais um claro falhanço da Sociedade das Nações e uma clara evidência da sua falta de coercibilidade para agir. A França atravessou estes acontecimentos na Áustria sem ter um governo, pois o gabinete do ministro Chautemps demitiu-se a 10 de março, paralisando a capacidade de resposta francesa durante todos os dias 11 e 12. Apenas no dia 13 é que se formou um novo governo, sob Léon Blum. Na Inglaterra, Eden, o ministro dos negócios estrangeiros, demitiu-se e foi substituído por Halifax, mais uma personalidade comprometida a apaziguar Hitler, como Chamberlain. Esta passividade foi exatamente o que Hitler esperava das potências aliadas. Perto da meia-noite do dia 11, o presidente Miklas finalmente cedeu aos alemães e nomeou Seyss-Inquart chanceler e aceitou todos os seus ministros, que requisitaram a intervenção alemã para defender a ordem pública de uma suposta ameaça comunista. Seyss-Inquart nem chegou a enviar o pedido formal escrito, a

razão da sua nomeação, bastando aos nazis uma confirmação oral para as tropas alemãs atravessarem a fronteira (Shirer, 1983, p. 465-471; Ricchezza, 1979, p. 136; Bendersky, 2014, p. 159).

Para completar a anexação, Hitler ordenou a formulação de um projeto de lei que lhe desse a presidência e incluísse a Áustria na Alemanha. Denominada “Lei do Anschluss”, esta foi promulgada pelo governo de Seyss-Inquart e ditou o fim da independência da Áustria, mesmo sem a assinatura do presidente Miklas. Esta lei previa também um novo plebiscito acerca da anexação, para 10 de abril do mesmo ano, no qual, as unanimidades dos votantes votaram a favor da anexação (Shirer, 1983, p. 472-475; Ricchezza, 1979, p. 136-138; Brunet & Launay, 1999, p. 282; Bendersky, 2014, p. 160).

Sem que tenha havido confrontos entre o exército alemão e o exército austríaco, ou entre as forças alemãs e as democracias ocidentais, Hitler finalizou o Anschluss e aumentou a sua população em mais 7 milhões de pessoas. Mais grave foi a passividade das democracias e da Sociedade das Nações, que nada fizeram para manter a sua credibilidade na europa de leste e acabaram por deixar a Checoslováquia numa situação militarmente indefensável, tendo-a rodeada por três lados. Após o Anschluss, os soviéticos propuseram uma conferência entre as potências para este fim, mas viram as suas propostas rejeitas pelo primeiro-ministro inglês, que ainda rejeitou assumir alguma obrigação para com a Checoslováquia, ou para com a França, caso se tratasse de alguma obrigação decorrente do pacto franco-checo. Isto deixava claro aos franceses que possivelmente teriam de enfrentar a Alemanha sozinhos, na eventualidade de reagirem a uma agressão alemã ao território checo, um panorama muito favorável a Hitler. A forma como o Anschluss decorreu também prejudicou a imagem e a situação de Mussolini que, amarrado à política externa alemã, mudou de posição, em relação à independência da Áustria, e foi ficando para segundo plano no eixo Roma-Berlim. Além disso, com esta anexação sem guerra, Hitler demonstrou ao seu alto comando o seu génio político, agravando toda a relutância dos generais em desobedecer às ordens do fùhrer (Shirer, 1983, p. 480-483; Ricchezza, 1979, p. 138-143).

No fim de abril de 1938, Hitler ordenou o refinamento do plano para invadir a Checoslováquia, cujo território pertencera ao Império Austro-Húngaro, antes da Conferência de Paris. Era um dos estados mais democráticos e prósperos da europa central, apesar de conter várias minorias, nomeadamente húngaros, russos, alemães, eslovacos e polacos, para além dos checos, cuja dominância mantinha o país unido. Apesar da pompa atribuída à aliança com a França e das obrigações inerentes à URSS, era improvável que estas viessem

em defesa dos checos, particularmente sem o apoio inglês. A vítima seguinte foi a Checoslováquia, absorvida em duas fases, principalmente devido às suas potencialidades económicas, industriais e estratégicas, que seriam úteis a longo prazo (Shirer, 1983, p. 486-487; Ricchezza, 1979, p. 148-149; Kershaw, 2016, p. 394; Brunet & Launay, 1999, p. 283).

Quando Hitler se tornou chanceler, o nacional-socialismo acabou por chegar à região etnicamente alemã dos Sudetas, com a criação do Partido Alemão dos Sudetas, liderado por Konrad Henlein. A partir de 1935, o partido começou a receber quantias avultadas de Berlim para agitar a população da região e, a partir de 1938, foram ordenados a pressionar o governo checo, de modo a preparar um pretexto a Hitler para intervir com as forças armadas (Shirer, 1983, p. 488; Ricchezza, 1979, p. 154; Kershaw, 2016, p. 394; Bendersky, 2014, p. 161; Brunet & Launay, 1999, p. 283).

A 20 de maio de 1938, Keitel enviou a Hitler um novo rascunho do “Caso Verde”, o plano de invasão militar da Checoslováquia, inicialmente preparado no verão de 1937, o qual é possível que tenha sido descoberto pelos aliados, a julgar pela atitude que tiveram durante três dias particulares neste mês. Para tornar um ataque à Checoslováquia politicamente viável, os alemães podiam forçar um período de tensão diplomática, que culminasse nas hostilidades, ou podiam atacar de surpresa, criando uma operação de falsa bandeira. Estas duas opções tornaram-se no *modus operandi* dos nazis na Europa, durante a reta final da década de 1930. Com a Checoslováquia, quase se deu a primeira opção, não fosse por Munique. Mais tarde, com a Polónia, foi uma mistura das duas. Em relação à operação militar em si, esta teria de ter um sucesso tão estrondoso num espaço curto de tempo, para evitar que as potências ocidentais intervissem. Contudo, os checos tinham um exército poderoso e moderno, entrincheirado numa rede defensiva formidável (Shirer, 1983, p.490-492; Ricchezza, 1979, p. 170-171; Bendersky, 2014, p. 160).

No mesmo dia, 20 de maio de 1938, os checos indicaram ao embaixador alemão que estavam alarmados com uma alegada concentração de tropas na fronteira e decretaram uma mobilização parcial, que deixou Hitler insatisfeito. Ao não ceder imediatamente, os checos conseguiram, pelos menos naquele momento, obter dos franceses e dos ingleses a afirmação que uma agressão alemã escalaria para uma guerra europeia, isto numa série de contactos entre os embaixadores das democracias, ao longo deste fim de semana de 21 e 22 de maio, no que ficou conhecido como a “Crise de maio de 1938”. Desta vez, os alemães foram surpreendidos com um bloco democrático firme, apesar de continuarem a duvidar da participação inglesa ao lado dos franceses. Aceitando a sua derrota momentânea, Hitler

enviou uma nota ao embaixador checo em como não tinha intenções agressivas para com a Checoslováquia e negou algum acumular particular de tropas nas fronteiras. As democracias respiraram de alívio, mas este foi de pouca dura. No fim deste mês, Hitler convocou o alto comando para lhes indicar que tinha decidido destruir o estado checo por ação militar no início de outubro deste mesmo ano (Shirer, 1983, p. 492-496; Ricchezza, 1979, p. 174)

Como acontecera no passado, estavam-se a tornar evidentes divergências entre Hitler e o exército relativamente à intervenção pela força na Checoslováquia, apesar de não ousarem fazer frente. Esta oposição era liderada pelo General Ludwig Beck, que considerava que esta operação desencadearia numa guerra com as potências europeias, com a Rússia e com a potencialidade económica e industrial dos EUA, terminando com a Alemanha isolada e derrotada, o que em 1938, não aconteceu. Beck era parte do grupo que foi convocado para a discussão da questão checa e, posteriormente, expôs os seus argumentos aos seus superiores. Durante o verão, a confiança inabalável de Hitler parecia estar a baixar. Ele não pretendia uma guerra total, mas, sim, pequenas guerras rápidas, que apresentassem ao mundo um facto consumado, antes que este pudesse reagir. Em junho, recuou e indicou para o alto comando que apenas atacaria a Checoslováquia, caso tivesse a certeza de que não teria interferência estrangeira. No mês seguinte, começou a considerar mais seriamente a possibilidade da participação das democracias ocidentais, da Polónia e da União Soviética, numa resposta conjunta à sua agressão. (Shirer, 1983, p. 497-499; Ricchezza, 1979, p. 174; Bendersky, 2014, p. 160)

No entanto, Hitler não perdeu a expectativa de que as democracias pretendiam evitar a guerra a todo o custo e que ainda havia a possibilidade de anexar a Checoslováquia pacificamente. Em agosto, Beck apresentou a sua demissão, sendo substituído por Halder, que tinha uma perspetiva semelhante, em relação à questão checa. Este e mais alguns generais engendraram uma conspiração, a qual consistiria em prender Hitler, quando este ordenasse a invasão da Checoslováquia, mas os conspiradores necessitavam de garantias de que os ingleses e os franceses interviriam. Para isso, mandaram vários agentes a Londres, para descobrir quais eram os planos da reação inglesa e, por isso, o governo inglês tinha conhecimento deste facto. O primeiro-ministro sugeriu que se fizesse um aviso sério a Hitler, relativamente à agressão militar e pediu, também, que se organizasse uma reunião entre ele e Hitler, de modo a resolver a situação o mais pacificamente possível. (Shirer, 1983, p. 503-516; Bendersky, 2014, p. 160).

Pelo início de setembro, o presidente Beneš apercebeu-se de que tinha de intervir e convocou os líderes políticos dos Sudetas, para que estes apresentassem todas as suas exigências, mas estes não queriam chegar a acordo, resultando na quebra das conversações, dias depois. A 10 de setembro, no comício do partido em Nuremberga, Göring acusou os checos de oprimirem os habitantes alemães dos Sudetas e a 12 de setembro, Hitler indicou que faria justiça a esta população por própria iniciativa. Estes discursos inflamaram a população dos Sudetas, resultando numa revolta, que apenas terminou com a intervenção do exército e com a declaração de Lei Marcial, dando aos alemães um pretexto para continuamente alegarem que os seus compatriotas estavam a ser oprimidos. Para evitar a prisão, ou pior, Henlein fugiu para a Alemanha e começou a advogar pela cedência dos Sudetas, o que parecia ser uma solução fácil para as democracias. Então, a 13 de setembro, Chamberlain pediu para reunir com Hitler, acerca da questão checa, iniciando o que foi uma das maiores derrotas políticas do bloco democrático (Shirer, 1983, p. 519-521; Ricchezza, 1979, p. 176-178; Brunet & Launay, 1999, p. 285).

O primeiro-ministro do grande Império Britânico, embarcado na política do *Appeasment*, foi negociar sob termos alemães e esta visita só reforçou a prospectiva de que as democracias não interviriam contra a Alemanha, caso o ataque militar fosse materializado. Chamberlain chegou ao Berghof a 15 de setembro e reuniu-se com Hitler no mesmo escritório onde Schuschnigg havia conhecido a sua sentença, onde afirmou que, pessoalmente, reconhecia esta secessão, com base no princípio da autodeterminação. No entanto, os alemães não deveriam tomar ação militar até se concluir as conversações. Esta foi a primeira rendição, face às pretensões alemãs na Checoslováquia (Shirer, 1983, p. 521-523; Ricchezza, 1979, p. 178-180; Kershaw, 2016, p. 395; Bendersky, 2014, p. 161; Brunet & Launay, 1999, p. 284-285).

Quando Chamberlain regressou da sua visita, convocou uma reunião com o seu gabinete, para dar a conhecer as exigências de Hitler. Entretanto, surgiu o Relatório Runciman, de um enviado inglês em Praga, o qual indicava que os Sudetas deveriam ser transferidos para a Alemanha com a menor interferência de terceiros possível. No dia 18, o primeiro-ministro inglês reuniu-se com os franceses para consultas acerca da situação checa e a solução que emergiu ditava que os territórios cuja população era 50% ou mais de etnia alemã deveria ser entregue à Alemanha e, em troca, os ingleses e os franceses garantiriam juntos as novas fronteiras que daí resultariam. Então, a 19 de setembro, os diplomatas inglês e francês viram a sua proposta rejeitada pelo governo checo, que lembrou ainda aos franceses

das suas obrigações de tratado com os checos e da terrível posição em que a França ficaria na Europa caso a Checoslováquia caísse. No dia 21, os diplomatas inglês e francês voltaram a reiterar a Beneš que os checos combateriam os alemães sozinhos, se não aceitassem a proposta anglo-francesa. No fim desse dia, o gabinete checo compreendeu a sua derrota, aceitou a proposta anglo-francesa e demitiu-se, ficando o poder entregue aos militares (Shirer, 1983, p. 526-529; Ricchezza, 1979, p. 187; Kershaw, 2016, p. 395).

A 22 de setembro, Chamberlain deslocou-se a Godesberg, na Renânia, ao encontro de Hitler, que não aceitou uma resolução desta questão sem a utilização das forças armadas, rejeitando as suas próprias exigências anteriores. Apesar da ocupação poder decorrer pacificamente, como na Áustria, a intenção Hitler era acabar com a Checoslováquia, através de uma ocupação militar, numa vingança pessoal contra Beneš e como demonstração da fraqueza das democracias (Shirer, 1983, p. 529-533; Ricchezza, 1979, p. 188; Kershaw, 2016, p. 395; Brunet & Launay, 1999, p. 285).

No dia seguinte, a 23 de setembro, o primeiro-ministro escreveu uma carta a Hitler, indicando que continuaria os seus esforços com os checos, mas que previa que estes resistissem. Hitler respondeu que a paz ou a guerra estavam nas mãos dos checos e Chamberlain pediu que fosse apresentado um documento escrito com as exigências alemãs, acompanhado por um mapa que as representasse. Nessa noite, Hitler e Chamberlain voltaram a encontrar-se e aí foram apresentados os documentos requisitados. Os checos tinham de evacuar o território entre os dias 26 e 28 desse mês de setembro, caso contrário, as forças alemãs interviriam. Numa atitude cínica, adiou a invasão militar para o início de outubro, ainda de acordo com o “Plano Verde”. Quando regressou a Inglaterra, o primeiro-ministro foi recebido com uma onda de oposição por membros do seu governo, bem como viu a rejeição pelos franceses e checos do memorando de Godesberg, como ficaram conhecidas estas exigências resultantes da segunda visita de Chamberlain (Shirer, 1983, p. 533-536; Ricchezza, 1979, p. 188-189).

Nos dias 26 e 27 de setembro, Chamberlain enviou à Alemanha Sir Horace Wilson para propor uma reunião entre os checos e os alemães, mas Hitler voltou a reiterar que a paz ou a guerra dependia da aceitação do memorando de Godesberg. Caso contrário, os Sudetas seriam ocupados à força. Wilson respondeu que, nessa eventualidade, os franceses honrariam as suas obrigações e a Inglaterra apoiá-los-ia (Shirer, 1983, p.537-539; Kershaw, 2016, p. 396).

Perante esta situação, ao longo desta reta final de setembro, a Romênia e a Jugoslávia enviaram uma declaração à Hungria de como a atacariam militarmente, caso esta auxiliasse a Alemanha no avanço sobre a Checoslováquia, estendendo a guerra aos Balcãs. Roosevelt apelou a Hitler para manter a paz; a Inglaterra optou por mobilizar a sua marinha; a França estava a preparar o seu exército e a própria Checoslováquia continuava as suas medidas de mobilização, na expectativa de resistir a um avanço alemão. Os italianos, por sua vez, não estavam a tomar nenhuma verdadeira posição para auxiliar os alemães. Então, no final do dia 27, Hitler indicou a Chamberlain que estava pronto para negociar os detalhes da transferência dos Sudetas e para dar uma garantia ao que restaria da Checoslováquia e os ingleses solicitaram a Mussolini que mediasse uma conferência de líderes europeus, na esperança de demover Hitler e evitar a guerra (Shirer, 1983, p. 541-543; Ricchezza, 1979, p. 189-190; Kershaw, 2016, p. 396; Bendersky, 2014, p. 161).

Na manhã do dia 28, Mussolini contactou Attolico, o embaixador italiano na Alemanha, que lhe pediu para assegurar a Hitler que a Itália estava com a Alemanha, mas que preferia que houvesse uma conferência, para resolver a questão dos Sudetas. Mussolini pode ter tido alguma influência na decisão de Hitler em optar pela conferência, mas a verdade é que a situação internacional estava desfavorável para os alemães. Rapidamente os alemães redigiram e enviaram convites para que os líderes dos quatro países se reunissem no dia seguinte, em Munique. Os checos não foram autorizados a participar nas negociações que lhes desmantelava o seu país e a União Soviética tão pouco foi convidada, um gesto que causou ressentimento no comando soviético. Além disso, o golpe planeado por Halder e uma série de generais tinha caído por terra com esta capitulação das democracias, perdendo-se o pretexto necessário para justificar o derrube de Hitler (Shirer, 1983, p. 551-555; Ricchezza, 1979, p. 191)

Na mesma cidade onde tinha começado a sua vida política, Hitler recebeu os governantes italianos, franceses e ingleses, a 29 de setembro de 1938. Antes da conferência, reuniu-se com Mussolini, para consertarem as suas posições, ao contrário de Chamberlain e Daladier. Durante a conferência, Mussolini apresentou uma série de propostas para resolver os diferendos em relação aos Sudetas, ditadas pelos alemães, antes da conferência. O primeiro-ministro inglês voltou a insistir que houvesse representantes checos presentes, o que Hitler recusou, sendo-lhes apenas entregue um documento que indicava as áreas do seu país que seriam anexadas, sob pena de enfrentarem uma invasão alemã sozinhos. Finalmente, depois da uma da manhã, já do dia 30 de setembro, Hitler, Chamberlain,

Mussolini e Daladier assinaram o Acordo de Munique, formalizando o processo da anexação dos Sudetas nos dez primeiros dias de outubro desse ano. Além disso, ainda foram assinados pactos de não agressão entre a Alemanha e a Inglaterra, nesse mesmo dia, e entre a Alemanha e a França, já em dezembro (Shirer, 1983, p. 559-563; Ricchezza, p. 192-193; Kershaw, 2016, p. 396; Bendersky, 2014, p. 161; Brunet & Launay, 1999, p. 285).

Daladier e Chamberlain voltaram às suas capitais, em triunfo. Os pedidos de Hitler foram atendidos e esta era a última pretensão territorial dos nazis. Naturalmente, em Praga, o humor não podia ser bom. Para Beneš, não havia alternativa a não ser aceitar o que lhe fora imposto. Este resignou a 5 de outubro e foi para Inglaterra, em exílio, ficando o general Sirovy provisoriamente no seu lugar. Também a Polónia e a Hungria recorreram à coerção e ficaram com porções de territórios da restante Checoslováquia, que se viu forçada a instalar um governo fantoche pró-Berlim (Shirer, 1983, p. 565-569; Kershaw, 2016, p. 397; Bendersky, 2014, p. 161; Brunet & Launay, 1999, p. 285-286).

Com o Acordo de Munique, Hitler alcançou as suas exigências. Todo o sistema rodoviário, ferroviário e de comunicações da Checoslováquia foram afetados. O país perdeu para a Alemanha grandes percentagens das suas indústrias de carvão, de têxteis, de minério de ferro, madeireira e de eletricidade, três milhões de cidadãos e ainda a sua principal linha defensiva, ficando numa posição estratégica desesperada. Muitos dos que duvidavam de Hitler foram convertidos por mais uma vitória sem sangue. Os generais, que eram parte da conspiração para derrubar o ditador, perderam o seu pretexto, deixando em aberto as consequências do seu êxito. Ainda para mais, Hitler conseguiu esta vitória vergando novamente as principais potências europeias, das quais não veio nenhuma verdadeira iniciativa militar para travar o avanço agressivo da Alemanha, considerando que, particularmente em 1938, a Alemanha não estava em posição de combater uma guerra em múltiplas frentes. O facto de a União Soviética ter sido excluída de todo o processo levou a uma mudança drástica na orientação da sua política externa, com especial rancor contra as democracias. Apesar do Acordo de Munique ter sido muito vantajoso para Hitler, a prontidão com que as democracias ocidentais lhe entregaram os Sudetas retirou-lhe o melhor pretexto que tinha até então para agir militarmente sobre a Checoslováquia, encerrando, assim, a primeira fase na destruição deste país (Shirer, 1983, p. 569-571; Kershaw, 2016, p. 397; Kershaw, 2016, p. 401; Bendersky, 2014, p. 162-163).

O início da segunda fase do desmantelamento da Checoslováquia começou antes da ocupação dos Sudetas estar consolidada. Os húngaros e os polacos também participaram no

desmantelamento do seu vizinho e os eslovacos foram aliciados, e depois pressionados, a declararem independência, aprofundando a desagregação do país e facilitando a tarefa dos alemães. (Shirer, 1983, p.578-579; Bendersky, 2014, p. 163; Brunet & Launay, 1999, p. 287).

Em janeiro de 1939, foi exigido aos checos que abandonassem a SdN, mantivessem relações económicas exclusivas com a Alemanha, reduzissem o exército e introduzissem a legislação antissemita. Em fevereiro, Hitler recebeu um dos representantes eslovacos, o Dr. Tuka, que lhe pediu para apoiar a independência da Eslováquia. Os movimentos separatistas ameaçavam desfazer o estado checo, pelo que, no início de março, os governos autónomos da Eslováquia e da Ruténia foram depostos e substituídos pelo governo central. A 13 de março, os nazis convidaram o Dr. Tiso, o ex-primeiro ministro da Eslováquia e pró-alemão, para o pressionarem a declarar a independência e a enviar um pedido de proteção, este último semelhante ao sucedido na Áustria. E, como tal, garantida pela entrada de tropas alemãs no seu território, a Eslováquia nasceu a 14 de março de 1939, deixando os checos com uma porção de território pequena e estrategicamente pobre (Shirer, 1983, p. 591-597; Bendersky, 2014, p. 162-163; Brunet & Launay, 1999, p. 287).

Já na madrugada de 15 de março, o presidente checo, Hácha, foi recebido por Hitler, que se fazia acompanhar de algumas figuras militares. Com o sucedido nos dias anteriores, o presidente estava ciente de que havia tropas prontas a avançar sobre Praga e o próprio já duvidava da viabilidade do seu Estado. As tropas alemãs avançariam pela madrugada sobre o que restava do estado checo e apenas lhe restava ordenar que as suas tropas não se opusessem. O presidente cedeu e, pelas seis da manhã, o exército alemão iniciou a ocupação, e no dia seguinte, foi proclamada a criação do Protetorado da Boémia e da Morávia (Shirer, 1979, p. 598-603; Bendersky, 2014, p. 163-164; Brunet & Launay, 1999, p. 282).

Mais uma vez, as potências democráticas não reagiram, e inicialmente o primeiro-ministro inglês utilizou a secessão da Eslováquia como justificação por não ter interferido militarmente na Checoslováquia, indicando que a separação dos territórios desagregou as fronteiras que eram suposto serem garantidas pela conferência de Munique. Dias mais tarde, a 23 de março, o porto de Memel, na Lituânia, seguiu o mesmo destino. Contudo, com as mais recentes aquisições territoriais, Hitler demonstrou que não pretendia apenas reunir todos os alemães étnicos, ficando claro o seu ímpeto imperialista. A violação do Acordo de Munique resultou no abandono da política de *Appeasement* e, a 31 de março de 1939, Chamberlain indicou que a Inglaterra defenderia a independência da Polónia (Kershaw,

2016, p. 403-404; Shirer, 1983, p. 605-621; Bendersky, 2014, p. 16; Brunet & Launay, 1999, p. 282).

Este era o Estado que mais tinha a temer da expansão nazi, pois o Corredor de Danzig foi criado pelo odiado Tratado de Versailles. Em outubro de 1938, pouco depois de Munique, os alemães exigiram a devolução de Danzig<sup>9</sup>, a construção de uma autoestrada e uma linha férrea, que unissem a Alemanha com a Prússia oriental, e a adesão ao Pacto Anti Comintern, em troca de uma extensão do pacto de não agressão de 1934 e uma garantia das fronteiras polacas. As ofertas dos alemães não impressionaram os polacos, que se mantiveram intransigentes e, em novembro, indicaram que apenas estariam dispostos a alterar a garantia internacional de Danzig por uma garantia germano-polaca, e acrescentaram que alguma intentona militar sobre a cidade ou sobre o corredor levariam inevitavelmente a conflito. Como era de esperar, Hitler ordenou a preparação da ocupação militar de Danzig, utilizando como pretexto a agitação que o próprio iria causar. Em teoria, objetivo seria pacificar a cidade, não entrar em guerra com a Polónia (Shirer, 1983, p. 612-615.; Overy, 2009, p. 18-19)

Quando a questão checa terminou, os nazis puderam concentrar-se na questão polaca e continuaram a pressionar os polacos acerca das exigências em Danzig e no Corredor de Danzig, bem como coordenar a política antissoviética. No final de março de 1939, os alemães estavam a ficar impacientes com a rejeição das suas exigências pelos polacos e acabaram por ser confrontados com a declaração de Chamberlain. Dias depois da garantia dada à Polónia, a 3 de abril, Hitler ordenou a preparação do “Plano Branco”, a invasão militar da Polónia que, após o derrube da Checoslováquia, ficou numa situação estratégica difícil. Além disso, a fortificação da fronteira ocidental alemã dificultava o auxílio que as democracias poderiam dar à Polónia, na eventualidade de um ataque (Shirer, 1983 p. 621-630; Brunet & Launay, 1999, p. 287).

O Anschluss, a Conferência de Munique e a restante anexação da Checoslováquia foram um claro sinal do que estava por vir. Por um lado, as pretensões territoriais de Hitler eram insaciáveis. Por outro, as democracias pareciam estar dispostas a falhar para com as suas obrigações e a ceder países inteiros, para evitar a guerra. Em maio de 1939, um mês

---

<sup>9</sup> Como consequência de Versailles, o Corredor de Danzig foi separado do território e alemão e a cidade portuária, com uma maioria alemã, passou a estar sob a supervisão da SdN, apesar de ver os seus recursos económicos explorados pela Polónia, uma solução que os alemães residentes nunca aceitaram (Overy, 2009, p.15)

depois do fim da Guerra Civil Espanhola, os ministros dos negócios estrangeiros da Itália e da Alemanha começaram as negociações para estabelecer uma aliança militar, algo que até então tinha sido evitado por Mussolini, apesar da crescente proximidade entre os dois países. Em particular, nestas negociações, reconheceu-se a vantagem em melhorar as relações do Eixo com a União Soviética, de modo a isolar esta última das democracias. Contra o conselho do OKW, que considerava as forças italianas inaptas, o Pacto de Aço foi assinado em Berlim, a 22 de maio de 1939, e as suas cláusulas implicavam a assistência mútua em assuntos militares. A partir de então, os italianos ligavam-se inevitavelmente ao destino dos alemães, o que mais tarde se revelou desastroso (Shirer, 1983, p. 646-648; Ricchezza, 1979, p. 249-254).

A 15 de agosto de 1939, o embaixador alemão na União Soviética, Schulenburg, reuniu com o ministro dos negócios estrangeiros soviético, Molotov, com vista a melhorar as relações entre os países. As sugestões dos soviéticos iam ao encontro dos interesses alemães e a conclusão deste pacto significaria a neutralidade russa, aquando do eventual ataque à Polónia, bem como agravaria a perspectiva das democracias despoletarem mais uma guerra na Europa. Molotov questionou Schulenburg se a Alemanha assinaria um pacto de não agressão com a União Soviética e estava disposta a facilitar a normalização das relações nipónico-soviéticas. Além disso, dever-se-ia definir os interesses de ambos, em relação aos Estados Bálticos. Contudo, o tempo urgia para os alemães, que pretendiam assinar o pacto o mais depressa possível, para evitar constrangimentos meteorológicos para os exércitos mecanizados. O governo nazi aceitou as condições dos soviéticos e Ribbentrop, ministro dos negócios estrangeiros alemão, ofereceu-se para se deslocar a Moscovo, no dia 18 de agosto, como plenipotenciário para assinar diplomas. Na noite de 17 de agosto, Schulenberg reuniu-se com Molotov, para entregar a resposta entusiasmada de Berlim. No entanto, os soviéticos preferiam uma aproximação faseada, através da assinatura de um tratado comercial e só depois assinariam um pacto de não agressão. Nos dois dias seguintes, o tratado comercial exigido por Molotov foi assinado e podiam, agora, passar aos assuntos políticos (Shirer, 1983, p. 694-699)

Na noite do dia 19 de agosto, os soviéticos aceitaram que Ribbentrop se deslocasse a Moscovo, mas apenas uma semana depois do anúncio do tratado comercial, para 26 ou 27 de agosto. Ora, esta espera poderia interferir gravemente com a “janela cronológica” que o exército alemão tinha para lançar um ataque sobre a Polónia e, neste momento crucial, a 20 de agosto, Hitler interveio pessoalmente, enviando um telegrama a Stalin, relatando o

agravamento das relações germano-polacas e pedindo uma clarificação das relações germano-soviéticas, frisando os benefícios de uma reaproximação. Além disso, voltava a pedir que Ribbentrop se deslocasse a Moscovo o mais rapidamente possível, para concluir um pacto de não agressão e um protocolo que delimitasse os interesses de ambos. O pedido pessoal de Hitler surtiu efeito e os soviéticos autorizaram, no dia seguinte, a visita do ministro alemão, no dia 23 de agosto (Shirer 1983, p. 700-705).

A delegação alemã voou para Moscovo no dia 23 de agosto e, nessa noite, foi assinado o que ficou conhecido como Pacto Ribbentrop-Molotov, o pacto de não agressão entre a Alemanha nazi e a União Soviética. Essencialmente, o pacto tinha duas partes, a primeira, o pacto de não agressão deixava implícita a conivência soviética em relação à invasão da Polónia; a segunda parte, partilhava o território polaco e delimitava as esferas de influência na Europa de Leste, através de um protocolo secreto. Desta forma, Hitler conseguiu separar a União Soviética das democracias, garantindo a neutralidade desta no futuro próximo (Shirer, 1983, p. 717-721; Brunet & Launay, 1999, p. 288; Ricchezza, p. 220-223).

Na realidade, as negociações deste pacto foram simultâneas às negociações militares com os aliados. Pelo menos, desde o início de 1939, o ministro dos negócios estrangeiros soviético, Litvinov, apostou na segurança coletiva contra a Alemanha, apelando à formação de blocos militares que contivessem os nazis nas suas fronteiras, mas nunca teve sucesso perante as democracias. Em maio de 1939, enquanto Chamberlain continuava a desdenhar da validade das propostas soviéticas, Litvinov foi substituído por Molotov, que exigia das democracias garantias mais concretas. No fim de maio, Molotov criticou as democracias pela sua atitude e desejava que se iniciassem conversas sérias, em relação à conclusão de um pacto de assistência mútua, incluindo a descrição de como essa assistência seria providenciada. Também, deveriam ser dadas garantias territoriais a todos os estados da Europa de Leste. Contrastando com o seu predecessor, Molotov deixou a “porta aberta” às relações com os países do eixo, como alternativa. Pelo fim de julho de 1939, Estaline estava convencido de que as democracias não pretendiam uma aliança com os soviéticos, preferindo que Hitler iniciasse as hostilidades no leste europeu. Estaline também acreditava que as democracias não reagiriam pela Polónia, como não reagiram ao rearmamento, à remilitarização da Renânia, ao Anschluss e à anexação faseada da Checoslováquia ( Shirer 1983, p. 642-656; Shirer, 1983, 722-723).

Só depois de enfrentar duras críticas, no fim de maio de 1939 Chamberlain aceitou o início de conversações militares com os soviéticos. Apesar da importância destas negociações, os ingleses optaram por enviar um oficial que, apesar de capaz, não era uma personalidade conhecida no meio político, o que acabou por dar má impressão aos soviéticos. Iniciadas a 11 de agosto, as negociações rapidamente entraram num impasse, devido a constantes empates, principalmente à volta da passagem de tropas soviéticas pela Polónia, na eventualidade de uma agressão alemã. Num momento crucial, a falta de celeridade das democracias foi um enorme erro estratégico. Com a URSS a participar num cerco à Alemanha, o ataque à Polónia poderia nunca ter acontecido, ou podia ter sido repellido. Em vez disso, até 1941, a Alemanha não teve de lidar com uma frente oriental e pôde concentrar-se no ocidente. A 1 de setembro de 1939, as forças alemãs entraram na Polónia com uma superioridade esmagadora. Com esta invasão, estava confirmada a implosão da ordem europeia, criada pelo fim da Primeira Guerra Mundial, cuja destruição era o objetivo de Hitler e dos líderes nazis. Era uma guerra que procurava reescrever as páginas manchadas pela derrota na Primeira Guerra Mundial, pelo Tratado de Versailes, pela República de Weimar e pelo poderio judeu na Europa (Shirer, 1983, p. 663; Shirer 1983, p. 710-723; Brunet & Launay, 1999, p. 288; Kershaw, 2016, p. 416, Overy, 2009, p. 14).

## Conclusões

Na Conferência de Paris, as delegações das democracias ditaram a “sentença de morte” de vários impérios, enquanto, simultaneamente, criavam uma multitude de pequenos estados, a partir das cinzas das potências colapsadas. Estas machadadas foram dadas na Conferência de Paris, com as assinaturas dos grandes tratados, como o Tratado de Saint-Germain-en-Laye, o Tratado de Sèvres, o Tratado de Trianon e o Tratado de Versailles, assinado pela Alemanha. O exército desta foi obrigado a reduzir-se a uma força doméstica e a sua força aérea e marinha foram dissolvidas. No entanto, a Conferência de Paris tinha mais um objetivo: a criação de organismo internacional que impedisse a guerra, através da diplomacia. A Sociedade das Nações foi criada pela primeira parte do Tratado de Versailles e, durante algum tempo, na década de 1920, gozou de uma série de sucessos, mas na década de 1930 demonstrou que não estava preparada para lidar com a voracidade das ditaduras que foram surgindo pela Europa, essas que preferiram retirar-se do organismo que consideravam subserviente aos interesses dos aliados.

No plano interno, o fim da guerra trouxe à Alemanha um período de dificuldade e foi neste rescaldo que Hitler regressou a Munique. Tendo sido desempregado crónico por opção antes da guerra, agora, o melhor era permanecer no exército, e foi através deste, que teve o primeiro contato com o DAP, o Partido dos Trabalhadores alemães, com origens em sociedades estabelecidas por indivíduos abastados.

Depois de uma intervenção num debate, Hitler foi convidado para se filiar e, em fevereiro de 1920, já estava à frente da propaganda do partido. Progressivamente, apercebeu-se de que o seu nome se tornara mais reconhecível que o nome de Drexler, o presidente do partido e, pelo verão de 1921, já se tinha tornado praticamente indispensável ao movimento, com a introdução do “Princípio da Liderança”, que, mais tarde, transbordou para o governo do país. A subida ao poder de Mussolini deixou uma impressão profunda no então pequeno partido nazi e confirmou a abertura que a população tinha a uma figura forte que proporcionasse estabilidade. O colapso da moeda em 1923, muito devido à resposta do governo alemão à ocupação do Ruhr pelos franceses, criou uma conjuntura favorável para Hitler, mas forçava-o a agir ou arriscava perder-se na passividade. No fim de novembro de 1923, Hitler e os seus partidários tentaram uma sublevação contra o governo e as autoridades bávaras, com vista avançar sobre governo nacional, que fracassou redondamente. Hitler foi

preso, mas foi julgado por personalidades coniventes à sua causa e acabou por cumprir oito meses, de uma pena de cinco anos, o que em pouco se assemelhou a encarceramento. Durante este período, teve tempo para reconsiderar o seu destino e consolidou os seus pensamentos no primeiro volume do seu livro.

A partir de 1924, a Alemanha entrou numa fase de recuperação, estabilidade e prosperidade, mas tudo era sustentado por empréstimos estrangeiros, nomeadamente americanos. Esta estabilidade verificou-se na política, pois na segunda volta das eleições, em 1924, os partidos moderados recuperaram força, em detrimento dos extremos. Em 1925, Hindenburg, uma figura celebrada do passado imperial alemão, foi eleito. A presidência deste foi controversa, por agir de uma forma quase autoritária, particularmente ao utilizar os poderes especiais consagrados na constituição com alguma frequência e ao, mais tarde, com o agravar da situação na assembleia do Reichstag, introduzir o sistema presidencial, para formar governos, nomeando diretamente os ministros. E mais, foi Hindenburg quem nomeou Hitler para a chancelaria, em 1933, depois das eleições terem dado o voto popular ao partido nazi.

Em 1925, a França, a Alemanha, o Reino Unido, a Itália e a Bélgica reuniram-se em Locarno, para garantir as fronteiras franco-germanas, com a garantia da Itália e do Reino Unido, e para a Alemanha reafirmar a desmilitarização da Renânia, num período de cooperação entre os dois antigos inimigos, o que ficou conhecido como a “Era Briand-Stresemann”. A estabilidade económica desapareceu com o estalar da crise financeira de 1929, na qual milhões de pessoas por todo o mundo caíram na pobreza. Com o decair das condições de vida, a política extremou-se e o partido nazi voltou a ter relevância. Para as eleições de 1928, os nazis formularam uma aliança com o DNVP, mas obtiveram apenas 12 assentos (menos de 3%). Em 1930, chegaram aos 107 assentos (18,3%), emergindo como a maior força política da direita. Em 1932, e novamente com o apoio do DNVP, Hitler concorreu contra Hindenburg para as eleições presidenciais, nas quais Hitler não foi eleito, mas o resultado ainda foi considerado uma vitória. O DNVP considerava os nazis uma versão bruta de si próprio, mas reconhecia que a base de apoio nazi era importante e útil e foi por isso que este partido apareceu várias vezes associado Hitler e ao nazismo. Até ao fim da década de 30, a alta finança depositava a sua confiança no DNVP, mas isto alterou-se a partir dos primeiros sucessos eleitorais. Depois das eleições presidenciais, em julho de 1932, os nazis obtiveram mais um sucesso eleitoral com 230 assentos (37%), tornando-se no maior partido no parlamento. Hitler exigia a chancelaria e Papen, apontado chanceler no âmbito do

sistema presidencial, dissolveu o parlamento na sua primeira sessão e convocou novas eleições para novembro de 1932, resultando numa ligeira perda de votos dos nazis (33%), a favor dos comunistas. Simultaneamente, o governo de Papen tentava dividir o partido nazi, negociando através da sua ala esquerda, causando uma crise de liderança, durante a qual Hitler teve dificuldades em manter o partido unido. Neste, entretanto, Papen foi substituído pelo General Schleicher, já em dezembro de 1932, mas o governo deste não durou muito tempo. Apesar de não ter alguma pasta, Papen continuou próximo ao presidente e convenceu-o de que conseguia controlar a ameaça nazi, mesmo com Hitler na chancelaria, limitando o número de outros ministérios sob a influência nazi. Ciente das dificuldades e da conspiração de Papen contra si, Schleicher demitiu-se a 28 de janeiro, e a 30 de janeiro de 1933, Adolf Hitler foi nomeado chanceler da Alemanha.

Devido a dificuldades no Parlamento, novas eleições foram convocadas para março de 1933, mas o Reichstag convenientemente ardeu dias antes da eleição. Com um bode expiatório preso, o partido comunista foi banido e o partido nazi alcançou os 288 assentos (44%). Era uma vitória estrondosa, mas a maioria da população claramente ainda rejeitava o nacional-socialismo. Entre o incêndio do Reichstag e a eleição, Hitler introduziu o decreto “Para a proteção do povo e do Estado”, suspendendo as liberdades individuais. Depois da eleição, reabriu o parlamento na Igreja da Guarnição e conseguiu o apoio dos conservadores para passar o “Ato de Habilitação”, de 23 de março de 1933, que lhe conferia poderes alargados e serviu como base para o estabelecimento da ditadura nazi, dando-lhe o poder legislativo e os negócios estrangeiros, apenas deixando os poderes do presidente intactos. Com a entrega do poder legislativo a Hitler, o parlamento foi abolido e a democracia parlamentar morreu oficialmente na Alemanha. Estas duas leis foram os pilares do governo nazi, mas assentavam na antiga constituição, que nunca foi substituída ou revogada. Com o parlamento abolido, apenas faltava controlar o exército e o presidente. Após a introdução do “Ato de Habilitação”, os nazis introduziram o princípio da “Coordenação”, que visava submeter todas as formas de organização e instituições ao nazismo. Um dos melhores exemplos foi os atropelos ao federalismo alemão, com a reconstituição das assembleias estaduais de acordo com a maioria parlamentar nazi e a nomeação dos seus governadores pelo governo central. Para moldar o pensamento da população, para além da violência, os nazis intervieram na cultura, na educação e lançaram enormes campanhas de propaganda. A “Coordenação” afetou todas as instituições e organizações, chegou a todos os aspetos da vida pública e privada, tanto às horas de trabalho, como ao tempo de lazer.

O próprio exército coordenou-se ainda antes do presidente falecer, quando em abril de 1934, Hitler e Bloomberg negociaram a contenção das S.A. e a consolidação e expansão das forças armadas, em troca do apoio à usurpação dos poderes do presidente. As fricções entre Hitler e Röhm, e entre o exército e as S.A., resultaram na “Noite das Facas Longas”, a 30 de junho de 1934, na qual Röhm e uma série de nomes relevantes da vida política foram assassinados, consolidando a posição de Hitler à frente do partido e do país, e do exército como a força mais relevante na Alemanha.

Com o evoluir do verão de 1934, o estado de saúde do presidente levou Hitler a promulgar uma lei que fundia os cargos de chanceler e presidente na sua pessoa, com o presidente ainda vivo. Num golpe de sorte, o presidente Hindenburg morreu no dia seguinte, a 2 de agosto de 1934, e com ele foi a República de Weimar. A 19 de agosto, Hitler convocou um referendo acerca da usurpação do poder e 90% dos votantes consentiram, tal como o exército já o tinha feito, em abril. Num ano e meio, Hitler abateu os três grandes impedimentos ao estabelecimento da ditadura nazi e, a partir do final de agosto de 1934, Hitler é o líder absoluto de toda a nação e sua palavra é incontestável.

No entanto, as ambições nazis iam muito mais longe do que as fronteiras alemãs. Para isso, era necessário expandir exponencialmente as forças armadas, o que violaria o tratado de Versailles. Em 1933, a posição internacional da Alemanha era lamentável, mas continuava a ser um dos países mais populosos e industrialmente capazes da Europa, o que, conjugado com uma política externa agressiva e com a existência de pequenos estados indefesos a leste, ainda proporcionava algumas oportunidades. As democracias ocidentais, que tinham imposto o Tratado de Versailles à Alemanha, desenvolveram divergências em relação à aplicação das provisões deste tratado e a má relação destas potências com a União Soviética poderiam abrir uma oportunidade aos alemães. No entanto, um dos primeiros atos internacionais de Hitler foi a concordata com o Vaticano, terminando a participação política católica na Alemanha. Além disto, esta concordata foi recebida no estrangeiro como um sinal de moderação, conferindo a Hitler um certo prestígio, até que os nazis quebraram a sua parte do acordo e baniram e perseguiram as organizações católicas independentes.

Depois da concordata, deu-se a saída da SdN e da Conferência do Desarmamento, em outubro de 1933, com base no argumento de que os aliados recusavam negociar com a Alemanha em base de igualdade e recusavam-lhe o direito à igualdade de armamentos. Para as potências aliadas, este último argumento significava a revogação, ou a modificação, do Tratado de Versailles, cujo precedente que abriria era inaceitável. No entanto, a saída da

Alemanha da SdN e da Conferência do Desarmamento significou que a Alemanha rearmar-se-ia de igual modo, mas as democracias continuaram a sofrer de cegueira, em relação ao perigo que advinha dos nazis e envergaram pela passividade, da qual só começaram a acordar em 1939. De seguida, em janeiro de 1934, Hitler tomou a decisão surpreendente de assinar um pacto de não agressão com a Polónia, um estado criado por Versailles, com uma grande parte de território anteriormente alemão, cuja separação do reich fora dolorosa para o orgulho nacional. Evidentemente, este pacto era para ser desrespeitado quando o momento fosse oportuno e procurava enfraquecer os laços da Polónia com as democracias, inaugurando, assim, o uso das negociações bilaterais, para enfraquecer a frente coletiva estabelecida contra a Alemanha, tática que se provou proveitosa, para explorar as brechas nas paredes das democracias.

O Anschluss era um dos objetivos de Hitler e, deste cedo, apoiou o movimento nazi na Áustria, mas a sua impaciência e precipitação levaram a que um grupo de nazis alemães assassinasse o chanceler austríaco no verão de 1934; no entanto, o golpe falhou e Mussolini, por esta altura, ainda interessado na independência da Áustria e, sobretudo, não alinhado com Hitler, enviou tropas para a fronteira e dissuadiu qualquer intervenção dos alemães que alegasse repor a ordem, frustrando uma tentativa inicial de subverter a independência da Áustria.

Devido ao ressurgimento alemão, os ingleses, franceses e italianos reuniram-se em abril de 1935 no que ficou conhecido como a Frente de Stresa, que durou meros meses. Em junho, os ingleses assinaram o Acordo Naval Anglo-Germânico, permitindo aos nazis violar as cláusulas do Tratado de Versailles e reconstruir parte da sua marinha, submarinos inclusive, sem consultar os italianos e os franceses, que também eram potências navais e estariam interessados em dar a sua opinião, tivesse-lhes sido pedida. Os alemães, propositadamente, criaram um canal bilateral para negociar com os ingleses e sucederam, não só em obter a autorização para reconstruir parte da sua marinha, mas também minaram a coesão da Frente de Stresa desde o início, condenando-a.

Esta duplicidade inglesa teve repercussões nos italianos, ainda ressentidos das frustrações às suas pretensões não satisfeitas, no fim da Grande Guerra. Alegadamente, em resposta a uma escaramuça, em dezembro de 1934, quase um ano depois, em outubro de 1935, Mussolini invadiu a Abissínia, a partir da Eritreia, então uma possessão italiana, e foi alvo de sanções pelas democracias e pela SdN, naturalmente empurrando-o para os braços de um Hitler recetivo. Quando esta guerra terminou, em maio de 1936, os aliados

apressaram-se a reconhecer os espólios da guerra, mas isto não reverteu o curso dos italianos, que estavam a aproximar-se dos alemães.

Em março de 1936, Hitler tomou um risco enorme e remilitarizou a Renânia, sem encontrar qualquer oposição francesa, que tinha o direito de enfrentar os alemães no seu próprio território, segundo o Tratado de Locarno. A resposta das democracias limitou-se a protestos e ao reforço da Linha Maginot. Sem o controlo militar da Renânia, a Alemanha tinha o seu coração industrial exposto, pelo que a remilitarização e a fortificação da fronteira ocidental inverteram a situação estratégica entre os dois países. Por sua vez, este fator tornou claro aos pequenos estados da Europa central que as democracias perderam muita liberdade operacional, o que dificultava o cumprimento de quaisquer obrigações por parte delas. Dias depois da marcha sobre a Renânia, a força aérea alemã foi anunciada, tal como o serviço militar obrigatório e a formação de um exército de, inicialmente, meio milhão de homens e, mais uma vez, as democracias protestaram e deixaram os acontecimentos decorrerem.

No verão de 1936, estalou a Guerra Civil Espanhola, durante a qual os italianos e os alemães apoiaram os nacionalistas de Franco, enquanto a França e a União Soviética apoiaram os defensores da república. Durante este conflito, foi formado o Eixo Roma-Berlim, concertando, assim, a política externa destas duas potências agressoras e pondo no papel a morte oficial da Frente de Stresa, cuja reaparição já ninguém esperava. Pouco depois, a Alemanha e o Japão assinaram o Pacto Anti Comintern, incrivelmente, para defenderem a civilização ocidental da ameaça comunista. De forma igualmente incrível, mais tarde, em negociações com os soviéticos, os alemães alegaram que a formação deste pacto tivera o objetivo de estabelecer as bases para formar um bloco antibritânico.

Durante o ano de 1937, os alemães adotaram uma postura evolucionista e procuraram consolidar os seus ganhos, ocorrendo vários acontecimentos que os beneficiaram. Durante este ano, Berlim financiou a pressão nazi nas ruas austríacas e, a partir de fevereiro de 1938, começou a pressionar diretamente Schuschnigg, para exigir a nomeação de ministros nazis na Áustria, a reinstituição do partido nazi austríaco e a amnistia a presos políticos, sob pena de invasão. O governo austríaco cedeu, mas Schuschnigg convocou um referendo acerca da independência nacional para o dia 13 de março. Hitler ordenou o cancelamento do referendo e a nomeação de Seyss-Inquart, um nazi vienense, como chanceler, que enviaria o pedido de intervenção alemã, para repor a ordem no país. Perto da meia-noite, o governo cedeu, Seyss-Inquart foi nomeado e fez o seu papel. Com tropas a progredir pelo território da Áustria, a 13 de março, esta foi oficialmente incorporada no Reich, com a “Lei do Anschluss”,

enquanto as democracias observaram incrédulas, mas imoveis. Os ganhos económicos foram consideráveis, mas o prestígio que Hitler ganhou não teve preço. O seu génio político tinha dado mais uma vitória à Alemanha, cimentando a sua posição em casa e dentro da sua rede de alianças.

No fim de abril de 1938, a febre austríaca não tinha passado e já se colocava a questão checa, mais concretamente, os alemães dos Sudetas. A Checoslováquia era um país com uma composição étnica variada e era a supremacia checa que mantinha o país unido. O nazismo rapidamente saltou as fronteiras e infetou esta minoria alemã, que habitava convenientemente numa região economicamente proveitosa e com importância estratégica para os checos. A destruição da Checoslováquia deu-se em duas fases: a primeira, terminou com a capitulação da diplomacia das democracias, em Munique; a segunda, iniciou-se imediatamente a seguir a esta conferência e utilizou as pretensões territoriais húngaras e polacas, bem como os ímpetos independentistas eslovacos, para fragmentar o que restava da Checoslováquia, eliminando este pequeno país do mapa. Mas desta vez, no final de março de 1939, Chamberlain indicou que defenderia a independência da Polónia, depois desta ter sido pressionada pelos alemães, acerca da cidade de Danzig e do corredor.

Em abril, a data do ataque à Polónia foi fixada para setembro de 1939 e a 22 de maio, a Itália e a Alemanha celebraram o Pacto de Aço, a aliança militar na qual os italianos se amarravam permanentemente aos infortúnios que os alemães eventualmente trariam sobre si mesmos. Contudo, a posição da União Soviética ainda era uma incógnita desagradável. Em agosto de 1939, os alemães procuraram explorar as brechas entre a democracias e a URSS, evidentes há anos. No entanto, os próprios soviéticos abordaram os alemães com ofertas que estes não podia dispensar. A assinatura de um pacto de não agressão garantia a neutralidade soviética no eventual ataque à Polónia e era vantajoso para ambos definirem os seus interesses na Europa de Leste. No entanto, o tempo urgia para os alemães, ao passo que os soviéticos exigiam a assinatura de um tratado comercial e só depois estavam dispostos a tratar dos assuntos políticos. Com um tratado comercial, assinado entre 18 e 19 de agosto, os soviéticos indicaram que Ribbentrop se poderia deslocar a Moscovo, no fim deste mês, mas, impaciente com o ritmo dos soviéticos, Hitler implorou pessoalmente a Estaline que aceitasse a visita do ministro alemão o mais brevemente possível. Estaline aceitou que a delegação alemã visitasse Moscovo a 23 de agosto e, nessa noite, foi assinado o infame Pacto Ribbentrop-Molotov, que estabelecia o pacto de não agressão e, num protocolo secreto anexo, definia as esferas de influências dos dois países, partilhando a Europa oriental e, em

última análise, dando a passagem a Hitler para despoletar a Segunda Guerra Mundial. Antes de 1939, as negociações militares da URSS com as democracias não tiveram sucesso, em parte, pela intransigência da Polónia, mas principalmente porque havia na Europa uma desconfiança geral do comunismo, perfeitamente ilustrada pela fraca consideração que Chamberlain tinha pelos soviéticos. No entanto, os líderes da União Soviética observaram os anos em que a Itália e a Alemanha e o Japão revolucionaram a constelação política da Europa e do Oriente, enquanto as democracias se limitavam a protestos débeis e patéticos, e retiraram as suas conclusões. Em 1938, a Inglaterra e a França permitiram que outra democracia, essencialmente criada por eles, na Conferência de Paris, fosse engolida pela Alemanha. Para os soviéticos, todo o episódio foi lamentável, mas ficou claro que guardaram ressentimento por não terem sido convidados às negociações. Litvinov, o ministro dos negócios estrangeiros soviético, apostou na segurança coletiva com os restantes membros da SdN, mas o falhanço da sua política, aliado aos acontecimentos dos últimos anos, levaram à mudança de orientação externa. Em maio de 1939, a pasta dos negócios estrangeiros soviética foi entregue a Molotov, que adotou um tom mais crítico da postura das democracias e deixou a porta aberta a relações com o eixo. Pelo fim de julho, Estaline estava convencido de que as democracias não pretendiam uma aliança militar com a União Soviética e não cria que estas viessem mesmo a intervir numa guerra na Polónia, tal como não tinham feito até então, perante todos os pretextos que lhes foram apresentados. Só em agosto é que os ingleses começaram negociações militares, mas estas rapidamente empataram pelas mesmas razões habituais, em contraste com a fluidez com que as negociações com os nazis se deram. O Pacto Ribbentrop-Molotov foi a “luz verde” para invadir a Polónia, tornando claro o “olho grosso” de Estaline às atrocidades cometidas pela Alemanha até 1941, quando conheceu o verdadeiro valor da palavra de Hitler. Ainda para mais, o facto de a União Soviética ter manipulado os estados bálticos a unirem-se à URSS e, mais tarde, esta ter invadido a Finlândia, levam a crer que Estaline se voltou mesmo para o campo dos estados agressores.

Todas estas páginas procuraram saber como foi possível que a Alemanha, nos primeiros anos da década de 1940, controlasse pela força quase toda a Europa. A ascensão do nazismo na Alemanha, por si só, não explica o início da Segunda Guerra Mundial. Na realidade, foi o falhanço da diplomacia a passividade das democracias ocidentais que permitiram que os nazis tivessem, em primeiro lugar, o armamento necessário para iniciar uma grande conflagração. O abandono da SdN e da Conferência do Desarmamento foram o primeiro sinal que, aparentemente, as democracias não receberam. A ingerência na

independência da Áustria, em 1934, foi outro sinal do desdenho nazi pelo direito internacional vigente na época e não foram as democracias a intervir, mas, sim, Mussolini, que enviou tropas para a fronteira e fez prevalecer a sua posição e a independência austríaca.

A destruição da Frente de Stresa, com o Acordo Naval Anglo-Germânico, é um dos episódios mais lamentáveis da diplomacia inglesa, demonstrando a Mussolini que estes estavam dispostos a quebrar a coesão, caso as condições fossem apazíveis. Com esta perspectiva, Mussolini começou a perder o respeito pelos seus parceiros ocidentais e envervou pela sua própria política externa, afastando-se das democracias e aproximando-se dos alemães, o que ficou visível com todo o decorrer da guerra na Abissínia e com a intervenção na Guerra Civil Espanhola, durante a qual foi formado o Eixo Roma-Berlim. Perto do final da guerra na Abissínia, as democracias tiveram mais um momento lamentável ao permitir que os alemães remilitarizassem a Renânia, invertendo a situação estratégica entre a Alemanha e a França, impedindo e dissuadindo esta última de cumprir as suas obrigações para com os países da Europa Central. A rede diplomática alemã chegou ao outro lado mundo, com a assinatura do Pacto Anti Comintern, em novembro de 1936, ao qual a Itália se juntou no ano seguinte. Aquando do Anschluss, as democracias já tinham admitido o seu desinteresse na independência da Áustria, e quando Hitler entendeu anexar os Sudetas, Chamberlain e Daladier deixaram os checos e os soviéticos de fora das negociações e entregaram a Hitler uma região economicamente valiosa, na Conferência de Munique, em setembro de 1938. Além disso, em março de 1939, a Itália e a Alemanha firmaram o Pacto de Aço e Hitler absorveu o restante da Checoslováquia, enquanto as democracias nada fizeram. Imediatamente a seguir, a Polónia começou a ser pressionada em relação à cidade de Danzig e ao Corredor da mesma e, pouco depois, o plano de invasão deste país já existia. Com conhecimento das pressões alemãs, Chamberlain abandonou oficialmente a política do *Appeasement* e declarou o seu interesse em relação à independência da Polónia. Apesar de surpreender Hitler, a declaração de Chamberlain tinha pouca substância, pois não era claro como iria auxiliar os polacos. No entanto, a grande e desconfortável incógnita, em relação ao lançar de um ataque à Polónia, era a URSS que poderia ver as movimentações alemãs com desagrado e aliar-se ao ocidente, num cerco. Os alemães foram rápidos e fluidos em negociar com Estaline, durante a segunda metade do verão de 1939, em contraste com a missão militar aliada, com quem os soviéticos negociaram paralelamente. Com as democracias a auto denegrirem-se, os soviéticos abordaram os nazis com propostas que estes

nunca poderiam recusar, resultando na assinatura do Pacto Ribbentrop Molotov, uma semana antes da invasão da Polónia.

Durante a década de 1930, e antes de começar a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha conseguiu acumular uma quantidade de recursos e territórios, porque as democracias europeias, vencedoras da Primeira Guerra Mundial, as principais autoras do Tratado de Versailes, falharam redondamente em mantê-lo. A postura vingativa de Hitler devia tê-las alertado para a possibilidade de uma revolução no sistema internacional da época. Em vez disso, todas as vezes que os alemães quebravam uma cláusula ou alcançavam um novo sucesso e saíam impunes, tornava-se progressivamente mais difícil de agir, o que se repetiu, até que, em 1939, as democracias estavam em grande desvantagem numérica, diplomática e militar. Ao não atacarem a Alemanha, enquanto esta estava militarmente fraca e internacionalmente isolada, as democracias deixaram-se suplantar por uma forma de governo que agia rapidamente, enquanto estas perdiam tempo crucial a debater o que fazer.

Estas páginas foram escritas, enquanto as tropas russas e o seu ditador alegam “desnazificar” a Ucrânia, um país cujo presidente, Volodymyr Zelensky, é judeu. Nestes primeiros tempos da guerra, a NATO e o mundo ocidental tem prestado apoio logístico às forças armadas ucranianas, bem como o movimento de solidariedade europeia tem conseguido prestar alguma ajuda aos quase cinco milhões de refugiados, que, pelo final de abril de 2022, já deixaram a sua terra, agora devastada pela guerra. O autor do presente texto teme um paralelismo entre a passividade do passado e a hesitação do presente e crê, neste momento, que nunca se deve fechar a porta à diplomacia e ao diálogo. No entanto, aplicando as palavras do professor Adriano Moreira a uma interpretação pessoal dos acontecimentos, o poder do mundo ocidental não terá credibilidade, se dele não vier a determinação para fazer a paz e democracia prevalecerem.

## Bibliografia

- Bendersky, J. W. (2014). *A Concise History of Nazi Germany*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Editorial "Século". (n.d.). *50 anos de História do Mundo 1900-1950* (Vol. I). Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.
- Evans, R. J. (2019). *A Ascensão do Terceiro Reich*. Lisboa: Edições 70.
- Freeman, C. (2002). *Arts of Power Statecraft and Diplomacy*. Washington: United States Institute of Peace.
- Grant, R. (2014). *World War One-The Definitive Visual History*. New York: DK Publishing.
- Hawes, J. (2019). *A Mais Breve História da Alemanha*. Alfragide: Dom Quixote.
- Herf, J. (2008). *The Jewish enemy: Nazi Propaganda during World War II and the Holocaust*. Harvard University Press.
- Kershaw, I. (2009). *Hitler-Uma Biografia* (Vol. 1). Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Kershaw, I. (2009). *Hitler-Uma Biografia* (Vol. 2). Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Kershaw, I. (2016). *À Beira do Abismo*. Alfragide: Dom Quixote.
- Moreira, A. (2014). *Ciência Política*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Overy, R. (2009). *1939: Uma Contagem Pescrescente Para a Guerra*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Pedersen, S. (2015). *The Guardians- The League of Nations and the Crisis of Empire*. New York: Oxford University Press.
- Ricchezza, G. (1979). *A Vida Fantástica de Adolfo Hitler*. Lisboa: Amigos do Livro.
- Seleções do Reader's Digest. (1978). O Império do Sol Nascente. In *Grande Crónica da Segunda Guerra Mundial*. Porto: Ambar.
- Shirer, W. L. (1983). *The Rise and Fall of the Third Reich*. New York: Ballantine Books.
- Silva, A. d., & Neto, A. C. (2012, Dezembro). *Uma Contribuição ao Estudo da Liderança*
- Tecglen, E. H. (1976). *O Que São as Ditaduras*. Lisboa: Gráfica Monumental, Lda.
- Tuathail, G. Ó., Dalby, S., & Routledge, P. (Eds.). (1998). *The Geopolitics Reader*. New: Routledge. doi:<https://doi.org/10.4324/9780203444931>

## Webgrafia

- Couto, J. M., & Hackl, G. (2007, dez). Hjalmar Schacht e a economia alemã (1920-1950). *Economia e Sociedade*, pp. 311-341. Retrieved março 8, 2022, from <https://www.scielo.br/j/ecos/a/Mgwc4vsJhRdCxnfvXjNfZzS/?lang=pt&format=pdf>
- German Historical Institute. (n.d.). *Nazi Germany, 1933-1945 Reich Concordat between the Holy See and the German Reich (July 20, 1933)*. Retrieved março 21, 2022, from German History in Documents and Images: <https://ghdi.ghi-dc.org/pdf/eng/English80.pdf>
- Hitler, A. (n.d.). *Mein Kampf*. (J. Murphy, Trans.) Retrieved 10 11, 2021, from <https://greatwar.nl/books/meinkampf/meinkampf.pdf>
- Japanese Government. (1925). *Annual Report to the League of Nations on the Administration of the South Seas Islands under Japanese Mandate for the year 1924*. Retrieved fevereiro 22, 2021, from United Nations Archives: [https://biblioarchive.unog.ch/Dateien/CouncilMSD/C-452\(1\)-M-166\(1\)-1925-VI\\_EN.pdf](https://biblioarchive.unog.ch/Dateien/CouncilMSD/C-452(1)-M-166(1)-1925-VI_EN.pdf)
- Marcuzzi, S. (2019). *London, Treaty of (1915)*. Retrieved fevereiro 23, 2021, from International Encyclopedia of the First World War: [https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/london\\_treaty\\_of\\_1915](https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/london_treaty_of_1915)
- Office of The Historian. (n.d.). *The Mukden Incident of 1931 and the Stimson Doctrine*. Retrieved from Office of The Historian: <https://history.state.gov/milestones/1921-1936/mukden-incident>
- Ristuccia, C. A. (2021). *1935: Sanctions Against Italy: Would Coal and Crude Oil Have Made a Difference?* Retrieved fevereiro 18, 2021, from Nuffield College: <https://www.nuffield.ox.ac.uk/economics/history/paper14/14paper.pdf>
- Sob a Ótica Weberiana de Dominação Carismática*, 13(6), pp. 20-47. Retrieved 10 14, 2021, from <https://www.scielo.br/j/ram/a/jhfNT9fCSqrjNPn8rtNdzzC/?format=pdf&lang=pt>
- The National World War One Museum and Memorial. (2021). *The Fourteen Points*. Retrieved fevereiro 15, 2021, from The National WW1 Museum and Memorial: <https://www.theworldwar.org/learn/peace/fourteen-points>
- Vaz-Pinto, R. (2015). *A Guerra Sino-Japonesa e o fim da República da China*. Retrieved fevereiro 22, 2021, from Scielo: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n48/n48a12.pdf>
- Yale Law School- Lillian Goldman Law Library. (2008). *The Versailles Treaty June 8, 1919*. Retrieved fevereiro 16, 2021, from The Avalon Project: [https://avalon.law.yale.edu/subject\\_menus/versailles\\_menu.asp](https://avalon.law.yale.edu/subject_menus/versailles_menu.asp)
- Yale Law School-Lillian Goldman Law Library. (2008). *The Covenant of the League of Nations*. Retrieved fevereiro 16, 2021, from The Avalon Project: [https://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/leagcov.asp](https://avalon.law.yale.edu/20th_century/leagcov.asp)

**UNIVERSIDADE DOS AÇORES**

**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**

Rua da Mãe de Deus

9500-321 Ponta Delgada

Açores, Portugal

